

LETRAMENTO DE GÊNERO E SEXUALIDADE

AQUI NÃO É UM TABU E AÍ?



AGS
Assessoria de
Gênero e Sexualidade



PROEN
Pró-reitoria de
Ensino



INSTITUTO FEDERAL
Rio Grande do Sul

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Sul**

Reitor

Júlio Xandro Heck

Pró-Reitor de Ensino

Lucas Coradini

**Assessora de Ações Afirmativas,
Inclusivas e Diversidade**

Andréa Poletto Sonza

Assessoria de Gênero e Sexualidade

Lauren de Lacerda Nunes

Organizadoras

Andréa Poletto Sonza

Catia Eli Gemelli

Lauren de Lacerda Nunes

Olívia Pereira Tavares

Capa

Pablo do Rosário - Faculdade da Serra Gaúcha - FSG

Comitê Editorial

Anderson Dall Agnol

Andréa Poletto Sonza

Greicimara Vogt Ferrari

Larissa Brandelli Bucco

Lauren de Lacerda Nunes

Lucas Coradini

Neudy Alexandro Demichei

Priscila de Lima Verdum

Diagramação:

Kauan Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Letramento de gênero e sexualidade: Aqui
não é um tabu e ai? / Andréa Poletto
Sonza...[et al.]. -- Porto Alegre, RS :
2ks Agência Digital, 2023.
PDF

Outras organizadoras: Catia Eli Gemelli, Lauren de
Lacerda Nunes, Olívia Pereira Tavares.
Bibliografia.
ISBN 978-65-999002-1-1

1. Diversidade sexual 2. Gênero e sexualidade
3. Identidade de gênero 4. LGBT - Siglas 5. Mulheres
- Identidade 6. Negros - Identidade étnica I. Sonza,
Andréa Poletto. II. Gemelli, Catia Eli. III. Nunes,
Lauren de Lacerda. IV. Tavares, Olívia Pereira.

23-185991

CDD-305.3

Índices para catálogo sistemático:

1. Gênero : Identidade : Sociologia 305.3

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Sumário

Apresentação.....	5
-------------------	---

Primeira Parte

Conceitos Fundamentais

Estudos de Gênero.....	8
Sexualidade.....	15
Representação e Identidade.....	22
Vivências Trans.....	27
Estudos Feministas.....	35
Feminismos Negros.....	43

Segunda Parte

Gênero, Sexualidade e seus Desdobramentos Sociais

Linguagem Neutra ou Não-Binária.....	51
Banheiros sem gênero: Reflexões sobre a produção sexual dos espaços coletivos.....	57
Gênero e Esportes.....	63
Arte Drag.....	69
Dignidade Menstrual.....	75
Maternidades.....	83
Maternidades Atípicas.....	88
Paternidades.....	90
Diversidade de gênero e sexualidade no mundo do trabalho.....	96
Apagamentos históricos: o cânone e a exclusão das mulheres na história da filosofia.....	111

Terceira Parte

Gênero e Sexualidade no IFRS

Gênero e Sexualidade no IFRS: Institucionalização.....	119
Publicações, Normativas e Eventos do IFRS sobre Gênero e Sexualidade.....	131

APRESENTAÇÃO

O letramento de um campo de estudos compreende conhecer os seus mais relevantes conceitos e, nesse processo, criar possibilidades de leituras complexificadas de mundo e dos significados a ele atribuídos. Assim, a tessitura de uma obra de letramento em gênero e sexualidade foi pensada como uma possibilidade para suas/seus leitoras/es de desvincular-se de ideias pré-concebidas e naturalizadas acerca destes conceitos e abrir frentes de construção de outras formas de compreensão sobre si e sobre outrem.

Enquanto pesquisadoras e atuantes nos campos das diversidades, frequentemente ouvimos sobre o desejo de um material que pudesse subsidiar discussões iniciais sobre as diferentes temáticas de gênero e de sexualidade. Esse e-book busca atender essa antiga demanda dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgss) mas, para muito além disso, é destinado a todas, todos e todes da comunidade interna e externa do IFRS.

Reunimos textos de pesquisadoras e pesquisadores do IFRS e de outras instituições e os alocamos em três seções. Na primeira, são abordados os conceitos fundamentais para o campo de estudos, a saber: [Estudos de Gênero; Sexualidade; Representação e Identidade; Transgêneridade; Estudos Feministas; Feminismos Negros](#).

Na segunda parte, os capítulos apresentam debates sobre gênero, sexualidade e seus desdobramentos sociais. Dessa forma, aborda-se: [Linguagem Neutra ou não-binária; Banheiros sem gênero: Reflexões sobre a produção sexual dos espaços coletivos; Gênero e Esportes; Arte Drag; Dignidade Menstrual; Maternidades; Maternidades Atípicas; Paternidades; Diversidade de gênero e sexualidade no mundo do trabalho; Apagamentos históricos: o cânone e a exclusão das mulheres na história da filosofia](#).

Por fim, a terceira seção marca os modos como o IFRS tem fomentado a abordagem de gênero e sexualidade nos seus *campi*. O capítulo [Gênero e Sexualidade no IFRS: Institucionalização](#), discorre sobre toda trajetória de criação dos Nepgss e da Assessoria de Gênero e Sexualidade. Posteriormente, têm-se as [Publicações, Normativas e Eventos do IFRS sobre Gênero e Sexualidade](#), onde são trazidas as principais publicações sobre gênero e sexualidade no IFRS ao longo dos últimos anos, bem como os eventos realizados, além das normativas e das resoluções que vêm apoiando as Ações Afirmativas (AA) no IFRS, com especial destaque para questões de gênero e sexualidade.

Agradecemos imensamente às autoras e aos autores que contribuíram com esse intenso e potente trabalho, que foi realizado em um tempo exíguo. Desejamos que, a partir das leituras dos variados capítulos deste e-book, o tabu sobre os debates de gênero e sexualidade seja, genuinamente, superado no IFRS e contribua para pensar as temáticas para além da Instituição. Bom letramento para todas, todos e todes!

Andréa Poletto Sonza
Catia Eli Gemelli
Lauren de Lacerda Nunes
Olívia Pereira Tavares

PRIMEIRA PARTE: **CONCEITOS FUNDAMENTAIS**

ESTUDOS DE GÊNERO

Olívia Pereira Tavares¹
Carlos Eduardo Barzotto²
Aline da Silveira Muniz³

O que você vai aprender com este texto:

- A emergência e constituição do campo dos estudos de gênero;
- O conceito de gênero como um território disputado de sentidos;
- O entendimento dos movimentos antigênero, amplamente conhecidos por meio do slogan ideologia de gênero.

O que são estudos de gênero?

Na língua portuguesa, os usos da palavra gênero são muito variados. Comumente, esta palavra vem acompanhada de adjetivação, como por exemplo, gênero literário e gênero alimentício. Nestes casos, a palavra gênero serviria para nos apresentar que há um rol de obras literárias ou de alimentos, organizados em distintas categorias. Mas o que os estudos de gênero têm a ver com isso? Parece possível afirmar que os estudos de gênero foram pensados para explicar como expectativas sociais eram/são construídas sobre os corpos a partir do sexo biológico designado ao nascer. Na direção deste pensamento, Joan Scott (2014) apresenta que o gênero teria relação com os modos como a diferença sexual seria organizada socialmente.

Segundo a pesquisadora Linda Nicholson (2000), a emergência dos estudos de gênero se deu no contexto da segunda onda do feminismo, no final dos anos 60. O termo gênero foi pensado para opor-se ao caráter biologizante e essencialista do termo sexo e fazer referência à diferenciação social produzida sobre os corpos masculinos e os femininos. Isto não significa que o conceito de sexo seria substituído pelo de gênero, mas o complementar. O famoso “sistema sexo-gênero” proposto pela antropóloga Gayle Rubin (1993) viria a fomentar a relação entre os conceitos de sexo e gênero. Para a autora, as diferenças biológicas alicerçariam as diferenças culturais. Isto significa dizer que o sexo - masculino ou feminino - constituem a base da diferença de gênero. Mais tarde, Guacira Lopes Louro complexificará tal sistema, apresentando a relação sexo-gênero-sexualidade, incluindo a conformidade do sexo e gênero associados à heterossexualidade.

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil e Servidora técnica-administrativa em Educação no IFRS - Campus Canoas e em cooperação técnica parcial na Assessoria de Gênero e Sexualidade do IFRS. | E-mail: oliviatav@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2221568674362114>.

²Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de História na Prefeitura Municipal de Canoas/RS. | E-mail: cebarzotto@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2574529850041680>.

O conceito de gênero

Se as primeiras articulações feministas constituíram o conceito de gênero como “uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1995) das relações de poder entre corpos masculinos e femininos, os sentidos da palavra gênero foram sendo, ao longo do tempo, reformulados e refeitos.

O conceito de gênero é aqui apresentado como uma “teoria explicativa dos processos históricos e culturais de construção do masculino e feminino que, ao mesmo tempo em que se pode dividir, normatizar e hierarquizar, também pode abrir brechas, acolher as diferenças e multiplicar possibilidades de “vidas vivíveis” (PARAÍSO; CALDEIRA, 2018, p. 13). No olhar das autoras, o gênero teria a potência de produzir possibilidades plurais na construção de corpos e desestabilizar a norma. Nesta direção, o gênero funcionaria não apenas como um organizador do social e da cultura e das formas pelas quais o poder se exerce nessas tramas de relações e de sujeitos (MEYER, 2014), mas como des-re-organizar, poderia tramar outros modos de interpretar os corpos e o mundo. Nesta perspectiva, o gênero problematizaria a produção coerente e binária, com suas matizes de ‘feminino’ e ‘masculino’ (BUTLER, 2016).

Em outro texto, Butler (2019) ancora-se em Simone de Beauvoir ao enfatizar como os corpos são interpelados pelo contexto histórico e cultural, que prescrevem atos e modos de performar corpos. A autora ressalta que o corpo não é um mero receptáculo em que se inscrevem códigos culturais, tampouco é composto por uma essência pregressa. Ainda, para Butler (2019, p. 232), “o gênero é um ato que tem sido ensaiado como um roteiro que existe apesar dos atores que o interpretam, mas que precisa deles para ser atualizado e reproduzido continuamente como realidade”.

Os sentidos atribuídos ao gênero seriam disputados por uma polissemia de sentidos, por vezes, ambíguos e até contraditórios. Na arena social e política, há uma forte contestação e negação do conceito. Tal contrariedade pode ser ilustrada pelo evento ocorrido em 2017, durante a passagem da filósofa Judith Butler ao Brasil. Foi realizada em São Paulo a queima de um boneco representando-a, enquanto exaltavam Judith Butler associada a imagem de uma bruxa e vinculada à pedofilia. A imagem 1 apresenta o momento da queima de tal boneco. Todavia, ao mesmo tempo que o conceito tem sido contestado, também tem sido revisado, ampliado e associado a outros marcadores sociais, complexificando o conceito. (ver o verbete Feminismos Negros e interseccionalidade).

³Mestranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Servidora técnica-administrativa em Educação no IFRS - Campus Canoas. | E-mail: alines_muniz@otmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6300769290527237>.

Figura 1 – Manifestantes colocam fogo em bonecos de Judith Butler, FHC e George Soros



Fonte: El País (2017)

Mas quais os perigos que parecem pairar sobre o conceito de gênero? Os sentidos produzidos sobre gênero pelas feministas buscavam contestar os modos que o mundo está posto. Elas produziram um olhar sobre a construção generificada do social e da cultura e colocaram em xeque a constituição do mundo pautada no sexo biológico. Todavia, esta divisão, para certos grupos, deveria manter-se fixa e imutável, tal como será apresentado a seguir.

Mas o que seria a tal **ideologia de gênero**?

Com a crescente força política e expressividade dos movimentos feministas, LGBTQIAPN+ e dos estudos de gênero, as temáticas anteriormente abordadas tornaram-se importantes no debate público e na criação de leis e políticas públicas. Podemos evidenciar tal importância a partir das Conferências Mundiais da Mulher, promovidas pela Organização das Nações Unidas, ocorridas em 1975 (México), 1980 (Copenhague), 1985 (Nairóbi) e 1995 (Pequim).

Os países signatários das referidas plataformas comprometeram-se em criar políticas públicas cujo principal objetivo era promover a igualdade entre homens e mulheres. Na última das conferências, em 1995, o objetivo foi alterado para a promoção da igualdade de gênero, a partir da inclusão dessa temática em todas as políticas públicas dos países signatários da conferência. Da mesma forma, o debate na reunião internacional pretendia transformar o

conceito de “família” para a sua forma plural, “famílias”, de modo que a gestão pública percebesse e atuasse em nome da pluralidade das configurações familiares atuais.

Esse momento é, para muitos autores e autoras, o estopim do chamado movimento anti-gênero, que utiliza a expressão “ideologia de gênero” para se propagar. Um desses pesquisadores é Rogério Junqueira (2018), que tem se dedicado à análise da emergência de tal expressão polêmica. De acordo com o autor, “ideologia de gênero” é um slogan criado pela Santa Sé e utilizado em situações específicas de modo a manter certa pressão política por parte da Igreja Católica em determinados países.

A IV Conferência Mundial da Mulher, ocorrida em 1995 em Pequim, é um exemplo dessa ação. A Santa Sé e muitos dos representantes católicos que ali estiveram presentes opuseram-se à transformação de “família” em “famílias” e à mudança de “igualdade entre homens e mulheres” em “igualdade de gênero”. Para eles, tal perspectiva de gênero destruiria a família tradicional defendida pela moral católica, na qual estão presentes um homem, uma mulher e seus filhos.

Desde então, diversos atores e atrizes ligados à Igreja Católica escreveram livros, artigos e realizaram programas midiáticos falando sobre o assunto. Dentre suas falas, repete-se o medo de que a família estaria sendo deturpada e que as crianças estariam correndo perigo de serem sexualizadas, principalmente nas instituições de ensino que defendem a inclusão das temáticas de gênero e sexualidade no currículo escolar. Por conta disso, iniciou-se um movimento antigênero global contrário à discussão de tais temáticas em escolas, bem como contrário à implementação de políticas públicas com perspectiva de gênero ou voltadas para a população LGBTQIAPN+.

No livro “Anti-gender Campaigns in Europe: mobilizing against equality” (2017), organizado pelos pesquisadores David Paternotte e Roman Kuhar, constata-se a presença de tais movimentos reacionários na Europa desde a primeira década dos anos 2000 - e ganhando força política desde então. Entre suas demandas, estão posições contrárias ao casamento homoafetivo e à inclusão de debates sobre igualdade de gênero em escolas e materiais didáticos. Na América Latina, movimento similar ocorreu no final da primeira década dos anos 2000, conforme analisado pelos pesquisadores e pesquisadoras do livro “Derechos en Riesgo en América Latina”, organizado por Ailynn Santana (2020).

Dessa forma, “ideologia de gênero” é uma expressão criada para frear avanços nas pautas relacionadas ao gênero e à sexualidade na arena pública, bem como tem como objetivo manter a influência das instituições cristãs (principalmente católicas) em governos. O movimento antigênero que utiliza tal expressão cresce a partir de pânicos morais; ou seja, a partir de situações - reais ou fictícias - que são propagadas como emergências ou escândalos de modo

a angariar apoio popular. Sob o lema de “proteger as crianças” da sexualização precoce, os agentes de tal movimento falam em mamadeira de piroca, livros sobre sexo na escola e sobre a falsa obrigação das crianças escolherem seus gêneros na escola. Com isso, eles mobilizam apoiadores que fortalecem suas agendas políticas conservadoras - seja em período eleitoral ou não.

Sobre tal retórica, muitos pesquisadores e pesquisadoras têm questionado: quais crianças são essas que o movimento antigênero busca defender? Ora, se não falarmos de questões de gênero e sexualidade na escola, como será promovida uma sociedade com menor preconceito em relação a essas questões? Como pontua Paul B. Preciado (2013), se uma sociedade melhor não for promovida, a criança queer será defendida? Ou será que o movimento antigênero busca apenas defender a criança cisgênero e heterossexual de um perigo que, em realidade, não existe?

Para Saber Mais!

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BETIM, Felipe. As vozes da pequena grande batalha do Sesc Pompeia. **El País**. São Paulo, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html. Acesso em: 24 maio 2023.

CLACAI. Gênero Sob Ataque. Documental / subtulado al português. Youtube, 2 jan. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Aj3St_zUM7M. Acesso em: 24 maio 2023.

FOX, Lorelay. **Gênero nas Escolas**. Youtube, 15 out 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZIJ2Ifu6SIM>. Acesso em: 31 maio 2023. de ut. de 201

HISTORIAR-SE. **Ideologia de Gênero: ela existe? O que é?**. Youtube, 25 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MoPhAyIXDDs>. Acesso em: 24 maio 2023.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Teorias e Políticas de Gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57. n. 1, p. 13-18, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/cWRpwwC5yCqdzrDkH66gbvp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2023.

PRECIADO, Paul B. **Quem defende a criança queer?** Blog Blogueiras Feministas, 2013. Tradução de Fernanda Nogueira. Disponível em: revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/. Acesso em: 30 maio 2023.

Referências

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 42, p. 249–274, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645122>. Acesso em: 10 ago. 2023.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2029.

JUNQUEIRA, Rogério D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, [s. l.], n. 18, v. 43, p. 449-502, set./dez. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004. Acesso em: 10 ago. 2023.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. In. MEYER, Dagmar E. Estermann; PARAÍSO, Marlucy (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, 342 p.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 9-42, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PARAÍSO, Marlucy; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. **Currículos, gêneros e sexualidades para fazer a diferença**. In. PARAÍSO, Marlucy; CALDEIRA, Maria Carolina da Silva. (org.). Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018, p. 13-21.

PATERNOTTE, David; KUHAR, Roman. The anti-gender movement in comparative perspective. In: KUHAR, Roman; PATERNOTTE, David [Orgs.]. **Anti-Gender Campaigns in Europe** – Mobilizing against Equality. London: Rowman & Littlefield International Ltd, 2017, p. 253-276.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTANA, Ailynn T [Org.]. **Derechos en Riesgo en América Latina: 11 estudios sobre grupos neoconservadores**. Bogotá: Ediciones desde abajo, 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, [S. l.], n. 45, p. 327-351, 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018/11212>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SEXUALIDADE

Christian Gonzatti¹

O que você vai aprender com este texto:

- Sexualidade;
- Estudos queer;
- Heteronormatividade;
- Heterossexualidade compulsória.

Gayle Rubin (1993) faz importante questionamento da relação de coerência em torno do gênero e da sexualidade, a partir do que ela define como “sistema sexo-gênero”. Esse sistema seriam os arranjos por meio dos quais as sociedades transformam a sexualidade biológica em produto cultural, resultado da atividade humana. Ela introduz a sexualidade como um componente desse sistema, pois:

Gênero não é apenas uma identificação com um sexo; ele também supõe que o desejo sexual seja direcionado ao outro sexo. A divisão sexual do trabalho está implicada nos dois aspectos do gênero – ela os cria homem e mulher, e os cria heterossexuais. A supressão do componente homossexual e das sexualidades humanas e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. (RUBIN, 1993, p. 12).

Michel Foucault (1999) mostra, desse modo, como a sexualidade é produto da história humana e das relações de poder que a instituem. São diversos os discursos e dispositivos que, para o autor, passaram a reprimir o sexo pelo poder. Ele pontua quatro estratégias que funcionam como tecnologias do sexo a partir do século XVIII: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de reprodução e a psiquiatrização do prazer perverso. Elas têm como mira, respectivamente, o corpo das mulheres, o qual teria que ser analisado, qualificado e desqualificado tendo em vista o seu excesso sexual; a necessidade de controle dos impulsos sexuais infantis – a negação da sexualidade das crianças; a preocupação política e coletiva em relação aos nascimentos e às anomalias, que visariam, fundamentalmente, a expor a “verdade” sobre o sexo. Estratégias que buscam reproduzir o sexo à sua forma matrimonial e reprodutiva, negando a sexualidade, ainda que de maneira hipócrita, pois

¹Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos e Professor de Produção Multimídia no IFRS - Campus Alvorada. E-mail: christiangonzatti@gmail.com; | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3424217300381419>.

O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. (FOUCAULT, 1999, p. 30).

Um processo que se desdobra para todas as esferas e fases da vida humana historicamente: da confissão dos “pecados” aos formatos das instituições como a escola, os hospitais, os quartéis. Ele mostra como as técnicas mais rigorosas foram investidas primeiro nas classes economicamente privilegiadas e que dirigiam as políticas. Depois se alastrou para o filho do povo, futuro operário. O autor cita ainda como o controle das diferenças de expressão da sexualidade humana tinha como foco manter a rigidez entre o masculino e o feminino:

É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada [...] menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, uma certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino. (FOUCAULT, 1999, p. 43).

O dispositivo da sexualidade foi sofisticando-se, penetrando nos corpos e controlando as populações de forma detalhada e global (FOUCAULT, 1999). A homossexualidade era, então, um “guarda-chuva” para lidar com todas as expressões dissidentes em relação às expectativas históricas construídas sobre os ideais do masculino e feminino. Foi construída como pecado, crime e doença – marcas que ainda a tangenciam na sociedade – em relação à heterossexualidade. Jeffrey Weeks (1999, p. 62) recupera o surgimento dessas expressões, criadas por Karl Kertbeny, em 1869, e como a sua intenção de criar termos para classificar as sexualidades tornou-se, também, um dispositivo de sexualidade dotado de poder:

O desenvolvimento desses termos [heterossexualidade e homossexualidade] deve ser visto, por conseguinte, como parte de um grande esforço, no final do século XIX e começo do XX, para definir mais estreitamente os tipos e as formas do comportamento e das identidades sexuais; e é nesse esforço que a homossexualidade e a heterossexualidade se tornam termos cruciais e opostos. Durante esse processo, entretanto, as implicações das palavras mudaram de forma sutil. A homossexualidade, ao invés de descrever uma variante benigna da normalidade, como originalmente, pretendia Kertbeny, tornou-se, nas mãos dos sexólogos pioneiros como Frafft-Ebing, uma descrição médico-moral. A heterossexualidade, por outro lado, como um termo para descrever a norma até então pouco teorizada, passou, lentamente, a ser ao longo do século XX- mais lentamente, devemos notar, do que a palavra que era seu par. Uma norma talvez não necessite de uma definição explícita; ela se torna o quadro de referência que é tomado como dado para o modo como pensamos; ela é parte do ar que respiramos. (WEEKS, 1999, p. 62).

A norma em Foucault (1999) tem um caráter produtivo, não sendo uma mera separação entre lícito e ilícito, nem um dispositivo pouco sofisticado de repressão ou restrição. Ela abrange as normas comportamentais, sociais, de conduta, as de regulação dos saberes, funcionan-

do como disciplina dos corpos e das vidas das diferentes populações. A lei, para o autor, pode conferir legitimidade à norma. Por isso, a transformação das diferenças de gênero e sexualidade, antes comuns à várias sociedades humanas, em pecado, com a pena da penitência e da fogueira fixadas na Idade Média, como recupera Richards Jeffrey (1993), em crime e em doença² (quando ainda era classificada como homossexualismo, com o sufixo “ismo”, que remetia à enfermidade) ainda tangenciam o senso-comum e a percepção sobre as sexualidades:

Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. (RUBIN, 2012, p. 1).

Os conceitos dos estudos gays e lésbicos e dos feminismos começaram, então, a se valer da compreensão em torno desse agir do poder, atuando também através da linguagem (LOURO, 2003), para demonstrar o caráter cultural das discriminações e violências em torno do gênero e da sexualidade. Questionando, também, a naturalidade normativa da heterossexualidade.

Ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que "vigiar" para que os alunos e alunas não "resvalém" para uma identidade desviante"? Por outro lado, se admitimos que todas as formas de sexualidade são construídas, que todas são legítimas mas também frágeis, talvez possamos compreender melhor o fato de que diferentes sujeitos, homens e mulheres, vivam de vários modos seus prazeres e desejos. (LOURO, 2003, p. 81, 82)

Esses processos históricos resultaram em construções sociais violentas para pessoas dissidentes em gênero e sexualidade, como a homofobia. Daniel Borrilo (2010, p. 13) explica que ela “[...] consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal”, com o qual não é possível desenvolver identificação. Não se tratam apenas de violências físicas, mas também simbólicas, funcionando, também como uma ferramenta de fixação da masculinidade hegemônica (CONNEL, 1995). Faz com que a homossexualidade até seja tolerada “[...] na esfera íntima da vida privada [...]” mas que se torne “[...] insuportável ao reivindicar, publicamente,

²Em 1973, a homossexualidade deixou de ser classificada como tal pela Associação Americana de Psiquiatria. Em 1975, a Associação Americana de Psicologia adotou o mesmo procedimento, deixando de considerar a homossexualidade como doença. No Brasil, em 1985, o Conselho Federal de Psicologia deixa de considerar a homossexualidade como um desvio sexual e, em 1999, estabelece regras para a atuação dos psicólogos em relação à questões de orientação sexual, declarando que "a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão" e que os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura da homossexualidade. No dia 17 de maio de 1990, a Assembleia Geral da Organização Mundial de Saúde (sigla OMS) retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais, a Classificação internacional de doenças (sigla CID). Fonte: <https://archive.is/20120730161520/http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia182/2010/05/16/brasil,i=192631/HA+20+ANOS+A+OMS+TIROU+A+HOMOSSEXUALIDADE+DA+RELACAO+DE+DOENCAS+MENTAIS.shtml#se-lection-785.215-785.246>. Acesso em: 25 maio 2020.

sua equivalência à heterossexualidade” (BORRILLO, 2010, p. 17). Leandro Colling (2016) problematiza a ideia de homofobia devido à associação de “homo” apenas ao homossexual, algo que Borrillo (2010) também faz, mas que mantém por economia da linguagem. Outros termos vêm tentando dar conta das violências contra pessoas não-heterossexuais e/ou não-cisgêneras³: lesbofobia, transfobia, bifobia, LGBTfobia, queerfobia são alguns deles. Miskolci (2015) também entende que o termo homofobia é simplista para resumir a violência contra pessoas que fogem da norma, pois essas violências se dirigem a todas e todos, funcionando como dispositivos de regulação do gênero e da sexualidade. Propõe, em relação a essas aversões às diferenças,

[...] o termo terrorismo cultural para ressaltar que se trata de algo coletivamente imposto e experienciado; sobretudo, algo que vai além de atos isolados de violência. Em uma perspectiva sociológica, há uma lógica de imposição de normas por trás de uma forma de violência sempre à espreita, pois quando sabemos que ela pode acontecer, mas não quando nem de onde ela virá, aprendemos a nos comportar de forma ‘segura’, ou seja, de uma forma que nos coloque ao abrigo de suas manifestações. [...].

Por isso, o que a mídia chama de homofobia atinge mais visivelmente quem é xingado, humilhado ou sofre violência física, mas também constitui um fenômeno que envolve a todos: a vítima, o algoz e as testemunhas. Em um episódio de violência há aquele que é atacado injustamente, o que ataca fazendo valer uma norma social e quem testemunha a cena. Frequentemente, quem assiste não consegue agir e tende a ver na violência um alerta para aceitar a norma, caso não queira se tornar a próxima vítima. (MISKOLCI, 2015, p. 34,35).

Propostas como a do autor são caracterizadoras das teorias sobre gênero e sexualidade na perspectiva dos estudos queer. As teorias queer são um ponto de convergência entre os estudos feministas e gays e lésbicos. Em relação aos feminismos, ajudou a interrogar as categorias homem e mulher, demonstrando que há uma pluralidade gigantesca de formas de habitar o mundo a partir de um sexo/gênero que se articula a outros marcadores sociais. Sexo/gênero porque Judith Butler (2003) lança um olhar que, diferente do sistema sexo-gênero de Rubin (2012), entende o sexo como uma construção performativa da cultura:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual a natureza sexuada ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura. Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do

³“Cisgênero é termo mais usado, durante as últimas décadas, para caracterizar as pessoas que foram designadas com determinado sexo/gênero ao nascer e se identificam com ele ao longo de suas vidas. É sinônimo de cissexual. Abreviado como cis. É o oposto de transgênero, isto é, os sujeitos que não se reconhecem no sexo/gênero compulsoriamente estabelecido a partir de sua existência social.” (MARCONI, 2015, p. 40).

sexo são eficazmente asseguradas. Essa produção do sexo como pré-discursivo deve ser comprometida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero. Assim, como deve a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produz o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva. (BUTLER, 2003, p.25).

Para os estudos gays e lésbicos, veio a contribuição de olhar para a forma como LGBTQIA+ são tornados abjetos a partir da criação de binarismos como a homossexualidade/heterossexualidade e reivindicações que buscam se aproximar do que foi estabelecido politicamente em relação à heterossexualidade. A partir de um encontro entre Estudos Culturais e pós-estruturalismo francês, as perspectivas queer começam a emergir entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 a partir de autoras e autores como Eve Kosofsky Sedgwick, Michael Warner, Teresa de Lauretis, Judith Butler e Paul Beatriz Preciado. Sara Salih (2015, p. 20) explica:

A tradução de queer seria algo próximo de estranho, ridículo, excêntrico (ou ainda “bicha”, “viado”, “sapatona”), mas também uma expressão para tratar LGBTQIA+, nos países de língua inglesa, de maneira pejorativa. Louro (2013, p. 39) mostra, que em um movimento queer, algumas comunidades o assumem com toda a sua carga de estranheza e deboche para demonstrar a sua perspectiva de oposição e contestação:

Para esse grupo, queer significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade proposta pela política de identidade do movimento homossexual dominante. Queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada, e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

De maneira aproximada, Paul Beatriz Preciado (2014), relata que a performatividade queer ressignifica termos pejorativos através da desconstrução, que emerge da citacionalidade de um signo. Assim, por exemplo, o termo “bicha” e “viado” podem ser dotados de outros sentidos, passando do pejorativo para algo positivo em determinados contextos de apropriação. Para Steven Seidman (1996, p. 13), o queer seria o estudo de conhecimentos e práticas sociais que organizam a sociedade, “[...] sexualizando – heterossexualizando ou homossexualizando – corpos, desejos atos, identidades, relações sociais, conhecimentos, cultura e instituições sociais”. Uma realidade que, politicamente, continua a negar e punir o feminino constituído e excluído historicamente – uma punição que pesa mais ainda para corpos que estão em desacordo com as normas regulatórias do gênero e da sexualidade.

Outros conceitos que dialogam com os estudos queer são o de heterossexualidade compulsória, de Adrienne Rich (2010) e heteronormatividade, de Michael Warner (1991). Rich (2010), ao falar da existência lésbica, mostra como as mulheres são convencidas de que o casamento e a orientação sexual, voltadas para os homens, são inevitáveis. As mulheres são

⁴Marconi (2015) apresenta uma historização do conceito em campo teórico brasileiro e internacional.

doutrinadas pela ideologia do romance heterossexual através de contos de fadas, da televisão, do cinema e todos os outros meios que afirmam a sexualidade como sinônimo de heterossexualidade. A heterossexualidade não é uma mera orientação sexual, mas um regime político em sua leitura. Já para Warner (1991), a heteronormatividade (normas estabelecidas pelos regimes históricos da heterossexualidade) exigiria de todas as pessoas uma organização da vida coerente com a heterossexualidade. Pessoas com a genitália masculina precisam se identificar como homens, sendo másculos, coerentes com a masculinidade hegemônica (CONNEL, 1995), por exemplo.

Se o gênero e a sexualidade são políticos e estão engendrados a práticas culturais e outros marcadores sociais, cabe, portanto, construir lentes de compreensão sobre como eles emergem e são negociados em toda a nossa cultura, perpassando também práticas pedagógicas.

Para Saber Mais!

HEARTSTOPPER [temporadas 1 e 2]. Direção: Euros Lyn e Naican Escobar. Produção: Zoranna Piggott. Netflix. 2022/2023.

SEX EDUCATION [temporadas 1, 2 e 3]. Direção: Laurie Nunn. Produção: Jon Jennings. Netflix. 2019/2020/2021.

NERD, Diversidade. **O QUE É QUEER? - AULA COM REFERENCIAL TEÓRICO.** YouTube, 28 de setembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hXQcql3EsJ0&t>

Referências

BORRILLO, Daniel. **Homofobia**: história e crítica de um preconceito. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? **Cult**, São Paulo: Editora Bregantini, nº 6, ano 19, janeiro 2016.

CONNELL, Raewyn. Políticas de Masculinidade. **Educação e Realidade**, 20(2)- jul/dez 1995.

- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- JEFFREY, Richards. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, Natal. Nº 5, 2010, p.17-44.
- RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: notas sobre economia política do sexo**. Recife: Edição SOS corpo, 1993.
- RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade**. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes, Repositório Institucional da UFSC, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/I5tuiu>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- RUBIN, Gayle. Políticas do sexo. **São Paulo: Ubu Editora**, 2017.
- SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. 1ª ed, 3ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- SEIDMAN, Steven. **Queer Theory/Sociology**. Malden: Blackwell, 1996.
- WARNER, Michael (editor). **Fear of a Queer Planet: Queer Politics and Social Theory**. Minneapolis/London, University of Minnesota Press, 1991.
- WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE

Olívia Pereira Tavares¹
Christian Linhares Rossi²

O que você vai aprender com este texto:

- Conhecer os conceitos de representação e identidade e como estes conceitos produzem os sujeitos;
- Identidades são produzidas e atravessadas pelo gênero e podem se deslocar da binaridade feminino-masculino.

Os conceitos de representação e identidade

Representar carrega sentidos ligados a reproduzir algo ou alguma coisa, seu símbolo, a sua imagem. Nesta perspectiva, a representação apresenta-se como presença daquilo que está ausente. Ao olharmos fotos de outrora, vislumbramos nossa imagem ali representada. Esta imagem não diz quem eu sou, mas estaria a me representar. Mas o que isto nos diz sobre o conceito de representação?

Tomaz Tadeu da Silva (2010) apresenta o conceito de representação articulado à constituição de significados, dados por meio de processos simbólicos construídos na/pela linguagem. Para o autor, representação pode ser vista “como inscrição, marca, traço significante e não como processo mental.” (SILVA, 2010, p. 32). Neste sentido, a representação seria os modos como o conhecimento se materializa, por meio de signos, constituintes de sistemas representacionais. Estes sistemas são provisórios e instáveis, mudando conforme as contingências do contexto histórico, social e cultural que são produzidas (SILVA, 2010). Ao olhar uma fotografia tirada há uma década, os sentidos que tal imagem produziria seria dado pelo contexto histórico, social e cultural de quem a olha, a partir de significados possíveis de serem a ela atribuídos. Na esteira desta proposição, “representar é narrar, dizer sobre, atribuir sentido, e, no foco que nos interessa, representar é também uma maneira de falar das identidades, de inventá-las, instituí-las e governá-las” (COSTA; CAMOZZATTO, 2006, p. 236).

Assim, representar, para Stuart Hall (2016), tem a ver com os modos que utilizamos os sistemas representacionais e construímos sentido para significar as coisas por meio da lingua-

¹Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil e Servidora técnica-administrativa em Educação no IFRS - Campus Canoas e em cooperação técnica parcial na Assessoria de Gênero e Sexualidade do IFRS. | E-mail: olviatav@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2221568674362114>.

²Bolsista de Pesquisa e estudante do quarto ano do Ensino Médio Integrado em Técnico em Administração - Campus Canoas. | E-mail: clinharesrossi@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7289720352133990>.

gem. Desta maneira, a representação seria vista como uma prática que atribui sentidos para dizer sobre determinada coisa por meio da linguagem, por meio de correlação de códigos, mapa conceitual, palavras e imagens (HALL, 2016). Voltemos ao exemplo da fotografia. Nela, vislumbramos a imagem representada de uma mulher, por meio das marcas, códigos e inscrições que nos permitem identificar uma série de traços que marcam o corpo ali estampado e dizer que se trata de uma mulher, assim como outros atravessamentos que inscrevem-na, tais como uma determinada raça e geração, por exemplo.

Se olharmos para os sentidos da palavra identidade, esta diria respeito ao conjunto de características que individualizam os sujeitos e os distinguem de uma pessoa ou uma coisa. Mas e o conceito de identidade?

Pesquisadores como Stuart Hall (2000; 2005) e Tomaz Tadeu da Silva (2010), e a pesquisadora Guacira Lopes Louro (2007), apresentam o conceito de identidade de uma perspectiva estratégica e posicional, desvinculando-a de um caráter essencialista. Visto por estas lentes, identidade não “assinala[ria] aquele núcleo estável do eu que passa, do início ao fim, sem qualquer mudança, por todas as vicissitudes da história.” (HALL, 2000, p. 108), mas seria um processo, nunca completamente finalizado.

Nesta direção, o conceito de identidade é visto aqui como “construções sociais e culturais negociadas” (RAGO, 2005, p. 49) e que envolvem a possibilidade de dizer o que somos; e dizer aquilo que eu sou, relaciona-se com o que não sou. Na constituição dos sujeitos, dizer o que somos (e o que não somos) envolve múltiplas e distintas identidades: de gênero, raça, classe, geração, sexualidade, dentre outros. Se afirmo minha identidade como uma mulher, de 40 anos, branca, trabalhadora e heterossexual, eu digo quem sou por meio de uma série de marcadores - identidades - onde anuncio, também, o que não sou.

Desta maneira, é possível dizer que os sujeitos são assim constituídos de múltiplos marcadores de diferença. Todavia, “a medida em que são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais” (LOURO, 2007, p. 240), há uma “multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (HALL, 2005, p. 13). Dito de outro modo, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2005, p. 13).

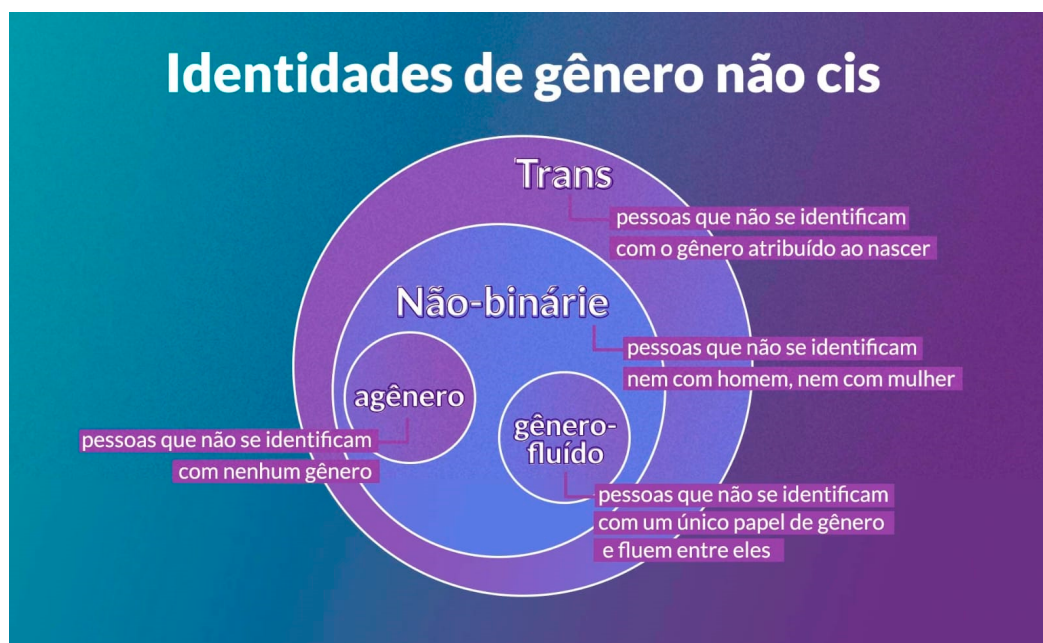
Identidades de gênero

Os conceitos de representação e identidade anteriormente apresentados contribuem para pensarmos como a(s) identidade(s) de gênero são construções cambiantes produzidas pelas relações sociais. Neste sentido, Guacira Lopes Louro (2014, p. 32) afirma que as identidades de gênero são construídas e “atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações

e práticas”. Tendo em vista os multifatores históricos, sociais e culturais, ser “homem” ou “mulher” seria visto como construção contingencial de si e na relação com o outro e que iria além dos aspectos dados pelo sexo biológico.

Na esteira deste pensamento, as identidades de gênero podem ser apresentadas por múltiplas possibilidades dentre pessoas cisgênero - aquelas que teriam sua identidade de gênero concordante com o sexo biológico designado ao nascer - e transgênero - aquela que a identidade de gênero seria discordante do sexo biológico designado no nascimento. A partir desta afirmação, uma pessoa trans seria, por exemplo, aquela que ao nascer teria sido designada como um sujeito do sexo masculino - homem -, mas ao longo de sua vida passou a se identificar e se constituir socialmente como um sujeito feminino - uma mulher. Na esteira deste pensamento, é possível vislumbrar o quanto as identidades de gênero são arranjos transitórios e com possibilidades de mudança ao longo do tempo e que se relacionam com as distintas histórias de vida e seus múltiplos atravessamentos de raça, sexualidade, geração, dentre outros (LOURO, 2014).

Imagem 1 - Infográfico de identidades trans



Fonte: Casa um (2021)

A imagem 1 apresenta como as pessoas trans constroem sua identidade, de distintos modos, como transgressoras da cisgeneridade, pela divergência do sexo biológico designado ao nascer. Além do binarismo de gênero masculino-feminino, as pessoas ainda podem se constituir fora dessa binaridade, como pessoas trans não-binárias. Dito isso, se as pessoas trans binárias discordam do gênero ao qual lhe foi designado, ainda se identificam a partir de uma lógica de gênero tido, historicamente, como norma, ou seja, como um homens ou mulhe-

res trans, as pessoas trans não-binárias não se constituem dentro desse sistema de gênero masculino-feminino, deslocando-se para fora da binaridade. Por exemplo, uma pessoa trans não binária pode se identificar enquanto uma pessoa agênero (que não se identificam com nenhum gênero), bigênero (que se enxerga como dois ou mais gêneros concomitantemente), uma pessoa demigênero (que se enxerga como apenas parcialmente pertencente a um gênero) e outras diversas possibilidades da identidade não-binária.

Para Saber Mais!

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, 184 p.

Pretinho Mais Que Básico. **O que é ser não-binário?!** Youtube, 18 de jun. de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6s74Al5Be78>. Acesso em: 06 jun. 2023.

Tempero Drag. **Rita em 5 Minutos: Pensamento Binário**. Youtube, 24 de jul. de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PX4Ee8BFZXA>. Acesso em: 06 jun. 2023.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais. 14. ed. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2014. p. 7-20.

Referências

COSTA, Marisa Vorraber; CAMOZZATTO, Viviane Castro. O magistério nas novelas da TV. In: COSTA, Marisa Vorraber. O magistério na política cultural. Canoas: ULBRA, 2006, p. 236-264.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p.103-133.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 10. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALL, Stuart. Cultura e Representação. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar e escrever... Educação, Sociedade e Cultura, n.25, p. 235-245, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. A emergência do gênero. In. LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 16ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, p. 18-40.

RAGO, Margareth. Rir das origens. In: SILVEIRA, Rosa Maria Hessel (Org.). Cultura, Poder e Educação. Canoas: Ed. ULBRA, 2005, p. 39-53.

SILVA, Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIVÊNCIAS TRANS

Notas introdutórias sobre estranhamento e acolhimento de gênero

Gabriel da Rosa Etcheverria¹

Rafa Ella Brites Matoso²

O que você vai aprender com este texto:

- Reflexões introdutórias sobre os conceitos de sexo e gênero;
- Noções críticas da cisgeneridade;
- Perspectivas compreensivas de corpos, identidades e vivências trans no Brasil.

Pessoas trans passaram a existir em oposição a uma ideia comum de gênero, corpo e identidade. O que há com essas pessoas que, em dado momento da vida, “decidem mudar de sexo”, muitas vezes de forma precária e se colocando em risco? Uma pergunta interessante a se fazer, nesse momento, é: existe uma pessoa “normal”, cujo gênero seja natural? A natureza define o que é o sexo? Para compreender as vivências trans de uma forma digna e humana, precisamos antes compreender quem não é trans e a suposição de normalidade cotidiana.

A crença em uma natureza sexual humana foi sendo moldada em nossas sociedades ao longo da história, especialmente nos últimos séculos. Parece algo extremamente óbvio, dado, inevitável. Na barriga da mãe, já temos o destino. A cor do enxoval. Os primeiros brinquedos. Os casamentos futuros. A formação e expansão da família. E, principalmente, os limites, as proibições, os tabus.

Toda uma vida é planejada, destinada, configurada por um dado simples, nada óbvio e, acima de tudo, subjetivo: o sexo. A bióloga Anne Fausto-Sterling (2002, p. 19) nos ensina que “sinais e funções corporais que definimos como masculinos e femininos já vêm misturados em nossas ideias sobre o gênero”. A presunção de uma natureza que conforma os corpos a partir de um sistema sexo-gênero-sexualidade, desde o nascimento, constrói um roteiro estrito e ensaiado de reproduções em nossa sociedade.

A pessoa cisgênero é aquela que nunca mudou de gênero, pois sempre se identificou com aquele que lhe foi designado antes mesmo do seu do nascimento (vide os tantos populares “chás revelação”). É aquela que nasce com caracteres biológicos femininos e se identifica com o gênero feminino, e que nasce com caracteres biológicos masculinos e se identifica com

¹Estudante de licenciatura em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. | E-mail: gabrel.etccheverria@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0114483453961920>.

²Estudante do bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa – campus São Borja. Bolsista do CNPq. | E-mail: rafa.ella.britesmatoso@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8424754059052313>.

o gênero masculino. Ou, nas palavras de Ana Hining e Maria Toneli (2023, p. 2), é a pessoa “cujo sentimento de ser de um gênero coincide com o sexo designado no nascimento”. Seria o oposto de transgênero, a pessoa que “transiciona”, “transforma” seu gênero. Cisgênero é o que comumente chamamos de “pessoa normal”.

No entanto, a cisnormatividade precisa ser nomeada, afinal, de que “pessoa normal” estamos falando? A norma que regula os corpos a partir do padrão cis (considerando as variáveis corporais, raciais, de classe e território) é uma ferramenta de produção de desigualdades – inclusive entre pessoas cis – e isso quase nunca é dito. Quantas mulheres cisgêneras não vivem em busca do corpo feminino perfeito? Quantos homens cisgêneros apelam a procedimentos estéticos para alcançar um símbolo de masculinidade?

Cis, trans: antes de tudo metáforas. Cisjordânia, região que margeia o Rio Jordão. Cisplatina, antigo nome do Uruguai, região que ocupa um dos lados do Rio da Prata. Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico. Cisalpino, transalpino. A isomeria geométrica da Química Orgânica, onde “cis” são os átomos que, ao dividirmos a molécula ao meio, permanecem de um mesmo lado do plano e “trans” os que permanecem em lados opostos (RODOVALHO, 2017, p. 365).

É importante compreendermos a cisgeneridade antes de adentrarmos o mundo das pessoas trans. A cisgeneridade é caracterizada como algo natural, algo normal, algo inevitável, algo que é correto perante leis da natureza ou leis divinas. Como se fosse o destino único de todas as pessoas. Como se todo ser humano precisasse ser cisgênero. Evidente que, segundo Hailey Kaas (2012), nem todas as pessoas cis se sentem confortáveis com os padrões que lhes são impostos. No entanto, existe um imperativo (BUTLER, 2002) que organiza a sociedade para que todos sejamos cisgênero e heterossexuais – como se fosse uma vontade geral oculta e universal que pré-destinasse nossos corpos, identidades e vidas a um modelo cisgênero e heterossexual. Tudo isso com um verniz de legitimidade que vem de todos os lugares: da família, dos círculos afetivos, dos núcleos religiosos, da escola, das instituições formais, da comunicação pública e coletiva, dos modelos de saúde, do imaginário e do inconsciente coletivo.

O primeiro ponto que viemos elucidar é que isso tudo não é natural. Foi normalizado em um processo cultural, que transformou uma forma específica de ser em uma norma, em uma lei, que obriga todos os demais a seguir, sem consideração. Simone de Beauvoir (1967) ilustra isso ao afirmar que “ninguém nasce mulher: torna-se”. O padrão de corpo e identidade cisgênero se tornou uma lei imposta sobre todos os seres humanos que nascem, de forma indiscriminada e, por vezes, violenta.

Travesti – Trans – Transexual – Transvestigênera

Transgeneridade, apesar de ancestral e provavelmente datada do início da humanidade, passou a ser compreendida como oposto de cisgeneridade. Em outras palavras, como o oposto do que foi construído como normalidade e naturalidade.

Como definimos, então, as pessoas trans?

Vamos evitar, neste texto, uma abordagem exótica das pessoas trans. Com isso, queremos dizer que não nos perguntaremos “o que são as pessoas trans?”, “como se desenvolvem?”, “o que fazem?”, “como vivem?”. Tais perguntas derivam de um tipo de investigação que se usa, geralmente, com animais e plantas. Em se tratando de gente – e de uma gente que foi constantemente desumanizada enquanto tal –, nosso interesse é aliviar a lente cisnormativa que nos foi ensinada para mirar as pessoas com olhos mais humanos.

Ou seja, não estamos aqui classificando um novo tipo de animal exótico. Estamos aqui abrindo espaço para que concepções humanas, negadas historicamente, tenham espaço. Isso envolve muita dor, processos de violência sistemáticos, desterro, diásporas, cortes e construção de possibilidades de vida, ainda que precárias, em meio ao nada.

Não existe uma experiência única de gênero. Em uma pesquisa rápida na internet nos conectamos a centenas, talvez milhares, de registros autênticos e originais de identidades e corporalidades em toda a extensão do planeta. As sociedades não-ocidentais nos ensinam variadas formas de organização sexual e de gênero. Os termos “travesti”, “transexual” e “transgênero” surgiram muito recentemente na história. Foram apropriados pelas comunidades e movimentos sociais, muitas vezes ressignificados, e levados a cabo em políticas públicas e de reconhecimento legal e institucional.

Gostaríamos de poder explorar as diversas (e belíssimas) possibilidades de gênero ao redor do mundo e das civilizações. Diante da limitação deste capítulo, deixamos aqui registros de experiências antigas que hoje batizamos de “trans”, porém, são anteriores ao surgimento do conceito.

Figura 1: Hijras na Índia Colonial



Fonte: BBC

Figura 2: Estátua de Hermaphroditus



Fonte: tgforum.com

Figura 3: Muxe mexicana do estado de Oaxaca



Fonte: gay.blog.br

Partindo do pressuposto de que toda definição aqui feita é provisória e autoritária, posto que há diversas formas de ser trans, entendemos também que se fez importante e necessário dar nome, batizar, organizar no discurso. Dessa necessidade de afirmação surgiu o termo transvestigênera, cunhado por e para a comunidade trans. Indianarae Siqueira, importante transativista e traviarca³ brasileira, define tal conceito como a “somatória das palavras travesti, transexual e transgênera, criado como uma palavra da nossa comunidade para nossa comunidade que fosse mais abrangente e também parasse a briga de definições”⁴. O termo travesti surge como um xingamento, em alusão ao suposto ato de “travestir-se de mulher”, sendo apropriado pela comunidade como uma identidade política e latino-americana de forma afirmativa. Os termos transexual e transgênero surgem do meio médico, tentando classificar e catalogar as existências trans a partir de uma perspectiva patológica – do “transtorno de gênero”, da “disforia de gênero” ou da “incongruência de gênero” – e são apropriados pela comunidade também de forma afirmativa. Há, ainda, uma infinidade de identidades de gênero não-binárias (que não se enquadram como “homem” ou como “mulher”), no qual muitas delas são compreendidas como trans ou não-cis.

Essa dinâmica de nomenclaturas são reflexo de táticas e estratégias. De um lado, de capturar os “não-conformes”; por outro, de potencializar a própria identidade através da afirmação. O importante, nesta reflexão, é manter um horizonte sempre aberto para formas variadas (e às vezes contraditórias) de afirmação de gênero.

³Termo cunhado na comunidade trans com objetivo de designar as matriarcas trans e travestis dos movimentos sociais.

⁴Disponível em: https://www.instagram.com/p/CrdY6snrQvS/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MmJiY2l4N-DBkZg==. Acesso em: 31 maio 2023.

É de conhecimento geral que as identidades trans são colocadas como agressivas e inimigas dentro da territorialidade da heteronormatividade vigente, alimentando uma espécie de terrorismo contra as “divergentes”. Por outro lado, estamos presenciando uma crescente organização daquelas que sempre foram desarticuladas, marginalizadas dos projetos políticos e das instituições públicas, podando suas potencialidades. Bhabha (1998) cunha o termo “entre-lugar” para se referir aos processos produzidos em meio às diferenças culturais, ou seja, através dos choques culturais, ocorre dentro dos movimentos de resistência a reverberação das potencialidades marginalizadas. Nos três últimos processos eleitorais (2018, 2020 e 2022), testemunhamos a ascensão de figuras políticas⁵ advindas dos movimentos trans que levantam o debate sobre o reconhecimento das identidades e corporalidades trans, especialmente no sentido da institucionalização de normas e procedimentos que garantam a existência de pessoas trans nas instituições e na sociedade de forma digna.

Durante a escrita deste texto, a transfobia - violência por motivos de gênero contra pessoas trans - e a homofobia tornaram-se crimes equiparados ao racismo, fruto de decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019⁶. No Congresso Nacional (agora com as duas primeiras parlamentares trans da história), a criminalização da LGBTfobia tramita em projetos de lei, porém ainda sem aprovação. Um importante marco normativo é a institucionalização do nome social – hoje entendido como nome civil igualitário, com a possibilidade de retificação do nome civil nos registros sem retificação nos documentos civis oficiais. Frisamos aqui a importância dessa política dentro das instituições de ensino, especialmente educação básica, considerando o gargalo na escolarização de significativa porcentagem da comunidade trans brasileira. O Conselho Nacional de Educação regulamentou o uso do nome social através da resolução nº 14/2017, garantindo a todo/toda estudante trans, o direito de utilizar o nome que se reconhece nos registros escolares.

É preciso refletir sobre o papel das instituições educacionais e seu compromisso com a formação e transformação da sociedade, sendo um ambiente acolhedor, principalmente para aqueles que já sofrem com a violência nos mais diversos espaços. Os alunos LGBTQIAPN+, principalmente alunas trans, não conseguem concluir seus estudos em decorrência das múltiplas violências, o que impacta diretamente no desenvolvimento das potencialidades destes indivíduos. Debates, discutimos, refletimos e, até mesmo, observamos no cotidiano, as questões relacionadas às experiências suportadas, a tentativa de resistir aos julgamentos, ao não cumprimento de seus direitos, às portas fechadas e às vagas de emprego omitidas. Dentro das instituições, nos congressos e seminários, levantamos ideias e tratamos como se os corpos e identidades trans fossem nosso objeto de pesquisa e não mais uma pessoa digna

⁵Dentre as eleições gerais de 2018 e 2022, foram eleitas: Erica Malunguinho – SP; Robeyoncé Lima – PE; Duda Salabert – MG; Erika Hilton – SP; Dani Balbi – RJ; Linda Brasil – SE; Carolina Lara – SP. Nas eleições municipais de 2020, no estado do Rio Grande do Sul, foram eleitas: Lins Robalo – São Borja; Regininha – Rio Grande; Yasmin Prestes – Entre-Ijuís. Em outros estados, por exemplo, foram eleitas Benny Briolly – Niterói (RJ), Filipa Brunelli – Araraquara (SP) e Thabatta Pimenta – Carnaúba do Dantas (RN).

⁶Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010&ori=1>. Acesso em: 31 maio 2023.

de seus direitos. Houve (IAZZETTI, 2020) significativo aumento de pessoas trans nas universidades públicas brasileiras, especialmente a partir de políticas como nome social e ações afirmativas. No entanto (IAZZETTI, 2020), os números ainda são tímidos.

Afinal, estamos realmente articulados com os movimentos LGBTQ+ para contribuir com a potencialização de meninas e meninos trans? Greco (2022), citando Neto e Agnoletti (2014), com conhecimento discorrem:

Há que se assumir coletivamente o compromisso de, em parceria com os movimentos LGBTQ+, contribuir com a construção de uma nova sociedade, que compreenda a diferença como uma pluralidade enriquecedora das relações sociais, não como desigualdade que oprime, inferioriza e até mata. (NETO; AGNOLETI, 2014, p. 254-255 apud GRECO, 2022, p. 216).

Caminhar para um ambiente habitável e salutar às pessoas trans pode significar se despir das convenções e, ao mesmo tempo, acolher todas as diversidades da vida humana. Um lugar bom para pessoas trans é um lugar bom para todos. O exercício de se aproximar de vivências marginalizadas socialmente pode evidenciar potências e belezas capazes de transformar a vida de uma comunidade, de uma instituição, de um todo. Temos as ferramentas. Temos os meios. A partir daqui, o caminho é verbo.

Para Saber Mais!

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **ANTRA**, [s. d.]. Cartilhas e Manuais. Disponível em: <https://antrabrasil.org/cartilhas/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº: 14/17**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 19 set. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72921-pp014-17-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 maio 2023.

MANHÃS DE SETEMBRO. Direção: Luis Pinheiro, Dainara Toffoli. Produção: Andrea Barata Ribeiro, Bel Berlinck. Intérpretes: Liniker, Gustavo Coelho, Thomás Aquino. s. l.: Amazon Prime. c2021. Disponível em: https://www.primevideo.com/detail/0PXXL593D70NSCSXP839VVI5ZB/ref=atv_dp_season_select_s1?language=pt_BR. Acesso em: 31 maio 2023.

MEU CORPO É POLÍTICO. Direção: Alice Riff. Intérpretes: Fernando Ribeiro, Giu Nonato, Linn Da Quebrada, Paula Beatriz de Souza. s. l.: Globoplay. c2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/meu-corpo-e-politico/t/ZJn1jKjKQC/>. Acesso em: 02 jun. 2023.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe: L'Expérience Vécue.** Librairie Gallimard: Paris, 1967.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura.** Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and subversion of identity.** New York: Routledge, 2002.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **cadernos pagu**, p. 9-79, 2002.
- GRECO, P. T. P. Currículos escolares e o combate à transfobia:: vidas trans importam. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 17, p. 209–231, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/46472>. Acesso em: 1 jun. 2023.
- HINING, Ana Paula Silva; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Cisgeneridade: um operador analítico no transfeminismo brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, p. e83266, 2023.
- IAZZETTI, Brume. Disputas e tensões no acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior público brasileiro. In: **IN: Anais Eletrônicos do VI Congresso da Associação Latino-americana de Antropologia Social (ALA).** 2020.
- KAAS, Hailey. O que é cissexismo?. **Transfeminismo**, 2012. Disponível em <http://transfeminismo.com/o-que-e-cissexismo>. Acesso em: 31 maio 2023.
- RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(1): 365-373, janeiro-abril/2017.

ESTUDOS FEMINISTAS

Catharina Silveira¹
 Maria Cláudia Dal'Igna²

O que você vai aprender com este texto:

- O que é Epistemologia feminista?
- O que faz um estudo ser considerado feminista?
- Quais são as possíveis relações entre Movimentos feministas, Estudos feministas e Estudos de mulheres?
- De que modos os Estudos feministas podem contribuir para pensar o Trabalho docente e as práticas de cuidado com os estudantes nas formações iniciais e continuadas?

Há tanta vida lá fora
 Aqui dentro sempre
 Como uma onda no mar
 (Lulu Santos e Nelson Motta)

São recorrentes as reflexões sobre Estudos feministas que iniciam dando destaque à pluralidade e à história dos Movimentos feministas. Costuma-se contar a história dos Movimentos feministas desde suas “ondas”. A metáfora das ondas pode ser muito problemática se acabar por descrever o movimento focalizando a vida de algumas, e não de todas, e cada uma das mulheres. Ao mesmo tempo, a metáfora pode ser potente se prestar à reflexão de que, a cada contexto sócio-histórico, alguns desafios ou modos de fazer se destacaram e acabaram por merecer o trabalho de quem entende-se feminista. Aqui, iniciamos por elas, assumindo a compreensão de que as ondas podem não descrever a contento a complexidade e as múltiplas tensões do Movimento, mas nos permitem fazer destaques e aglutinar os Feminismos em torno de narrativas comuns.

Esse verbete é escrito em tempos de "quarta onda" no Brasil e mundo, como tem sustentado Heloísa Buarque de Hollanda (2018), caracterizada pelos ativismos de rua e de redes sociais. Nosso objetivo principal, aqui, é colaborar com o debate sobre o que é ou pode ser considerado Estudos feministas. Com essa intenção, recorreremos às ondas, sem a pretensão

¹Pedagoga, Mestra, Doutora em Educação e Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Unisinos. Integrante no grupo Lola-Trabalho docente, gênero e sexualidade (Unisinos/CNPq). Professora da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre/RS. Pesquisadora com financiamento FAPERGS (2021-2023). E-mail: catharinasilveira@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5441943507956433>.

²Pedagoga, Mestra, Doutora em Educação. Professora do Programa de Pós-graduação em Educação Unisinos. Líder do grupo Lola-Trabalho docente, gênero e sexualidade. (Unisinos/CNPq). Em consonância com o movimento #maternidadenolattes, destaca que é mãe de duas gurias gêmeas e esteve em licença maternidade no ano de 2016. Pesquisadora com financiamento FAPERGS (2021-2023). | E-mail: mcdaligna@hotmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9564879599544686>.

de contar “A” história de cada uma delas, como se a cada uma delas tivesse dado conta de superar seu primordial desafio e, conseqüentemente, servido de ponto de partida para outro foco ou meio de lutas. É exemplificador pensar que, se por um lado a chamada primeira onda feminista – a onda das sufragistas –, experimentada no século passado, em diferentes cantos do mundo, ficou conhecida pela luta em torno do direito ao voto de mulheres nas democracias, por outro, há ainda hoje mulheres que vivem em países não democráticos, nos quais elas não são consideradas cidadãs, quiçá votantes autônomas plenas. Nessa direção, fazemos uso da metáfora, admitindo, contudo, que “a vida vem em ondas, como no mar, num indo e vindo, infinito” (Lulu Santos e Nelson Motta, 1983). Embaladas pela canção, nos interessa, aqui, refletir sobre o mar que inunda alguns estudos e tem permitido potentes navegações na produção de conhecimento acadêmico e para além dele.

Então, afinal, o que permite um conhecimento ser considerado feminista? Que estudos o produzem? Para a reflexão sobre essas questões, retomamos as palavras de Dagmar Meyer (2004) para explicar que, no Brasil, mais especificamente desde a chamada terceira onda, os Estudos Feministas foram e são produzidos a partir de um diálogo profícuo entre a Universidade e os Movimentos Sociais. No campo acadêmico,

Incorporando as características do próprio movimento, esses estudos adotaram perspectivas teóricas plurais e não necessariamente convergentes, aliando-se com diferentes campos de estudo como, por exemplo, a psicanálise, ou incorporando e tensionando a teorização marxista ou, ainda, produzindo teorias feministas como a teoria do patriarcado. Nessa trajetória de institucionalização científica e acadêmica, as teorizações feministas também questionaram e abalaram, desde o início e de muitas formas, pressupostos básicos do paradigma de Ciência hegemônico, tais como a universalidade, a racionalidade, a neutralidade, a objetividade, a prerrogativa de definir 'a' verdade, a ascendência sobre qualquer outra forma de saber que não compartilhasse de tais requisitos, a suposição de uma essência humana - masculina e branca - centrada na razão, dentre muitos outros. (MEYER, 2004, p.14)

Considerando o exposto, é importante pensarmos que algumas compreendem que os Estudos sobre mulheres são estudos feministas. Essa é uma opção legítima, se a proposição for, justamente, refletir sobre os contextos de (im) possibilidades para tais mulheres e suas vivências. Isso porque, admite-se a multidisciplinaridade e a multiplicidade de perspectivas, mas pressupõe-se que suas reflexões não advoguem, em nome do que quer que seja, pela limitação dos modos de existência dos sujeitos.

Nessa direção, são feministas os estudos que desafiam o patriarcado e suas tramas; São feministas os estudos que mobilizam gênero tecendo-o, teórica e metodologicamente, como relações de poder para descrever e problematizar as desigualdades e as iniquidades sociais vivenciadas pelos sujeitos que corporificam e interseccionam diferenças. É salutar, aqui, sinalizarmos nossa concordância com aquilo que há duas décadas já pontuava Lia Zanotta Machado

(2000). Compreendemos que, se por um lado, o reconhecimento das distâncias teóricas entre os Estudos feministas deve ser apontado, bem descrito e tensionado, em nome da qualidade da produção de conhecimento, por outro é necessário cuidado para não travarmos oposições apressadas entre a pertinência de uns estudos ou outros. Machado (2000) destaca que “a partícula conjuntiva ou supõe uma alternativa e induz a escolha entre os conceitos ‘gênero’ e ‘patriarcado’” (MACHADO, 2000, p.2). Há atualidade em suas palavras na medida em que elas advertem “se trata de conceitos que se situam em dimensões distintas, e que, portanto, não podem ser tomados como opostos” (MACHADO, 2000, p. 2).

Como pedagogas e feministas, mergulhamos na compreensão: de que “em meio às diferenças permanece um ponto comum: não se pode aprender sem se desprender. A se desprender, é claro, dos preconceitos anteriores, mas antes de tudo, e sempre, a se desprender de si” (SCHÉRER, 2005, p. 1187). Estudos feministas buscaram e buscam que os “temas maiores” se desprendam da arrogância de intitular-se “os mais importantes”. Por exemplo, o cotidiano, as relações entre as pessoas, os sentimentos, o amor e o cuidado não são temas e objetos das feministas e dos Estudos feministas. Escolher estudá-los desde uma perspectiva feminista pode, aí sim, ser escolha de alguns e algumas. Mas, eles perpassam toda a gente. Assim, não propomos dizer que qualquer estudo é ou deva ser feminista. Isso seria simplificar ou reduzir um campo de conhecimento que produz ferramentas analíticas, perspectivas teóricas e resultados legítimos na universidade, nos movimentos sociais, políticos e artísticos. Mas propomos assumir a compreensão de que todo estudo feminista engloba, necessariamente, o compromisso com tentativas de desprender, descolar, ainda que em partes e provisoriamente, quem o acessa - da ideia de que seus objetos e objetivos de estudos são adjacentes à produção do conhecimento pertinente.

Quais seriam os grandes temas do campo Educacional, por exemplo? Os estudos sobre Financiamento da Educação? Os estudos sobre Currículo? E quais seriam os temas menores? Seria menor pensar o afeto entre colegas professoras e professores? É menor pensar sobre os sentimentos dos/as docentes? É menor estudar o cuidado com os/as estudantes na escola? O que definiria a distinção de grandeza entre os temas? Como e por quê? A subversão que perguntas como essas demarca é central e aglutina o que podemos chamar de Estudos feministas, porque ao colocar “O” conhecimento” em perspectiva, “delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade.” [...], como já disse Margareth Rago (1998, p. 32). Para a historiadora, junto a indagações como essas, “[...] novos conceitos e categorias tiveram de ser introduzidos a partir das perguntas levantadas pelo feminismo e dos deslocamentos teóricos e práticos provocados.” (RAGO, 1998, p.32).

Dialogando com as autoras até aqui citadas, consideramos que os sujeitos dos Estudos

feministas são múltiplos: tanto os que conduzem os estudos quanto os que se tornam pauta. Há, por exemplo, Estudos feministas que versam sobre crianças e homens. Há Estudos feministas sobre economia global e local. Há estudos não feministas sobre amor e morte. Há Estudos feministas sobre mulheres. Há estudos sobre mulheres que não são feministas. Dizendo de outro modo, não são as temáticas e os objetos que tornam um Estudo feminista, mas o modo como esse estudo movimenta a relação entre quem conhece quem e o que pode ser conhecido, tornar-se conhecimento e como. Nesse sentido, é Feminista um estudo que

singulariza, conflitua e subverte relações políticas, de conhecimento e de poder, assim como formas de sujeição de e entre homens e mulheres, acolhendo e estimulando a emergência de novas formas de viver as feminilidades e as masculinidades, compreendidas além do corpo biológico como base para o gênero e a sexualidade. (DAL'IGNA, KLEIN, MEYER, 2016, p.473)

Como pedagogas formadoras de docentes, temos produzido Estudos feministas sobre Trabalho docente e cuidado. Temos feito isso argumentando que, para nós, cuidado é um objeto de estudo, mas não apenas um objeto, é uma ferramenta ética, política e pedagógica que imprime um modo de pesquisar e viver feminista. Escolhemos aqui, para dizer dessa nossa compreensão, a imagem estática de uma performance.

Figura 1: Performance Let Liminal Loose, dos artistas Alastair MacLennan e Sandra Johnston



Fonte: Venice Festival International Performance Art Week (2014)

Na foto, o artista Alastair MacLennan e a artista Sandra Johnston estão sentados em cadeiras de madeira em primeiro plano, uma de frente para a outra. Ele e ela usam roupas pretas iguais, mas adequadas ao tamanho de cada um/uma, e estão com os pés descalços. O homem

e a mulher equilibram sobre seu tórax uma prateleira de vidro e, sobre ela, duas taças com água. Seus braços, levemente flexionados para frente, buscam estabilidade para o movimento. Essa imagem nos têm sido cara para ilustrar nossa compreensão sobre o trabalho docente em uma perspectiva feminista. Podemos sentar juntos e juntas, nos olharmos e nos ajudarmos para manter o equilíbrio no desenvolvimento das nossas responsabilidades na Educação básica e superior. É preciso experimentar-se no encontro com o outro e com tudo que é frágil entre nós e em cada um de nós, professoras e professores. Olhar para o trabalho da docência, dessa forma, pode gerar estranheza à Pedagogia e seus temas.

Apostamos que tornar algo ou alguém feminista implica, como sugere, Ivone Gebara (2022, p. 76), “deixar aparecer outras maneiras de ser no mundo. Saímos das generalidades e entramos nas especificidades que antes se expressavam raramente”. Sabemos que não é usual refletir sobre trabalho docente com uma imagem, os chamados instantâneos no vocabulário da fotografia. Mas, por que não é usual? E, se não é, não poderá vir a ser? Quais são os efeitos de relacionarmos tal imagem às discussões sobre trabalho docente e feminismos? São rasos? Bobos? Efeitos menos acadêmicos? Trata-se de um jeito legítimo de conhecer? Não? Por quê? A solidez da madeira, as roupas elegantemente cortadas, o efeito das sombras, o conhecimento físico sobre equilíbrio e força, os artistas em relação: o que é mais importante nessa imagem performática? Na obra não parece haver hierarquia entre os elementos que estão a serviço de encantar, fazer contemplar e pensar. Da mesma forma, compreendemos que os estudos educacionais não podem abrir mão das reflexões sobre financiamento, tampouco das investigações sobre currículo, ao mesmo tempo em que necessitamos dos estudos sobre afeto e cuidado.

Contudo, ao trabalharmos pelo equilíbrio, não nos escondemos das dúvidas. Estudos feministas procuram, em suma, implicar-se com a disputa pela definição de conhecimento válido e útil e, nessa perspectiva, não buscam que se dite a certeza; Em outra direção, pressupõem relação com a incerteza.

A incerteza é, efetivamente, parte integrante desse modo de pensar; mas ousar dizer que é impossível exercer, seriamente, o ofício de pesquisador, seja qual for a vertente teórica pela qual se tenha afinidade, sem experimentá-la. Incerteza e dúvida não me parecem pecados que precisem ser exorcizados por um pesquisador ou pesquisadora; em vez disso, podem se constituir numa espécie de gatilho para qualquer investigação, podem ser exercitadas ao longo de um estudo e, desse modo, estimular a atitude de busca continuada do conhecimento. (Guacira LOURO, 2007, p.239)

Encerramos este verbete apostando, continuamente, nos Estudos feministas como propulsores de fazer (e) querer tempos melhores para todas, todes e cada um.

No espelho dessas águas
 Vejo a face luminosa do amor
 As ondas vão e vem
 E vão e são como o tempo
 Luz do divinal querer.
 (Lulu Santos e Nelson Motta)

Para Saber Mais!

- **Assista e reflita!** MUYLAERT, Anna. Que horas ela volta? [longa-metragem]. São Paulo: Pandora Filmes; 2015. Disponível pela **Globoplay Filmes**.
- **Deixa-te comover com** as temporadas de espetáculos 'Cabarés do Sul do Mundo' da Cia. RÚSTICA TEATRAL. Você encontra informações em @ciarustica (Instagram).
- **Compartilha! @grupo.lola** (Instagram). Lola. Grupo Interinstitucional sobre Trabalho docente, gênero e sexualidade. Unisinos/CNPq.
- **Busca cuidado** no livro Nós da Docência, de Maria Cláudia Dal'Igna. São Paulo: Editora Pimenta Cultural. 2023. Você encontra informações sobre essa obra em @mcdaligna (Instagram).
- **Conheça** os grupos, @s pesquisador@s e as publicações do Grupo de Trabalho 23 - Gênero, sexualidade e Educação - da ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Você encontra essas informações em: <https://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho/gt23-g%C3%AAnero-sexualidade-e-educa%C3%A7%C3%A3o>.
- **Reflita com a produção** do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades (Made) <https://madeusp.com.br/tag/genero> e de BANDEIRA, Lurdes Maria; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de . A transversalidade de gênero nas políticas públicas. Revista do CEAM, v. 2, p. 35, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10075>.
- **Aprenda conosco!** SILVA, Jonathan Vicente; DAL'IGNA, Maria Cláudia; SILVEIRA; Catharina da Cunha. Metapesquisa em teses e dissertações sobre docência e pessoas trans: queerização como aposta. Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação e Sociedade, 10(24), online. jul./set. 2023. Acessível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/10668>.

- **Acompanha** as produções das revistas acadêmicas Labrys <https://www.labrys.net.br/>; Revista Estudos Feministas (REF) <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref>, Cadernos Pagu <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu> e das @ **artistaslatinas** no Instagram.
- **Consuma** a produção do GELEDÉS INSTITUTO DA MULHER NEGRA, disponível em: <https://www.geledes.org.br/>.
- **Entenda!** MEYER, Dagmar E. E. Políticas públicas e a institucionalização do feminismo. Entrevista disponível em IHU- Todas as possibilidades de gênero. <https://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/463>.
- **Des-Aprenda** com a produção de NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. Transfeminismo. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- **Questiona!** SILVEIRA, Catharina. “E se fosse teu filho?”: bom senso na relação com “o outro”. IN: SILVEIRA, Catharina da Cunha. Bom senso como prática docente na Educação Infantil. (Doutorado em Educação.) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001107786&loc=2019&l=04a935b93079c363>.

Referências

- DALIGNA, Maria Cláudia; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar E. Estermann. Generificação das práticas escolares: uma abordagem feminista pós-estruturalista. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 16, p. 468-487, 2016. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/daligna-klein-meyer.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023
- GEBARA, Ivone. Aproximar. IN: DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022. v. 1. 280p.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque. Grifo é meu. IN: HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Explosão feminista**. 1. ed. Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, Pesquisar, Escrever. Revista **Educação, Sociedade & Culturas**. n 25. 2007. p.235-247. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC25/>

[Arquivo.pdf](#). Acesso em: 10 ago. 2023

MACHADO, Lia Zanotta. Perspectivas em Confronto: Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo. **Série Antropologia**, Brasília-DF, v. 284, p. 1-19, 2000.

MACLENNAN, Alastair; JOHNSTON, Sandra. **Let Liminal Loose**. Disponível em: <https://venice-performanceart.org/the-art-week/ritual-body-political-body-2014>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Teorias e políticas de gênero: fragmentos históricos e desafios atuais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, n. 1, p. 13–18, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000100003>. Acesso em: 27 ago. 2023

SANTOS, Lulu; MOTTA, Nelson. Como uma Onda (Zen-Surfismo). Intérprete: Lulu Santos. Compositores: Lulu Santos e Nelson Motta. Rio de Janeiro: Warner Music Group, 1983.

RAGO, Margareth. Epistemologia Feminista, Gênero e História. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres, 1998.

SCHÉRER, R.. Aprender com Deleuze. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1183–1194, set. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000400003>. Acesso em: 29 ago. 2023.

FEMINISMOS NEGROS

Aline Santos Oliveira¹

O que você vai aprender com este texto:

- Movimento Feminista: concepção e fases;
- Feminismos Negros;
- Interseccionalidade e Feminismos Negros.

Essa escrita se configura como uma trama enuciativa sobre Feminismos Negros num plano situado, que atravessa a autora e é tecido por experiências emergentes de seus modos de ser e estar no mundo. Assim, ao revisitar alguns escritos, o enunciado que aqui se apresenta, traz desdobramentos preenchidos de sentidos e polifonia.

Reconhecendo a complexidade da temática, faz-se necessário indicar à leitora ou leitor, que o texto abordará o conceito de Feminismo(s), como um exercício de inscrição do/no acontecimento, evocado/requerido por mulheres negras. Nesta direção, o conceito de Feminismos Negros se expande e produz movimentos calcados na diversidade, (d)enunciando as camadas relacionais, violências do patriarcado misógino capitalista e como essas estavam/estão incrustadas nas relações em suas intensidades/territorialidades; abordará, também, as fases ou as ondas do movimento feminista e como mulheres negras tecem politicamente resistências aos instrumentos maquínicos e que operam na sobreposição e silenciamento de suas realidades; por fim, e em especial, no que tange o recorte racial atravessado pela questão de gênero e classe - ressalto que a ordem dos termos raça, gênero e classe é proposicional para pensar o arquétipo interseccional. Encerro com um acabamento provisório das pistas tecidas ao discorrer sobre Feminismos Negros.

Em alguns momentos do texto, os pontos apresentados não aparecerão na ordem em que foram supracitados, pois se entrecruzam e o destaque se faz somente de maneira didática para apresentá-los.

Uma breve abordagem histórica

Jogo o feixe de luz nesse momento, para uma breve abordagem histórica sobre o(s) feminismo(s). Início com uma provocação de bell hooks (2018), pois a trama narrativa também se

¹Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia; Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul/Campus Canoas. Assessora de Relações Étnico-Raciais do IFRS. E-mail: aline.oliveira@ifrs.edu.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4353992724668536>.

configura nas tensões de poder, de territorialidade. Nesse sentido, qual narrativa se estabelece como majorante quando falamos do percurso ou emergência do(s) Feminismo(s)?

Segundo hooks (2018, p. 75), “uma vez que as primeiras pessoas do planeta Terra não eram brancas, é improvável que as brancas tenham sido as primeiras mulheres a se rebelarem contra a dominação masculina”. Nesse fio de pensamento, a autora faz uma provocação aos escritos que sinalizam as mulheres brancas como proponentes do(s) movimento(s) feminista(s) e como isso se concretizou numa “verdade”, tendo como ressonância, dentro do movimento, a inscrição de “mulheres brancas com ´privilégio de classe” como um degrau hierárquico superior às mulheres brancas pobres e todas as mulheres não brancas. Essas vistas como seguidoras das primeiras, apagando do bonde da história, trajetórias de lutas individuais de mulheres não brancas - e aqui marco as lutas das mulheres negras - frente ao patriarcado.

Obviamente, que essas relações dissonantes emergem de escritos sobre a emergência do(s) movimento(s) feminista(s) registrados em vários trabalhos/escritas, em especial quando o enfoque é ocidental. Mas, o que foi/foram o(s) movimento(s) feminista(s)?

Posso dizer, de forma objetiva, sem intenção de concluir o conceito, que o(s) movimento(s) feminista(s) requer(em) relações mais horizontalizadas entre homens e mulheres. Ou seja, que nenhuma desigualdade seja validada pela questão de gênero, raça e classe. Contudo, o aprofundamento do escopo político discursivo do(s) movimento(s) feminista(s) se dá pelos tensionamentos inscritos especialmente por mulheres negras, não brancas e pobres, que rebatem a perspectiva da “superinclusão” e inscrevem a interseccionalidade como metodologia para pensar a “forma como ações e políticas específicas geram opressões” (AKOTIRENE, 2018, p. 42).

A trajetória do(s) movimento(s) se revela(m) a partir de alguns eventos caracterizados como fases ou ondas do(s) feminismo(s). Essas dialogam com contextos históricos, culturais, políticos e outros.

Feminismo de Primeira Onda

No final do século XIX, ganhou força o movimento sufragista. Mulheres, em escala global, inscreveram movimentos em massa, em prol de isonomia e do direito ao voto. Na época, percebe-se um recorte mais democrático nas relações macros nas sociedades ocidentais, ao mesmo tempo em que grupos pertencentes dessas sociedades continuariam invisibilizados e tolhidos a participar de decisões estratégicas nas esferas sociais e, sobretudo, políticas. Foi em Londres que esse(s) movimento(s) inicialmente ganhou/ganharam destaque.

No Brasil, a luta pelo voto também marcou a primeira onda do feminismo no país. “As sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto” (PINTO, 2010, p. 15 - 16).

Vale ressaltar que Céli Pinto (2010) em seu escrito *Feminismo, História e Poder*, chama a atenção que a primeira onda, no Brasil, também se caracterizou por movimentos organizados pela “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas” e que visava a melhoria das condições de mulheres em fábricas e oficinas. Ainda, a autora enfatiza (PINTO, 2010), que o movimento feminista, da primeira onda teria, após efervescência passado por um processo de imersão, reacendendo apenas na década de 60, dando origem ao que os registros históricos (leia-se: “oficiais”) denominam de segunda onda.

Feminismo de Segunda Onda

Outros engendramentos sociais dão movimento ao(s) movimento(s) feminista(s) no mundo. Nos EUA, temos o movimento hippie; na Europa, o “Maio de 68”, movimento que tensiona os arquétipos acadêmicos da época. A interface sexualidade ganha destaque nessa fase, bem como o aprofundamento conceitual entre sexo e gênero. Porém, no Brasil, diferentemente da tendência mundial, composições políticas reprimem toda e qualquer forma de questionamento no país com a instalação da ditadura militar. Assim, ações de grupos que questionavam a ordem estabelecida tomavam forma e concreticidade na clandestinidade. Segundo Pinto (2010, p. 16-17), “o regime militar via com grande desconfiança qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas”. Entre as décadas de 60 e 70, tem-se o registro de vários movimentos em conjunto com mulheres feministas no Brasil e as feministas exiladas; trocas de experiências que vão agregar novos elementos políticos, desenhando arranjos outros a este(s) movimento(s).

Feminismo de Terceira Onda

No mundo, temos a emergência da cultura punk, assim como o fortalecimento do empoderamento feminino. Podemos sinalizar como terceira onda do feminismo no Brasil, o período da redemocratização, no qual há inscrições de coletivos, de todas as regiões do país pautando temas como “violência, sexualidade, direito ao trabalho, igualdade no casamento, direito à terra, direito à saúde materno-infantil, luta contra o racismo, opções sexuais” (PINTO, 2010, p. 17). Composições que resultaram na criação do Conselho Nacional da Mulher (CNDM) em 1984 e, por conseguinte, de inúmeras políticas públicas de modo a garantir direitos, sobretudo, o direito à vida das mulheres brasileiras.

Porém, é preciso (d)enunciar que há, dentro do(s) movimento(s) feminista(s), como toda e qualquer relação que se estabelece no país, um atravessamento estrutural de raça, gênero e classe. E, propositalmente, vimos isso descrito nesta abordagem acima quando raramente é citada a participação negra no movimento feminista no Brasil. Onde estavam as mulheres negras? Lutando para sobreviver e invisibilizadas nas narrativas assinadas por outras mulheres.

Um parêntese no percurso histórico

No artigo intitulado *Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional*, Rodrigues e Freitas (2021) demarcam alguns planos relevantes do Feminismo Negro, nas entrelinhas de um contar situado. Segundo os autores, o ativismo de mulheres negras brasileiras ganha visibilidade nas últimas décadas em canais antes restritos, principalmente, como ressonâncias “no debate sobre déficit democrático e sub-representação de integrantes de grupos subalternizados na política institucional” (RODRIGUES;FREITAS, 2021, p. 1). Ainda, segundo os autores, o resgate/reconto da contribuição das mulheres negras no movimento também se deve ao “reflexo da entrada mais expressiva de alunas/os negras/os nas universidades a partir das ações afirmativas” (RODRIGUES;FREITAS, 2021, p. 2). E complementam:

Esse período tem, nas redes sociais, um arcabouço primordial para a expansão das discussões para além da academia, ampliando repertórios discursivos e contribuindo para a proliferação de coletivos de jovens feministas negras (RIOS; PEREZ; RICOLDI, 2018; FACCHINI; CARMO; LIMA; 2020 apud RODRIGUES; FREITAS, 2021, p. 2).

Para hooks (2018), ao nos debruçarmos no contexto histórico sobre o movimento feminista, fica evidente que as mulheres brancas não descolonizaram o seu pensamento. E, nesse contexto de tensões, reproduziram racismo, sexismo e elitismo na relação com mulheres “não pertencentes” ao recorte de classe, no qual mulheres brancas transitavam e atuavam como a “voz do movimento feminista”. Comportamento que atravessou fronteiras, agarrado à fantasia de que mulheres brancas norte-americanas tinham mais direitos que as outras mulheres no mundo.

Revisitando escritos sobre feminismo(s) e feminismos negros, resgato o conceito de precarização, apresentado por Bourdieu e interpretado por Juliana Borges (2021). Este se inscreve nesse texto para pensar que devemos desconstruir barreiras dentro dos movimentos feministas. É preciso pautar as questões de privilégios dentro dos movimentos, pois não é natural viver a/na precariedade. Neste sentido, a precariedade:

[...] expressa uma característica daquele que é precário - que não é uma característica natural, mas fruto de um processo político e social. Portanto, a precariedade é política. Fruto de uma vontade que se expressará de forma direta/explicita ou indireta/omissa. Ou seja, o não fazer é uma escolha, portanto resultado de uma ação. (BORGES, 2021, s.p.)

Dessa forma, as narrativas também são construtos não naturais, portanto, fruto de escolhas e emergentes de relação de poder. Requerer visibilidade é posicionar-se. Assim, no exercício de mapeamento histórico, os registros são únicos e situados. E, falar sobre feminismo é falar também de Carolina Maria de Jesus - aqui um parêntese para a sua obra “O Quarto de

despejo”, datado na década de 60 -, é falar de Dandara dos Palmares, Tereza de Benguela, Antonieta de Barros, Laudelina de Campos Melo, Sônia Guimarães, Ruth de Souza, Léa Garcia, Maria Firmina dos Reis, Luisa Mahin, Lélia Gonzalez, Marli Pereira Soares, Albertina Maria Oliveira, Aurelina Santos, Bernadete Pacífico, Sueli Carneiro e outras.

Nesse bojo, retomando o diálogo com o escrito de Rodrigues e Freitas (2021), permito-me a fazer um recorte do título de uma das seções do artigo Entre o movimento de mulheres e o movimento negro, seguimos sendo mulheres negras. Nesta seção, os autores tecem uma trama a partir do conceito de interseccionalidade, em diálogo com os recortes de raça e gênero. No entanto, antes de discorrer sobre as tramas da interseccionalidade, quero apresentar como esse conceito se apresenta.

Conceito cunhado pela primeira vez pela pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, revela camadas produzidas pelas interfaces raça e gênero sobre grupos e seus modos de ser e estar no mundo. Maciel (2019), sinaliza que movimentos feministas e antirracistas, antes do conceito de interseccionalidade, abordavam “[...] o machismo e o racismo como fenômenos que atingiam de forma homogênea os indivíduos a eles sujeitos (MACIEL, 2019, p. 126)”. O autor ainda ressalta que nos escritos de Crenshaw, ela dá ênfase em especial para a mulher negra, pois essa “é oprimida não simplesmente como, de um lado, mulher, e de outro, negra, mas enquanto mulher negra”, apresentando uma especificidade operacional/estrutural de processos violentos, discriminatórios contra esse grupo. Ou seja, “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2012 apud MACIEL, 2019, p. 127).

Rodrigues e Freitas (2021, p. 04), espraiando sobre o conceito de interseccionalidade, afirmam que:

[...] a ideia das opressões cruzadas e indissociáveis de gênero, raça e classe já fazia parte do repertório discursivo das mulheres negras brasileiras desde os anos 1970 e 1980, período em que muitas integrantes do que viria a se constituir como um movimento autônomo começaram suas atividades, em uma dupla militância junto a coletivos de mulheres e de negros brasileiros, os quais reemergiram na década de 1970.

Nesse contexto, é ético registrar as contribuições de intelectuais negras que, na dupla militância, requereram o debate de gênero e raça, antes posto em segundo plano diante da abordagem dos efeitos da relação de classes. Rodrigues e Freitas (2021) apontam para o registro de Kia Lilly Caldwell (2010, p.04-05) que:

[...] destaca a importante tradição intelectual de mulheres negras brasileiras surgida nos anos 1970 e 1980 – com obras de Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Thereza Santos, Edna Roland, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro e Fátima Oliveira – que, conjugada à dupla militância, tornou-se fundamental para a construção do pensamento e da prática feminista negra no Brasil.

Entre arranjos e trajetórias plurais, no âmbito do feminismo negro, Carla Akotirene (2019) apresenta-nos o conceito de interseccionalidade como um método tecido pela sensibilidade analítica. Segundo a autora :

[...] a interseccionalidade impede reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais que tornam a identidade vulnerável, investigando contextos de colisões e fluxos entre estruturas, frequência e tipos de discriminações interseccionais (AKOTIRENE, 2019, p. 35).

E ressalta que “a interseccionalidade instrumentaliza os movimentos antirracistas, feministas e instâncias protetivas dos direitos humanos a lidarem com as pautas das mulheres negras” (AKOTIRENE, 2019, p. 36). Ainda em diálogo com Crenshaw, Akotirene (2019, p. 38) inscreve que:

Crenshaw se propõe a dessencializar a identidade, sem deixar de explicar as estruturas modeladas nesta identidade, produtoras de contextos aprimorados, adiante, pela exclusão política, silenciamento e discriminação. Quer investigar o fracasso da lei, considerando os equívocos retóricos dos movimentos negros e dos feminismos coparticipantes desta discriminação, porque insistem em produzir insumos teóricos para o Estado e sociedade civil sem, antes, analiticamente conceberem identidades interseccionais, sendo improvável enfrentarem o racismo desconsiderando tamanha obviedade.

Acabamento provisório dos pontos até aqui elencados

Discorrer sobre Feminismos Negros é exercitar a fluidez do pensamento de modo a acesar, dialogar e deixar desenhar-se est(ética)mente nas dimensões singulares de tempo-espaco. É para além de abordar o feminismo, viver mulheres negras. Por isso, não define-se o que é/são Feminismos Negros, vive-se! É ato! É polítonia... Quando é, já foi; e quando já foi, vem voltando!

O valor axiológico desse tema discursivo inscreve-se na ordem da vida, e aqui foram apresentadas pistas do que vêm a ser os feminismos negros, pois, como enuncia o ditado em Yorubá: “*Èni bá ãe oun tí enìkan ò ãe rí á rí ohun tí enìkan ò rí rí - Quem faz o que ninguém fez, vai experimentar aquilo que ninguém experimentou*”. E como nos apresenta Akotirene em diálogo com Crenshaw, a interseccionalidade se inscreve:

[...] visando aumentar os diálogos com as epistemes dos povos colonizados, abranger as travessias teóricas de corpos navegantes, balançados pelas águas étnicas, memórias índicas, culturas polissêmicas e posicionalidades transatlântica (2019, p. 64).

Nós por Nós!

Para Saber Mais!

- **Antônia** (telessérie). Tata Amaral. O2 Filmes. Brasil: Rede Globo, 2006.
- JESUS, Carolina Maria de. **O Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2001.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- **What Happened, Miss Simone?** Liz Garbus. Estados Unidos: NETFLIX, 2015. online (102 min.)
- **Dear White People**. Justin Simien. Estados Unidos: NETFLIX, 2017. (série)
- RIBEIRO, Djamila. **Cartas para minha avó**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Pólen, 2019.

BORGES, Juliana. **O Estado é ausente?** (Post Instagram: @julianaborges_1). 03 abr. 2021. Acesso em: 04 abr. 2021.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad. Ana Luiza Libâneo. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MACIEL, Lucas de Oliveira. A interseccionalidade de Carla Akotirene e o marxismo: apontamentos críticos a partir de Marx, Lukács e Chasin. In: **Práxis Comunal**. Belo Horizonte. v.2, n. 1, jan./dez., 2019, p. 125-150. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/praxiscomunal/article/view/20024>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. In: **Rev. Sociol. Polít.** Curitiba, v.18, n. 36, p.15-23, jun.2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNj-ZNcSBf5r>. Acesso em: 10 ago. 2023.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo Feminista Negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34, 2021, p. 1-54. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/NFdhTdVVL-SRPHzdDzVpBYMq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do Feminismo**. Enciclopédia Mulheres na Filosofia. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SEGUNDA PARTE:
GÊNERO, SEXUALIDADE E
SEUS DESDOBRAMENTOS
SOCIAIS

LINGUAGEM NEUTRA OU NÃO-BINÁRIA

Luciane Senna Ferreira¹

O que você vai aprender com este texto:

- Os objetivos da linguagem neutra ou não-binária;
- Comunidade que reivindica o uso da linguagem neutra ou não-binária;
- Linguagem neutra ou não-binária: questão social, cultural, política e linguística;
- Distinção entre linguagem neutra ou não-binária e linguagem inclusiva;
- Linguagem neutra ou não-binária como movimento das formas de comunicação.

Linguagem neutra ou não-binária: objetivos

A linguagem neutra, também denominada linguagem não-binária, tem o objetivo de evitar o uso dos gêneros tradicionalmente aceitos pela sociedade (masculino e feminino), visando uma comunicação na qual estas marcas não estejam presentes no discurso linguístico, de modo a contemplar todos os sujeitos de forma igualitária. Essa linguagem se dedica em alterar ou reformular expressões e/ou frases orais e escritas, de modo que os termos utilizados não se refiram a nenhum gênero, propondo modificações na forma de falar e escrever da língua, não demarcando sexo/gênero da pessoa. Direciona-se o seu uso tanto para se referir a coletivos, ao não empregar generalizações no masculino, como para pessoas que não se identificam com o binarismo de sexo/gênero, masculino e feminino, buscando, assim, uma comunicação mais respeitosa e igualitária. Trata-se de uma vertente recente das demandas presentes nas pautas da comunidade LGBTQIAPN+, comunidade que abrange pessoas não-binárias, as mais atravessadas pela falta de neutralização de gênero na língua portuguesa, uma vez que, praticamente, todas as expressões linguísticas no português estão marcadas pelo feminino e masculino.

Reivindicação por uma linguagem

De acordo com Ferreira (2021), a reivindicação de uma linguagem neutra ou não-binária é um fenômeno social, político e linguístico vinculado às lutas identitárias de grupos LGBTQIAPN+. Conforme o docente aponta, a finalidade desta linguagem é:

¹Doutoranda no Programa de Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade FEEVALE e Professora de Língua Portuguesa no IFRS - Campus Osório. | E-mail: luciane.ferreira@osorio.ifrs.edu.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3099753008499677>.

[...] atender a um público que precisa dela: as pessoas que questionam o seu gênero. Queremos uma linguagem comunicativa, inclusiva e que questione padrões. Não nos interessa, por ora, mudar a gramática normativa, porque ela é machista, elitista, construída por homens brancos (s/p).

Entre as pessoas que não se enquadram no binarismo de gênero estão as agêneras, transgêneras, travestis, intersexo e outras possibilidades bem como inúmeras intersecções, sendo que a linguagem neutra ou não-binária tem a intenção de dar conta dessa diversidade identitária. Melo (2021, s/p) aponta que, essa vertente de comunicação se torna, acima de tudo, atitude e busca para ultrapassar o tradicional e o colonial modo de representar que se centra no masculino genérico e, “sendo um projeto político de designação, a linguagem não binária sempre irá propor a reestruturação da língua”.

Destaca-se que, desde meados dos anos 80, os movimentos feministas denunciavam a linguagem masculina como não representativa e inclusiva para as mulheres, passando a proporem estratégias comunicacionais que as contemplassem na coletividade, por exemplo, ao saudar uma plateia, em que tenha ambos sexos/gêneros, seja referenciado “todos e todas”.

No entanto, esse uso não abrangeria outros grupos, mantendo a estruturação da língua ao conservar o binarismo masculino e feminino. Assim, outras estratégias comunicacionais foram pensadas para neutralizar o gênero gramatical e o uso na grafia do “x” e “@” foram adotados. No entanto, essas grafias não apresentavam sons satisfatórios na língua portuguesa e, nesse sentido, não são mais utilizadas como estratégias de neutralidade de gênero na comunicação, uma vez que, ao não ser pronunciáveis, tornam-se em evidente dificuldade para pessoas com deficiências visuais e dislexia, bem como a forma de expressão prejudica os programas de tecnologia assistiva. Além disso, esse modo de grafia seria incorporado apenas na língua escrita, impossibilitando o seu uso no dia a dia da comunicação oral.

Nesse sentido, o uso da letra ‘e’ é a primeira experimentação pronunciável, a exemplo do emprego de “todes”, que se popularizou, utilizado para substituir o masculino genérico ou em situação na qual o falante quer contemplar todos os gêneros, especificando-os claramente: “todas, todes e todos”. Também há outros usos, como os pronomes pessoais Ile e Elu e derivações.

Contudo, a não demarcação de sexo/gênero na oralidade como na escrita é uma prática desafiadora para a língua portuguesa, pois ela é quase toda binária. Grande parte dos substantivos se classifica no gênero masculino ou feminino, bem como a referência às pessoas, que também se marca pelo binarismo seguido de adjetivos.

Linguagem inclusiva e linguagem neutra ou não-binária

Ambas linguagens são distintas, porém, inclusivas. São duas vertentes, na qual a primeira implica a flexibilização de termos que, quando usados no coletivo, não contemplam só o gênero masculino, por outro lado, a linguagem neutra ou não-binária ultrapassa a distinção entre masculino e feminino. A primeira pressupõe a inclusão dos dois sexos/gêneros, enquanto a segunda busca anular o sexo/gênero na linguagem.

A linguagem inclusiva nasce no bojo dos movimentos sociais feministas, propondo que o uso da linguagem masculina não é representativo e inclusivo para as mulheres. Como exemplo, a norma padrão da língua portuguesa indica que, para um grupo de mulheres e homens em um mesmo local, torna-se adequado utilizar “Bom dia a todos” para saudação. A utilização da língua, nesse contexto comunicacional, será inclusiva ao se utilizar “Bom dia a todas e todos”. Esse uso implica duplicar a marca de dois gêneros, feminino e masculino. Por outro lado, ampliando a noção de inclusão e representatividade identitária, tem-se a linguagem neutra ou não-binária. Um terceiro caminho inclusivo de comunicação para além da distinção do feminino e masculino, sendo compreendido como marca para ser interpretada na língua como neutro. Santos (2021) diz que, para o par “todas” e “todos”, uma terceira via, o uso de “todes”, no qual a letra “e”, nesse caso, indica a neutralidade de gênero na referência da palavra e, conseqüentemente, na comunicação, refletiria o reconhecimento da existência das pessoas não binárias. Conforme Santos (2021, s/p),

[...] a mudança da estrutura social se reflete, de certa forma, como usamos a língua, e isso não é algo novo, não é algo de agora. E não se pode esquecer como a luta de movimentos sociais, como o crescente reconhecimento da existência de pessoas não binárias, como tem impulsionado o uso da língua de um modo mais neutro. De certa forma, tem sido um mecanismo de transformação da língua, um instrumento de poder mesmo.

Nesse sentido, linguagem neutra ou não-binária não se configura como nova norma, mas uma tentativa de alguns falantes para que o português possa abranger uma parcela invisibilizada da população, pois o sistema linguístico atual não dá conta de representar todas as identidades e expressões que existem. O uso da linguagem neutra ou não-binária provoca, assim, uma nova visão de mundo pela ação comunicacional, um modo que não se apresenta de forma binária entre homem e mulher, feminino e masculino, constituindo-se, portanto, uma língua que inclui as identidades historicamente apagadas.

Movimento das formas de comunicação

A língua está sempre em movimento, organismo vivo que se desenvolve e que se transforma ao longo do tempo sob a influência e usos de seus falantes. A língua não obedece e não goza das mesmas leis da matemática ou da física, antes, sim, é mutável, ajustando-se aos propósitos e finalidades comunicativas de seus falantes. Nas palavras de Ferro (2021, s/p),

Línguas humanas são produtos das sociedades humanas, e não de um criador alienígena, e por isso incorporam nossas contradições e são palco de nossas disputas políticas e ideológicas. No caso em questão, há um fator determinante nesse cabo de guerra: a biologia. Como os mais velhos morrem antes, no final das contas prevalece a preferência dos jovens. Assim, se quisermos saber para que lado anda a língua, a melhor opção é observar como as novas gerações a estão usando. Como diria Belchior: “Você pode até dizer que eu tô por fora, ou então que eu tô inventando. Mas é você que ama o passado e que não vê que o novo sempre vem.”

Assim, a demanda por uma linguagem inclusiva, neutra ou não-binária pode ser considerada um movimento social, de transformação, e faz parte da evolução da língua, pois, poucas coisas são fixas e, definitivamente, a língua não é uma delas.

Portanto, a discussão sobre vertentes da linguagem, como a da inclusiva, neutra ou não binária deve estar presente nos ambientes escolares, instituição da esfera da vida social em que se trabalha, nos processos de ensino-aprendizagem, a utilização de diferentes linguagens em distintos contextos. A temática é ampla e deve ser vista com seriedade, uma vez que não se trata apenas de estar relacionada a um determinado grupo de pessoas e comunidade, pois a linguagem inclusiva, neutra e não-binária põe no centro da comunicação a diversidade e a relação entre diferentes pessoas através de uma nova perspectiva da língua e da linguagem.

Movimento das formas de comunicação

As discussões e questionamentos sobre como podemos melhorar a forma de nos comunicarmos são necessários para que a língua se transforme e evolua. A língua e a linguagem permeiam as esferas da vida, portanto, torna-se preciso compreender que todas as pessoas desejam e querem se sentir representadas nela e, para isso, busquem uma forma de encontrar esta representatividade. A linguagem inclusiva, neutra ou não-binária não é para si, diz Pessoto (apud FOLTER, 2023, s/p), mas sim para “o outro”, sendo preciso e necessário que se aprenda a olhar e reconhecer esse “outro”, tendo como aspecto central não o fato de você estar ou não à vontade com essa linguagem, mas sim, se você está disposto/a a acolher “o outro” por meio da linguagem.

Para Saber Mais!

MANIFESTO ILE. **Manifesto ILE para uma comunicação radicalmente inclusiva.** Instituto SSEX BBOX. Disponível em: <https://diversitybbox.com/manifesto-ile-para-uma-comunicacao-radicalmente-inclusiva/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MANUAL LINGUAGEM NEUTRA. **Comunicação para todes, todas e todos.** Universidade Brasília. Faculdade de Comunicação, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1rzjgGNEoX2T0reV41unKCgD38ES8rDkU/view>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MARIA, Jonas. **Linguagem neutra: principais críticas.** PUC Minas. Disponível em: <https://blogfca.pucminas.br/colab/linguagem-neutra/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

POSSENTI, Sírio. **Linguagem neutra: debate deve ser levado a sério, defende linguista.** Universidade Estadual de Campinas, 2020. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/tv/direto-na-fonte/2020/11/26/linguagem-neutra-debate-deve-ser-levado-serio-defende-linguista>. Acesso em: 23 jun. 2023.

SILVEIRA, Laura. **Ninguém nasce transfóbico!** Instituto Federal do Rio Grande do Sul -Núcleo de Gênero e Sexualidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/CkB2MgL3xMs?feature=share>. Acesso em: 26 jun. 2023.

[BAIXE GRATUITAMENTE O MANUAL DE LINGUAGEM INCLUSIVA DESENVOLVIDO PELA \[DIVERSITY BBOX\] CONSULTORIA PARA A HBO](#)

Referências

FERREIRA, Cleber. **Linguagem neutra: 'todes' ganha força entre especialistas.** Educação, 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

FERRO, Jeferson. **A querela da linguagem neutra: questão de política ou de linguística?** Uninter, 2021. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/a-querela-da-linguagem-neutra-questao-de-politica-ou-de-linguistica>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FOLTER, Regiane. **Linguagem inclusiva e linguagem neutra: entenda a diferença.** Politize, 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/linguagem-inclusiva-e-linguagem-neutra->

[-entenda/](#). Acesso em: 23 jun. 2023.

MELO, Iran. **Linguagem neutra: 'todes' ganha força entre especialistas**. Educação, 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca/>. Acesso em: 23 de jun. 2023.

SANTOS, Marcos Paulo. **Uso das linguagens inclusiva e neutra mostra movimento das formas de comunicação**. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/pesquisador-da-ufmg-revela-curiosidades-e-mudancas-na-comunicacao-brasileira>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SENA, Robert. **Afinal, qual a diferença entre Linguagem neutra e Linguagem Inclusiva de Gênero?**. Revista Roseta, v. 5. n. 2, 2022. Abralín, 2022. Disponível em: <https://www.roseta.org.br/2022/09/14/afinal-qual-a-diferenca-entre-linguagem-neutra-e-linguagem-inclusiva-de-genero/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BANHEIRO SEM GÊNERO

Gabriel da Rosa Etcheverria¹

Rafa Ella Brites Matoso²

O que você vai aprender com este texto:

- Perspectivas para lidar com a efervescente questão dos banheiros coletivos: Caberia misturar os gêneros? É correto pensar na construção de um banheiro neutro?
- Reflexão sobre a necessidade social de manutenção dos padrões de gênero através dos ambientes construídos.

A vida habitacional como a conhecemos no ocidente organizou um espaço equipado para encaminhar os fluxos fisiológicos humanos – especialmente, urina e fezes. O banheiro de nossa casa, mesmo que grande e compartilhado entre pessoas com intimidade, ainda é de uso individual. Afinal, a função dele é muito objetiva, quase logística. À medida em que crescemos e nos desenvolvemos, sem dúvida o banheiro ganha outras camadas – às vezes é o único espaço que uma pessoa tem em uma casa bastante povoada e agitada. Como outros cômodos da casa, ele pode ser cenário e palco de diversos acontecimentos humanos, vicissitudes, idiosincrasias. É um forte candidato a presenciar “o que fazemos quando ninguém está olhando”.

No entanto, ele ainda é construído com um objetivo simples: levar embora nossas excreções, ser um local de higiene. Não precisa cumprir pré-requisitos para poder utilizar um banheiro, basta precisar. Bom, ao menos, em tese, não precisaria.

Testemunhamos as sociedades ocidentais (e ocidentalizadas) institucionalizando os banheiros como formas de controle dos corpos, processo esse materializado nos banheiros públicos e coletivos (PRECIADO, 2019). Ou seja: o banheiro não era mais apenas aquele local de despejo e fluxo de rejeitos humanos; é, a partir de então, uma ferramenta de manutenção dos padrões corporais e identitários.

Considerável parte dos banheiros coletivos já impõem pré-requisitos: não ser uma pessoa com deficiência, ou seja, diverso-funcional³ ou neurodivergente⁴. É recente o movimento de tornar os ambientes construídos acessíveis às necessidades físicas e ocupacionais das pessoas em sua diversidade. Também há registro, lamentável, na história das sociedades ocidentais, de banheiros com critérios de raça - nomeadamente, como ocorreu nos Estados Unidos

¹Estudante de licenciatura em Ciências Humanas pela Universidade Federal do Pampa - Campus São Borja. E-mail: gabrel.etcheverria@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0114483453961920>.

²Estudante do bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política na Universidade Federal do Pampa – campus São Borja. Bolsista do CNPq. | E-mail: rafa.ella.britesmatoso@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8424754059052313>.

da América e na África do Sul, banheiros para brancos e banheiros para negros. Um entendimento comum, inclusive embasado cientificamente durante o tempo das teorias eugenistas⁵, de que as pessoas brancas seriam de uma raça superior às demais, o que tornaria o convívio com “pessoas de cor” na intimidade do banheiro um perigo, ou um problema grave.

Os movimentos feministas nos legaram importantes entendimentos acerca de sexo, gênero, corpo e identidade. Neste texto, partimos do pressuposto cultural, sexual e de gênero, amplamente embasado por autoras como Beauvoir (1967) e Butler (2002). Ou seja, gênero é uma construção social baseada em uma interpretação da anatomia sexual profundamente subjetiva e culturalmente localizada. Nesta direção, “nossos corpos são complexos demais para dar respostas claras sobre a diferença sexual. Quanto mais procuramos uma base física simples para o ‘sexo’ mais claro fica que o ‘sexo’ não é uma categoria física pura”, argumenta a bióloga Anne Fausto-Sterling (2002, p. 19).

Construir um ambiente com critério sexual é complexo, do nosso ponto de vista. Que tipo de presunções estão sendo feitas destes corpos? A diferenciação é de caráter puramente anatômico/fisiológico ou há outro tipo de escrutínio? Se há características sexuais físicas preponderantes e determinantes da ocupação do banheiro para as pessoas, por que o banheiro de casa não apresenta essa divisão?

No universo construído pela dominância heteronormativa, o sexo tem sua importância na constituição das subjetividades dos corpos, inculcados de pré-definições – calcados na ideologia presente em nossa sociedade – que define como estes corpos devem proceder e agir. A territorialização começa a partir das genitálias, aquilo que não é exposto, mas dita os trajés, comportamentos, espaços, sobretudo, relações de poder. Preciado (2011) nos enriquece, traçando o paralelo entre o que define como “sexopolítica”⁶ e sua relação com as práticas efetivas do poder sobre os corpos, alicerçando-se nos códigos binários (masculino e feminino).

Como processo de territorialização dos espaços públicos, estes inicialmente foram idealizados para as performances da masculinidade. Em um breve histórico sobre a construção dos espaços para realização de atos fisiológicos, Cervi et al (2020) afirma a criação deste espaço como destinado apenas ao público masculino, no qual era considerado o “público” - já que mulheres cisgêneras estavam relegadas à privacidade da “propriedade privada do lar”. Ou seja, a binarização dos banheiros pode ser considerada como algo recente, atendendo às demandas da bio-sexopolítica (PRECIADO, 2011), preocupada em empreender o controle de vida.

³Pessoa cuja condição física seja considerada diversa dos parâmetros estabelecidos como “normais”.

⁴Pessoa cuja condição mental e neurológica é considerada divergente dos parâmetros estabelecidos como “normais”.

⁵Teorias “científicas” que buscavam embasar a superioridade das etnias brancas e a inferioridade das demais, especialmente negras e africanas.

⁶[...] sexopolítica não pode ser reduzida à regulação das condições de reprodução da vida nem aos processos biológicos que se “referem à população”. O corpo straight é o produto de uma divisão do trabalho da carne, segundo a qual cada órgão é definido por sua função. Uma sexualidade qualquer implica sempre uma territorialização precisa da boca, da vagina, do ânus. É assim que o pensamento straight assegura o lugar estrutural entre a produção da identidade de gênero e a produção de certos órgãos como órgãos sexuais e reprodutores. (PRECIADO, p. 12, 2011).

⁷Entendida como a norma que impõe a todos os corpos os padrões característicos da cisgeneridade.

Muito além de excretar, os banheiros também são um espaço de sociabilidade e inspeção da cisnormatividade⁷. Também expressam as nuances do “público-privado” - as cabines sanitárias são espaços individuais, enquanto as partes com pias, espelhos e até mesmo mictórios são públicas - e é no público que ocorre o que podemos considerar como a examinação da cisnormatividade, podendo ir mais adiante, da hetero-cis-normatividade, nos olhares e trejeitos que procuram identificar qualquer indício da periculosidade que corpos “anormais” inflijam no espaço dileto da corporeidade binária.

Mais do que criar espaços que condicionam o acesso ao banheiro à identificação binária, as placas nas portas dos sanitários são uma espécie de cancelas de gênero, que materializam diferenças entre homens e mulheres, associando cada gênero e genital, ao papel reprodutivo e à socialmente esperada posição sexual. (CERVI et al, 2020, p. 339).

Refletindo sobre a espacialidade do banheiro, este é reivindicado como território da binaridade, reafirmando as características e identidades que apropriam-se da masculinidade e feminilidade e dela tomam para si papel de examinar corpos alheios, como que em um pacto de manutenção da cisnormatividade. Como Cervi et al (2020) aponta, a placa já está servindo como barreira, limitando os espaços nos quais corpos não normativos são impedidos ou ainda violentados, pois fere o “pacto da cisnormatividade”. Por que há tanto impedimento para que corpos trans, travestis e outros, que transpassam a cisnormatividade, utilizem banheiros?

Cabe aqui refletir sobre as relações de violência contra pessoas travestis e trans, o cotidiano de expressões que buscam deslegitimar suas identidades e vivências nos territórios urbanos, principalmente. Quantas vezes você assistiu notícias envolvendo alguma travesti fora da seção policial? Quantas vezes você viu de alguma esquete humorística que ridiculariza mulheres transexuais? Quantas vezes atravessamos a calçada para não cruzarmos por algum corpo “anormal”? É corrente, na sociedade brasileira, a ideia de que LGBTIs são pessoas completamente desprovidas de pudor, reduzidos à lascívia e tantos outros termos que são adjetivados pejorativamente, cujo objetivo é mantê-los à margem da sociedade. No caso da travestilidade, criou-se o pânico⁸ social de que tais corpos são propensos à prática de qualquer barbárie, sob o estereótipo de falsidade e periculosidade.

Ideia essa recente na história da humanidade. Silva et al (2019, p. 5) apontam para a anterioridade da condição trans, pois

séculos antes (de meados da Antiguidade Clássica até fins do século XVIII), o ser trans era qualificado como algo positivo, pertencia ao campo do divino, ou seja, todo o discurso sobre a questão da ambiguidade de gênero estava intrinsecamente relacionada ao mundo espiritual e ao universo das criaturas mágicas.

A busca por controle dos corpos é um feito da modernidade. Compreender as formas de dominação e controle nos exige mobilizar teoricamente alguns conceitos, inclusive na criação

⁸GONZALEZ, Mariana. 'Libera meu xixi': campanha quer que STF julgue uso de banheiros por trans.... **Universa**. São Paulo, 22 jul. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2022/07/09/libera-meu-xixi-stf-trava-ha-7-anos-acao-sobre-trans-em-banheiros.htm>. Acesso em: 23 jun. 2023.

e recriação epistemológica, visando a construção de melhores explicações. Nesse sentido, Silva et al (2019) cunham, na esteira do pensamento foucaultiano, o conceito de “dispositivo de cisgeneridade”, em inflexão às perspectivas (sejam científicas, sejam culturais), cuja intenção reside na manutenção da cisnormatividade. Tal dispositivo

opera e produz sentidos como forma estratégica de normalização materializada em uma espécie de prescrição de bases cisheterossexistas construídas que apontam para uma estrutura corporal e psíquica privadas, sob controle, e de constructos monogâmicos e reprodutivos aliados aos marcadores biológicos (SILVA et al, 2019, p. 6).

O uso do banheiro é, portanto, elemento dispositivo de manutenção (e, em contrapartida, de luta) das afirmações de gênero. Em estudo feito na Universidade Federal de Sergipe, Ferreira et al (2018, p. 174) enunciam as palavras de estudantes trans em sua vivência na universidade, onde:

[...] na primeira semana, quando eu entrei, fui barrada no banheiro feminino [...] para mim foi um choque porque eu achava que era um ambiente que não existia preconceito”, bem como se pensam estratégias de sobrevivência: “sempre chamava os meus amigos homens para irem comigo aí eles olhavam e a gente entrava.

Os excertos dos relatos de estudantes trans desvelam a operacionalização do dispositivo de cisgeneridade através dos banheiros. A arquitetura se torna não mais um ambiente construído, apenas, mas um instrumento de vigilância e controle. Imagine só, não poder usufruir do direito à saúde e à dignidade da pessoa humana em um ato simples e necessário como atender suas necessidades fisiológicas. Vamos além: o que uma pessoa cisgênera ganha ou assegura ao frequentar o “seu” banheiro?

Não temos indícios da eficácia das plaquinhas nas portas para evitar que crimes e violências sexuais ocorram dentro dos banheiros. Um homem cisgênero obstinado em realizar algum desses atos não o deixaria de fazer por haver uma placa “feminino” estampada na porta. E se uma mulher cisgênera se sentir insegura e desconfortável com a presença de mulheres trans no mesmo banheiro? Cabe a cada pessoa refletir sobre suas convicções. Com base no argumento articulado até aqui, medos e receios em relação à população trans é muito mais fruto de estereótipos e violências do que qualquer outra coisa.

Onde iriam, nesse sentido, as pessoas não-binárias? Se não se entendem nem como homem, nem como mulher, qual banheiro lhes restaria possível? Retomamos do começo: de onde vem a necessidade de generificar os banheiros? Pela nossa perspectiva, essa necessidade vem do controle dos corpos na manutenção dos padrões vigentes. Quem se beneficia do padrão precisa que ele continue vivendo, para que sua existência possa continuar a viver tal como é.

Ao analisar um processo no Supremo Tribunal Federal, de 2015, onde uma mulher trans

reivindica indenização de shopping center por funcionária tê-la impedido de usar banheiro feminino, Hollanda e Ehrhardt Jr. (2018, p. 194) registram argumento da Procuradoria-Geral da República (PGR) no processo, onde “a criação de um ‘terceiro banheiro’, exclusivo ao público LGBT ou a transgênero, constitui medida de segregação, incompatível com o respeito ao direito à igualdade e à não discriminação”. Ideia também rechaçada pelo ministro Edson Fachin em seu voto. No mesmo estudo, os autores registram a posição do ministro Luís Roberto Barroso ao considerar “questão constitucional” e de “repercussão geral”. Isso significa dizer que a decisão (na presente data, ainda sem julgamento pelo Tribunal), até o momento ancorada em positiva perspectiva constitucional, valerá para os mais de 700 casos semelhantes em judicialização no Brasil (HOLLANDA; EHRHARDT JR., 2018).

Este é, sem dúvida, um tema denso, longe de ser devidamente examinado em tão poucas páginas. Nosso intuito é o de levantar o debate por um caminho que seja digno e capaz de abarcar as necessidades humanas, especialmente aquelas subjugadas e negadas de forma sistemática na sociedade. Precisamos de bons argumentos, estudos confiáveis e boa filosofia para conduzir a discussão de uma nova ordem espacial em nossa convivência e cotidiano. Nossa vida veio antes dos padrões de gênero – que nos regem há tão pouco tempo, na história. Saciar nossas necessidades fisiológicas pode ser algo tranquilo e menos traumático se nossa visão estiver aberta a essa possibilidade.

Para Saber Mais!

BANHEIRO INCLUSIVO. [S. l.], 2021. 1 vídeo (1h51min). Publicado pelo canal SSEXBBOX Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dVGf2NRPNwA&t=2508s>.

Acesso em: 23 jun. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE 845.779**. TRATAMENTO SOCIAL A SER DISPENSADO A TRANSEXUAIS, anotações para o voto oral do Ministro Luís Roberto Barroso. S. a.. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/voto-ministro-barroso-stf-questao.pdf>.

Acesso em: 23 jun. 2023.

DIAS, Alfrancio Ferreira; ZOBOLI, Fabio; SANTOS, Adriana Lohanna. Banheiro como espaço político de gênero. **Rev. Reflex**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, maio 2018. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-99492018000200165&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2023.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe: L'Expérience Vécue**. Librairie Gallimard: Paris, 1967.
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: feminism and subversion of identity**. New York: Routledge, 2002.
- DE ALMEIDA NOGUEIRA CERVI, T.; MISKOLCI, R.; DIAS SILVA, M. R.; GOMES PEREIRA, P. P. O banheiro público como dispositivo de gênero. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, [S. l.], v. 13, n. 20, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/18173>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- FAUSTO-STERLING, Anne. Dualismos em duelo. **cadernos pagu**, p. 9-79, 2002.
- FERREIRA, A. F.; ZOBOLI, F. SANTOS, A. L. Banheiro como espaço político de gênero. **Reflexão e Ação** [ISSN 1982-9949]. Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, mai./ago. 2018. <https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- HOLANDA, Liv Lessa Lima de; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos. Pessoa trans e a polêmica do acesso aos banheiros: análise da decisão proferida pelo STF na Repercussão Geral do Recurso Extraordinário nº 845.779/SC. **Revista Fórum de Direito Civil – RFDC**, Belo Horizonte, ano 7, n. 18, p. 187-197, maio/ago. 2018.
- PRECIADO, B.. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- PRECIADO, Paul B. "Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino". Trad. de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. eRevista Performatus, Inhumas, ano 7, n. 20, abr. 2019.
- RODRIGUES, Pedro Luiz Rocha; et al. Corpos em Disputa: experiência de travestis e mulheres trans no acesso aos banheiros públicos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, s. n., p. 1458-1478, 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/71746>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- SILVA, F. C.; SOUZA, E. M. F.; BEZERRA, M. A. (Trans)Tornando a norma cisgênera e seus derivados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 27(2): e54397. 2019.

GÊNERO E ESPORTE

Ariane Corrêa Pacheco¹
André Luiz dos Santos Silva²

O que você vai aprender com este texto:

- As relações entre gênero e esporte;
- O esporte como fenômeno produzido e regulado por gênero;
- O esporte como elemento distintivo das masculinidades cis-heterocentradas;
- Diferenças, desigualdades e processos de exclusão produzidos por gênero no esporte;
- Resistências e possibilidades de participação de identidades de gênero dissidentes/dissonantes no esporte.

Abordar a relação entre gênero e esporte significa produzir articulações entre termos multifacetados, que se articulam com processos históricos, culturais, políticos, acadêmicos e, ainda, com representações que circulam entre as pessoas e com o nosso dia a dia. Em assuntos cotidianos, não são incomuns diálogos sinalizando as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres quando o assunto trata da prática de modalidades esportivas. Nos arranjos políticos, por exemplo, somente no ano de 2023 que uma mulher ocupou o cargo de Ministra do Esporte. Ana Moser, ex-jogadora de voleibol da seleção brasileira, foi a primeira mulher a ser nomeada nesse significativo cargo de gestão do esporte, fato esse que demonstra as disparidades e como a política de esporte nacional, até então, era constituída por homens ocupando os cargos de liderança e visibilidade.

Quando direcionamos o olhar para as produções acadêmico-científicas, gênero e esporte passam a ser compreendidos como conceitos, produzidos em meio a pesquisas e perspectivas teóricas, que nos oferecem possibilidades de analisar processos sociais e, quem sabe, criar diferentes alternativas para a vida em sociedade. Assim, abordar a relação entre essas duas temáticas é tarefa complexa e marcada por diferentes tensões.

No espectro de discussões sobre o esporte, uma primeira tensão se constitui sobre um fenômeno sociocultural que passamos a reconhecer como 'esporte moderno'. As discussões propostas por Norbert Elias e Eric Dunning (1992), pautadas no estudo longitudinal sobre a constituição do parlamento inglês no século XVIII, do controle da violência pelo Estado, das

¹Doutora em Ciência do Movimento Humano pela Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: ariane.pacheco@ufsm.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7495985421883117>.

²Doutor em Ciência do Movimento Humano e Pós Doutorado em Educação, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Docente nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano (PPGCMH) na UFRGS. E-mail: andrels@ufrgs.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1108349688580038>.

transformações nos códigos de etiqueta, das sensibilidades e das dinâmicas da nobreza, nos mostram que determinadas práticas/passatempos vão sendo transformadas. Nesse contexto, que instituições, regulamentos, exigências por competências técnicas, equipamentos específicos e processos de distinção social passam a constituir e estabelecer o 'esporte', uma prática vinculada às elites e, sobretudo, aos homens.

Compreender que o esporte moderno foi produzido por homens e para homens nos leva a entendê-lo como uma prática social generificada e generificadora. Sendo gênero um organizador do social e da cultura, podemos considerar que nesse processo de constituição e vivência do esporte se forjam, por meio de inúmeros mecanismos de regulação, leis, instituições, sujeitos e práticas. O esporte, portanto, pode ser entendido como manifestação que reitera e reifica os pretensos limites do binarismo sexual, processo histórico produzido diuturnamente por meio de um conjunto de mecanismos que: enaltecem as performances de corpos masculinos heterocentros; discriminam, censuram e desqualificam os corpos femininos; invisibilizam, interditam e excluem os corpos trans, travestis e não binários. A exemplo disso, a primeira edição dos Jogos Olímpicos da Era Moderna só permitiu a participação de homens nas disputas esportivas. Às mulheres eram reservados os lugares de espectadoras que deveriam exaltar as habilidades atléticas masculinas e 'embelezar' as arquibancadas e o contexto do esporte.

As primeiras mulheres competidoras só foram admitidas quatro anos depois, e em práticas esportivas³ que não prejudicassem a beleza dos traços femininos, nem mesmo a organização biológica das mulheres, que tinham na maternidade sua função precípua. De modo semelhante, enquanto a primeira copa do mundo de futebol de homens aconteceu em 1930, a primeira copa do mundo de futebol de mulheres aconteceu apenas em 1991. No Brasil, entre 1941 e 1979, as mulheres ainda foram proibidas, por lei, de praticar esportes como lutas, salto com vara, salto triplo, pentatlo, futebol, futebol de salão, polo aquático, rugby, halterofilismo e baseball. A proibição baseava-se no argumento de que tais esportes seriam prejudiciais à "natureza feminina" (BRASIL, 1941). Como resultado, é possível perceber que, ainda hoje, as mulheres recebem menos incentivos, visibilidade e condições materiais para acessarem e permanecerem nas práticas esportivas.

Em conjunto aos processos de interdição, violência, regulação e desigualdade que modulam a participação no esporte de pessoas que não estão dentre as representações de homem cisgênero⁴, também existem processos de resistência, problematização e produção de identidades que borram e reformulam representações cristalizadas dentre as práticas esportivas. Silvana Goellner (2005, p. 145), pesquisadora no campo dos estudos de gênero, história e esporte, nos mostra que nesse "território permeado por ambiguidades, o mundo esportivo, si-

³As mulheres participaram de disputas em cinco modalidades: tênis, vela, críquete, hipismo e golfe. Destas, apenas tênis e golfe eram modalidades oficiais para elas. As demais eram modalidades de exibição (SETANI e colaboradores, 2018).

⁴Maiores informações, ver *Identidades de gênero*, no verbete *Representação e Identidade*.

multaneamente, fascinava e desassossegava homens e mulheres". Ao mesmo tempo em que existe a naturalização da feminilidade, a associação das mulheres à maternidade, a erotização dos corpos das atletas, o apelo à beleza das jogadoras, dentre tantas interdições e constrangimentos, as mulheres protagonizaram histórias, seja no futebol, como sinaliza a autora, mas também em outras modalidades e espaços esportivos.

Dentre as pesquisas sobre a trajetória de mulheres, o estudo de Victor Melo e André Schettino (2009) nos mostra que, na transição entre século XIX e XX, a bicicleta e o ciclismo, em diferentes países, foi um movimento significativo na constituição de outras identidades, lugares ocupados pelas mulheres e de articulação aos movimentos sociais. Na Inglaterra, por exemplo, os atores evidenciam depoimentos de mulheres que fizeram parte do Movimento Sufragista, como, por exemplo, Susan Anthony e Elizabeth Staton, que evidenciaram o lugar da bicicleta na construção da liberdade, inclusive, relacionada com as roupas que eram utilizadas à época. Melo e Schettino (2009) ainda colocam que, na França, em mesmo período, o ciclismo fazia parte das práticas de lazer das mulheres e, nesse processo, o espartilho pode ser deixado de lado, as vestimentas se tornaram mais curtas e justas e os calções se tornaram uma possibilidade. Esses trajes permitiam sentar, caminhar, andar de bicicleta e assumir outras formas de se vestir para as mulheres. Em que pese os discursos médicos, os jornalistas, as regulamentações de instituições e regulação da sexualidade das mulheres pelos homens, os autores ainda evidenciam que, nos Estados Unidos, a bicicleta foi associada à ideia de 'new woman', tendo como eixo central a contestação dos papéis sociais femininos na transição entre século XIX e XX.

Nesse amplo espectro de discussões sobre gênero e esporte, torna-se imprescindível considerar que pessoas reconhecidas como do sexo masculino não só são incentivadas, mas também constrangidas a tomar o esporte, suas habilidades e seus saberes, como importante condição para construção das masculinidades cis-heterocentradas. Espaço de evidência da performance atlética, os esportes, sobretudo aqueles associados às masculinidades centrais, são tomados como sinônimos de força, destreza, virilidade e honradez, elementos distintivos entre os homens no contexto em que vivemos. Cabe ressaltar que esse processo que destaca e hierarquiza certas masculinidades por meio do esporte, coloca em relevo dois elementos: 1) o sexo biológico como fundamento básico para as altas performances esportivas, distinguindo portanto as cisgeneridades masculinas das feminilidades cis/trans, das masculinidades trans e das não binariedades; 2) a suposição da heterossexualidade (heterossexualidade compulsória) daqueles que performam os esportes que carregam fortes marcadores de masculinidade.

Nestes processos, sujeitos não heterossexuais, cujas expressões de gênero se distanciam da "passabilidade hétero", assim como sujeitos trans, em especial aqueles cuja expressão de

gênero se afastam da “passabilidade cis”, são paulatinamente afastados, com vistas a exclusão de seus corpos e sexualidades do contexto esportivo. Aqui, cabe uma ressalva acerca das transfeminilidades no esporte, cujos mecanismos de transição de gênero são diuturnamente questionados pelos privilégios da cisnormatividade. No Brasil, por exemplo, Tifanny Abreu, cujas marcas corporais reconhecidas como ‘masculinas de nascença’ são recorrentemente acionadas, isso na tentativa de estabilizar e reafirmar uma verdade incontestável de seu corpo e gênero, processo que busca inviabilizar a participação de mulheres trans nas modalidades esportivas femininas.

A presença de pessoas trans no esporte de alto rendimento não se trata de uma novidade do tempo presente. Wagner Camargo (2021) nos mostra que, já no final da década de 70, Renée Richards produziu o seu lugar nas quadras de tênis e estava entre as jogadoras do Top 20 no Aberto dos Estados Unidos⁵ à época. A condição de médica, bem sucedida, que não aceitou as classificações patologizantes de sua expressividade de gênero não tornou mais fácil o processo de transição e “nascer mulher em um corpo de homem era transgredir barreiras demais para o seu momento” (CAMARGO, 2021, p. 173). Dentre outros casos, e especificamente no cenário latino americano, Fabio Zoboli, George Manske e Eduardo Galak (2021), evidenciam que atletas como Jessica Millamán (hóquei na grama, Argentina), Mara Gómez (futebol, Argentina), Yanelle Zape Mendonza (atletismo, Colômbia) e Ignacia Trinidad Rozas (atletismo, Chile) são exemplos de pessoas que realizaram a transição de gênero por meio de alterações físicas e biológicas e, nesse processo, desestabilizaram as construções cisnormativas que sustentam o esporte, especialmente aquele considerado de alto rendimento.

Por fim, ainda cabe destacar que, nesse processo reflexivo que considera a articulação entre gênero e esporte, as performances de gênero vão sendo constituídas em processos sociais que buscam estabelecer e reificar binariedades, delimitar a participação de determinados sujeitos e rejeitar corpos que resistem, ressignificam e desordenam as cristalizadas representações de gênero engendradas no universo esportivo.

⁵Tradução livre de United States Open Tennis Championships, também conhecido como US Open, trata-se de um dos mais tradicionais torneios de tênis do circuito profissional, disputado nos Estados Unidos, desde 1881.

Para Saber Mais!

Podcast

Dibradoras. Disponível em: <https://www.b9.com.br/shows/dibradoras/>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Filmes

GIRL. Direção: Lukas Dhont. Produção Dirk Impens. Bélgica. 2018. Netflix.

Guerra dos Sexos. Diretores: [Jonathan Dayton](#), [Valerie Faris](#). 2019.

Documentário

Changing the game. Direção: **Michael Barnett**. Produção: **Alex Schmider, Clare Tucker**. 2019

Artigo

SILVA, André Luiz dos Santos.; DULLIUS, Rafael Goulart; SANFELICE, Gustavo Roes. Masculinidades dissidentes na copa do mundo do jornal "Folha de São Paulo". **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, p. e2067, 2020.

Livro

ANJOS, Luisa Aguiar dos. **Plumas, arquibancadas e paetês: Uma história da Coligay**. Campos do Jordão: Editora Dolores, 2022.

CAMARGO, Wagner Xavier de. **Leituras de Gênero e Sexualidade nos esportes**. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 205p.

SOUZA, Gabriela Conceição; MOURÃO, Ludimila. **Mulheres no tatame: o judô feminino no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUAD X/ FAPERJ, 2011.

GOELLNER, Silvana Vilodre; CABRAL, Juliana Ribeiro. **Futebol e mulheres: 7 histórias pioneiras**. Porto Alegre: Editora Grecco, 2022. 96 p. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/249983/001151701.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

Dissertação

CAMARGO, Eric Seger de. "Pessoas trans no esporte": os jogos da cisnormatividade. Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/218439>

Referências

- BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Planalto: Portal Oficial da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CAMARGO, Wagner Xavier de. **Leituras de Gênero e Sexualidade nos esportes**. São Carlos: EdUFSCar, 2021. 205p.
- ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992.
- GIGLIO, Sérgio SETTANI; GALATTI, Larissa Rafaela; MACHADO, Gisele Viola; ALTMANN, Helena; PAES, Roberto Rodrigues; SEONE, Antônio Montero. Desafios e percalços da inserção da mulher nos Jogos Olímpicos (1894-1965). **Record**: Revista de História do Esporte, v. 11, n.1., p.1-22, jan./jun, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Record/article/view/17868/10860>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esportes**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-151, abr./jun., 2005. DOI: 10.1590/S1807-55092005000200005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590>. Acesso em: 14 ago. 2023.
- MELO, Victor Andrade; SCHETINO, André. A bicicleta, o ciclismo e as mulheres na transição dos séculos XIX e XX. **Revista Brasileira de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, abr., 2019. DOI: 10.1590/S0104-026X2009000100007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/XtFkRQxjyYr4CHNDZzYMFcc/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023
- ZOBOLI, Fabio, MANSKE, George Saliba e GALAK, Eduardo. A generificação dos corpos de atletas trans e políticas de biologização do sexo. **Revista Estudos Feministas**. 2021, v. 29, n. 2.

ARTE DRAG

Lorenzo Lopes Soares¹

O que você vai aprender com este texto:

- Arte Drag;
- Performatividade de Gênero;
- Montaria;
- Transformistas;
- Corpo Megazord.

Drag é arte! Mas o que eu quero dizer com isso? Diferente do que muita gente pode pensar, Drag é uma manifestação artística, ou seja, é diferente de identidade de gênero. Quando alguém diz ser Drag, é importante entender que essa pessoa é artista e que está expressando suas ideias, por meio de recursos artísticos. Drag é uma forma de se expressar artisticamente no mundo, tá bom? Então tá bom.

Há algum tempo o Drag era compreendido como o ato de se vestir estereotipadamente para parodiar e representar um gênero oposto ao da pessoa que o estava fazendo. Essa já é uma visão obsoleta que não se encaixa dentro do que se entende por Drag hoje em dia. A arte drag contemporânea acompanhou as discussões acerca dos estudos de gênero e das novas formas de se compreender e viver gênero na sociedade, e suas definições acabaram por serem resignificadas também.

Então, bora entender mais!

¹Mestrando em Artes Cênicas no PPGAC/UFRGS. Email: lorenzolopessoares@gmail.com. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7742799640926723>.

Figura 1: Lo Litta - Persona Drag de Lorenzo Lopes Soares



Fonte: Luis Ferreirah

Drag é uma *persona*, não é um *personagem*!

De forma genérica, é possível dizer que um personagem é alguém fictício, ou seja, uma figura criada em uma história ou narrativa ficcional. Uma *persona* também é alguém criado artisticamente, mas que não está dentro de uma ficção (até pode estar, mas daí teríamos que entrar em outros assuntos).

De figuras que podemos entender como *personas*, trago como exemplo os palhaços (*clowns*), os bufões, as figuras da *commédia del'arte* (arlequim, pantaleão, capitão e etc) e também artistas da cultura pop que criam figuras para se expressar (a *Lady Gaga* é um exemplo disso, entre muitos outros). O *Drag*, como movimento e figura artística, também parte da construção de uma *persona*.

Drag sempre está falando sobre gênero!

A figura *Drag* usa de recursos cênicos como figurinos, maquiagem e gestos para modificar a visualidade corporal do artista. Eu chamo essa ação de práticas *transformistas*. Essas

práticas subvertem as normas de gênero estabelecidas na sociedade, o que as aproxima do movimento LGBTQIAPN+ e suas lutas por visibilidade e legitimação de identidades de gênero.

Dentro do movimento artístico *Drag* (por isso me refiro ao *Drag* usando o artigo “o”, por entendê-lo como um movimento) temos diferentes vertentes e formatos. Podemos destacar como família *Drag*, as *drag queens* (figuras que costumam estar vinculadas aos símbolos do feminino), os *drag kings* (que exploram os signos do masculino), os *drag queers* (que buscam refletir, borrar, confrontar e questionar os símbolos binários de gênero) e as *lady queens* (movimento de artistas mulheres que fazem drag para refletir sobre os símbolos do feminino).

Independente do formato, o *Drag* tem como característica esse tensionamento entre a maneira que se compreende gênero na sociedade e como se pode questionar esses comportamentos por meio de um discurso artístico. E para fazer isso, os artistas *Drag* fazem o uso de suas *montarias* (ou *montações*, o que eu gosto, porque remete a palavra montar + ações). As *montarias* são o resultado da composição de todos elementos cênicos e usados (maquiagem, peruca, figurino, sapato, enchimento, vocalidade, gestualidade e etc) para criar a visualidade dessas *personas*.

Nesse sentido, *Drag* é uma ação performativa e política que questiona e desafia as normas sociais relacionadas ao gênero. Judith Butler (1990), em seus estudos sobre performatividade de gênero, fala sobre como a construção das identidades de gênero na sociedade e ao longo da história ocorreu por meio da repetição estilizada de certos atos, e que tal construção se mantém e se atualiza através do comportamento das pessoas vivendo em comunidade. O *Drag* apresenta, como forma de arte, uma oportunidade de romper com essas repetições cotidianas e criar novas possibilidades.

As Drags e as Transformistas são a mesma coisa?

Antes de sua popularização na cultura mainstream, os artistas que desafiavam os gêneros binários em suas performances eram chamados de transformistas. A palavra *Drag* era associada a uma identidade estrangeira, de um tipo de arte que ocorria fora do Brasil. Com o fenômeno da globalização mundial, as influências estrangeiras também chegaram para as *transformistas*, tanto nas referências estéticas, quanto nos modos de fazer sua arte.

Diferenciar *Drags* de *transformistas* está muito mais relacionado em entender as influências de cada artista e seus contextos históricos, do que estabelecer formas concretas de como uma coisa se diferencia da outra. Falar em arte *transformista* é falar de tradição e de identidade brasileira. E dessa forma, dos processos que envolvem fazer arte. Acredito que toda *Drag* brasileira é *transformista* também.

Drag: um corpo *megazord*²

Ao se apresentar em performance, o Drag evoca imagens, inscreve discursos no corpo e abre espaço para novas interpretações. Este corpo Drag é composto por adereços, vestimentas e movimentos, criando discursos e experiências por onde passa. Vejo o corpo Drag como um verdadeiro "corpo megazord", uma composição de vivências e referências de vida e de experiências individuais, que se unem e se montam no corpo de cada artista.

O corpo megazord, ideia que me ajuda a pensar o Drag, fala dessa composição corporal montada no corpo do artista. Fala do processo criativo de beber das vivências e referências de cada um na sua vida artística, na sua vida cotidiana e sobre tudo o que a pessoa sabe e viveu dentro da arte Drag.

A minha ideia de corpo megazord veio de uma referência da infância, do programa infantil Power Rangers, e de eu sempre achar incrível a ideia de que pessoas diferentes contribuem com pedacinhos diferentes para criar um corpo colossal, de uma força absurda e com a possibilidade de vencer qualquer desafio.

No caso do Drag, os pedacinhos são as vivências que cada corpo passa ao longo da vida, e que no processo criativo de cada artista, vão constituir esse corpo extra-cotidiano, capaz de fazer qualquer coisa (muitos artistas Drag falam que suas montarias são suas capa de super herói).

A montaria é esse corpo megazord em ação. E os artistas, ao se expressar a partir do Drag, acabam colocando em ação também suas experiências, referências e habilidades nos seus processos de criação.

Drag é uma bagunça!

A arte *Drag* é muito mais do que uma simples representação cênica e teatral ou uma busca por respostas definitivas e discursos totalizantes. Ela transcende a tentativa de encaixar-se em conceitos objetivos e se revela como uma celebração única da vida. Cada artista carrega em seu corpo e vivência a essência do *Drag*, do seu *Drag*, tornando-o uma experiência pessoal e singular.

Drag causa mais dúvidas do que respostas, e é no corpo de cada um que o sentido dessa arte se instaura. Muito mais do que propor respostas para grandes questões políticas e sociais da humanidade, o *Drag* traz um rigor intenso com a celebração da vida para além de tentar explicar ela de formas binárias, fechadas e "dentro de caixinhas".

²Megazord: robô gigante que era utilizado pelos Power Rangers como último e mais poderoso recurso para salvar a Terra e a Galáxia durante as batalhas. Ele era formado a partir da união dos zords individuais de cada Ranger, que juntavam suas forças para derrotar seus inimigos. Power Rangers foi um programa televisivo americano, direcionado para o público infantil, muito popular entre as décadas de 1990 ao início dos anos 2000.

Essa arte carrega dimensões políticas e libertadoras, permitindo que pessoas expressem suas identidades e questionem as normas sociais, oferecendo novas leituras sobre o mundo e as formas de se relacionar com ele. O *Drag* é, portanto, essa busca pela celebração da vida, da diversidade e um espaço de afirmação e expressão. Eu vejo o *Drag* como essa busca da possibilidade de celebrar, muito mais do que definir.

Para Saber Mais!

Filmes

PRISCILLA, Rainha do Deserto. Direção: Stephan Elliot. Austrália: PolyGram Filmed Entertainment, 1994.

PARA WONG FU, Obrigada por Tudo! Julie Newmar. Direção: Beeban Keendron. EUA: Universal Pictures, 1995.

Documentários

PARIS IS BURNING. Direção: Jennie Livingston. EUA: Miramax, 1991.

DIVINAS DIVAS. Direção: Leandra Leal. Brasil:Vitrine Filmes, 2017.

WIGSTOCK: The Movie. Direção: Barry Shils. EUA: Barry Shils, 1995.

DRAG BECOMES HIM. Direção: Alex Berry. EUA, 2017.

Séries

Rupaul's Drag Race. Wow Presents. EUA, 2009.

Caravana das Drags. Amazon Prime Vídeo Brasil. Brasil, 2023.

We're Here. HBO. EUA, 2020.

Referências

AMANAJÁS, Igor. **Drag Queen:** um percurso histórico pela arte dos atores transformistas. São Paulo: Revista Belas Artes, 2014.

BAKER, Roger. **Drag: a History of Female Impersonation in the Performing Arts.** Nova Iorque: New York University Press, 1994.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Atos Performáticos e a Formação de Gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista.** In Pensamento Feminista. Conceitos Fundamentais. Org. Heloi-

sa Buarque de Holanda. São Sebastião do Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

CHACRA, Sandra. **Natureza e sentido da improvisação teatral**. São Paulo, SP: Perspectiva, 1991.

COHEN, Renato. **Performance como Linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FISCHER-LICHTE, Erika. **Estética de lo Performativo**. Madrid: Abada Editores, 2011.

GLUSBERG, Jorge. **A Arte da Performance**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

KUNST, Bojana. **Las dimensiones afectivas del trabajo artístico: La paradoja de la visibilidad**. In Ejercicios de Ocupación: Afectos, vida y trabajo. Org. PUJOL, Quim e ROZAS, Ixiar. Barcelona: Institut del Teatre, 2015. Cap. 7, p. 151-172

MARTINS, Leda Maria. **Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MEYER, Dagmar E.; PETRY, Analídia R. **Transsexualidade e heteronormatividade: algumas questões para pesquisa**. Porto Alegre: Revista Textos e Contextos, 2010.

PAVIS, Patrice. **A encenação contemporânea: origens, tendências, perspectivas**. Trad.: Nanci Fernandes. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SCHECHNER, Richard. **Performance Studies: an introduction**. Nova York: Routledge, 2013.

DIGNIDADE MENSTRUAL

Janaína Turcato Zanchin¹
Catia Eli Gemelli²

O que você vai aprender com este texto:

- Dignidade Menstrual como fenômeno multidimensional;
- Conceito de “higiene menstrual” e de “pobreza/precariedade menstrual”;
- Legislação brasileira sobre saúde menstrual;
- Programa Dignidade Menstrual no IFRS.

Menstruar é um fato na vida de pessoas que menstruam: mulheres cisgênero, homens transgênero, pessoas intersexo, pessoas não-binárias e outras pessoas com útero. Este fato cíclico dos nossos corpos nos acompanha, mensalmente, por aproximadamente 35 anos de vida. Mas, será que nós conversamos o suficiente sobre menstruação, seja nas famílias ou nos espaços públicos, como escolas e unidades de saúde? Os resultados de diversas ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas no IFRS nos mostram que não. Ainda há um longo caminho para que possamos superar o tabu sobre o tema.

No campo social, até pouco tempo atrás, menstruar era somente uma condição individual, que não tinha visibilidade pública. Somente em 2014, o direito à higiene menstrual passou a ser reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma questão de saúde pública e de direitos humanos. De acordo com ONU, todas as pessoas menstruantes têm direito à dignidade menstrual, o que significa, prioritariamente, ter acesso a produtos e condições de higiene adequados.

A dignidade menstrual é um conceito que transcende o combate à pobreza menstrual. Ela pode ser entendida como a promoção de meios para que as pessoas que menstruam possam conviver com este fato biológico de uma forma digna. Trata-se de um fenômeno multidimensional, pois envolve a discussão sobre saúde pública, saneamento básico, processos educativos, combate à desigualdade social e de gênero, dentre outras dimensões.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), em março de 2019, publicou o *“Guidance on Menstrual Health and Hygiene”*³. No documento, desenvolvido por especialistas em Educação, Saúde e Gênero, são considerados como fundamentais para a saúde menstrual, tanto os fatores de higiene menstrual, quanto os fatores sistêmicos mais amplos que vincu-

¹Psicóloga no Instituto Federal de Santa Catarina - Reitoria. Mestra em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: janaina.zanchin@ifsc.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1995958380192272>.

²Professora de Administração no IFRS - Campus Porto Alegre. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: catia.gemelli@poa.ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0289910263194536>.

³Guia sobre Saúde e Higiene Menstrual, em tradução literal.

lam a menstruação à saúde, bem-estar, igualdade de gênero, educação, equidade, empoderamento e direitos.

Entende-se que a dignidade passa por ampliar o acesso à educação e, abordar com naturalidade os corpos das pessoas que menstruam e a menstruação; o combate à pobreza/precariedade menstrual - que é a falta de acesso aos itens de higiene menstrual, tais como absorventes, papel higiênico e sabonete; e, ainda, elementos de estrutura necessários para essa higiene, tais como banheiros e água corrente. As pessoas que menstruam e se encontram em situação de pobreza menstrual estão expostas a uma série de vulnerabilidades, conforme indicam estudos de órgãos nacionais e internacionais.

De acordo com o relatório “Livre para Menstruar - Pobreza menstrual e a Educação de Meninas”, organizado pelo Movimento *Girl Up* e publicado em 2021, 28% das mulheres jovens já deixaram de ir às aulas por não conseguirem comprar absorvente. Quase metade delas (48%) escondeu que o motivo foi a falta de acesso a absorventes. Nesses casos, muitas(os) estudantes chegam a perder 45 dias letivos por ano em decorrência da pobreza menstrual, o que pode fazer com que percam o ano escolar.

Em alguns casos, há acesso insuficiente a absorventes, o que faz com que as pessoas passem horas ou dias com o mesmo absorvente. Nos casos em que não há absorventes disponíveis, as pessoas utilizam papelão, sacolas plásticas, jornais e até miolo de pão. O estudo do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) “Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos”, publicado em 2021, traça um panorama da realidade menstrual vivida por crianças e adolescentes brasileiras(os) que menstruam. O relatório aponta os riscos para a saúde resultantes da precariedade menstrual: alergia e irritação da pele e mucosas, infecções urogenitais como a cistite e a candidíase, e até uma condição conhecida como Síndrome do Choque Tóxico, que pode levar à morte.

Além desses riscos físicos, há também danos emocionais e mentais que a pobreza menstrual pode acarretar às pessoas que atravessam o período menstrual em situação de precariedade (MAGAN; ALMEIDA; FIGUEIREDO; OLIVEIRA, 2021). Ressalta-se que pessoas refugiadas, presas e moradoras de rua estão em situação de ainda maior vulnerabilidade no que tange ao acesso a uma saúde menstrual adequada (QUEIROZ, 2015).

Outra dimensão fundamental quando falamos em dignidade menstrual é a educacional. O desenvolvimento da autonomia das pessoas menstruantes e o combate ao tabu envolto no tema requerem o conhecimento sobre seus próprios corpos e questões a eles relacionadas. Por isso a importância do letramento de gênero e da educação sexual e reprodutiva como componentes dos currículos. Como reflete Assad (2021, p. 144), “a desinformação e a estigmatização da menstruação estão estreitamente conectadas. A falta de informação cria o tabu, e o tabu alimenta e faz perpetuar a desinformação”.

Diante de todos esses elementos, como podemos caminhar para uma sociedade em que todas as pessoas menstruantes tenham seu direito à dignidade menstrual garantido? Não há resposta fácil, mas já há alguns indícios, de que esse caminho passa pelo fortalecimento das políticas públicas e dos processos educativos.

Por fim, porque afinal optamos por utilizar a nomenclatura “pessoas que menstruam”? A resposta é simples, mas com um contexto complexo: utilizamos este termo porque há diferentes pessoas no mundo que menstruam, então, abordar a menstruação como algo vivenciado apenas por mulheres, excluiria essas pessoas de um debate — e de um direito — que também lhes pertence.

No dia **28 de maio**, é celebrado o **Dia Internacional da Dignidade Menstrual**. A data foi criada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para dar visibilidade às discussões sobre a falta do acesso básico à higiene entre pessoas que menstruam.

Legislação Brasileira

No mês de setembro do ano de 2019 foi apresentado o Projeto de Lei nº 4.968, de iniciativa da deputada Marília Arraes (PT/PE) e outros(as) trinta e quatro deputados(as). O objetivo do PL era instituir o “Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual” e alterar a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 e incluir absorventes higiênicos nas cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

Em agosto de 2021, o PL nº 4.968/19 foi aprovado pela câmara federal, com substitutivo proposto pela deputada Jaqueline Cassol (PP-RO). O PL aprovado previa a distribuição gratuita de absorventes higiênicos para estudantes dos ensinos fundamental e médio, mulheres em situação de vulnerabilidade e detidas. Em outubro de 2021, o então presidente da república Jair Bolsonaro sancionou a lei e instituiu o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual (14.214/21). No entanto, Jair Bolsonaro vetou os principais pontos da proposta aprovada pelos parlamentares, como a previsão de distribuição gratuita de absorventes higiênicos a estudantes em situação de vulnerabilidade dos ensinos fundamental e médio, a mulheres em situação de vulnerabilidade e a presidiárias. No dia 10 de março de 2022, o Congresso Nacional derrubou os vetos à lei nº 14.214/21.

Em 18 de março de 2022, o Diário Oficial da União publicou a promulgação da Lei nº 14.214/2021, sendo oficialmente instituído o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. De acordo com a lei, o objetivo do programa é:

I - combater a precariedade menstrual, identificada como a falta de acesso a produtos de higiene e a outros itens necessários ao período da menstruação feminina, ou a falta de recursos que possibilitem a sua aquisição; II - oferecer garantia de cuidados básicos de saúde e desenvolver meios para a inclusão das mulheres em ações e programas de proteção à saúde menstrual.

De acordo com a Lei nº 14.214/21, o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual assegura a oferta gratuita de absorventes higiênicos femininos e outros cuidados básicos de saúde menstrual. A distribuição dos absorventes foi regulamentada em março de 2023, com a assinatura do Decreto nº 11.432. A Figura 1 apresenta uma linha do tempo com os principais eventos desde a proposição do projeto de lei, até a publicação do decreto que regulamenta a promoção e proteção da saúde menstrual no Brasil.

Figura 1 - Linha do tempo da Lei nº 14.214/21



Fonte: Elaborada pelas autoras (2023)

Importante destacar que, antes da publicação da lei de âmbito federal, foram aprovados projetos de lei por câmaras estaduais e municipais, em diferentes locais do Brasil, como nos estados de Alagoas (Lei nº 8.478/21) e Paraíba (Lei nº 12.048/21), dentre outros. As leis estaduais e municipais possuem, como principal foco, a distribuição de itens de higiene, para combate da pobreza e precariedade menstrual.

Ainda sobre o tema da dignidade menstrual, segue em tramitação, no primeiro semestre de 2023, o Projeto de Lei 1249/22, com o objetivo de garantir licença de três dias consecutivos, a cada mês, às mulheres que comprovem sintomas graves associados ao fluxo menstrual. O projeto foi proposto pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), e prevê licença sem prejuízo do salário.

Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS

Dentre as consequências da pobreza menstrual está o afastamento e, até mesmo, abandono da trajetória escolar. Ciente disso e em atendimento ao Plano de Permanência e Êxito da instituição, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) desenvolveu o Projeto Dignidade Menstrual. Sua concepção teve início no ano de 2021, sendo efetivada com a publicação da Instrução Normativa 01, em maio de 2022.

A Instrução Normativa (IN) instituiu a distribuição gratuita de absorventes higiênicos e coletores menstruais em todas as unidades do IFRS, reconhecendo-os como item de necessidade básica para a saúde e higiene de estudantes que menstruam. Além disso, a IN determina a realização de atividades educativas prevê que:

os *campi* devem desenvolver atividades educativas para toda a comunidade acadêmica, voltados à educação em sexualidade e reprodução e divulgando o Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual, com vistas ao combate à desigualdade e violações dos direitos das pessoas que menstruam.

A iniciativa do projeto foi da Pró-Reitoria de Ensino (Proen), em parceria com a Assessoria de Gênero e Sexualidade do IFRS. Nos *campi*, o projeto envolve a participação dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgs), Núcleos de Ações Afirmativas (Naaf), Direções de Ensino e equipes de Assistência Estudantil. A seguir, a figura 2 apresenta um modelo dos cartazes afixados nos banheiros dos *campi* do IFRS.

No ano de 2022 foram distribuídos 16 mil pacotes de absorventes descartáveis e 170 coletores, em dezesseis *campi* da instituição. Também foram promovidas diversas ações formativas que originaram relatos apresentados por estudantes no 7º Salão de Pesquisa, Extensão e Ensino do IFRS. Para 2023, todos os dezessete *campi* da instituição se inscreveram para participação no projeto. Além das atividades educativas e da distribuição dos absorventes e coletores, está prevista a instalação de dispensers de absorventes em banheiros da instituição.

Figura 2 - Cartaz fixado nos banheiros do IFRS



Fonte: Departamento de Comunicação da Reitoria

Para Saber Mais!

“Pobreza Menstrual no Brasil: desigualdade e violações de direitos” - Relatório do UNFPA e do UNICEF traça um panorama alarmante da realidade menstrual vivida por meninas brasileiras. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>

“Absorvendo o Tabu” - Documentário de 26 minutos, lançado em 2018. Dirigido por Rayka Zehtabchi e produzido por Melissa Berton. Gravado na Índia rural, o documentário aborda os estigmas da menstruação e conta a história de mulheres que fazem absorventes higiênicos de baixo custo.

“Pandora’s Box” - Documentário de 76 minutos, lançado em 2019. Dirigido por Rebecca Snow. O foco são histórias de mulheres do vilarejo Maasai que são forçadas a faltar à escola, ou até mesmo a abandonar os estudos, pela falta de acesso a suprimentos menstruais.

“Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres - tratadas como homens - nas prisões brasileiras” - o livro de Nana Queiroz, jornalista e ativista pelos direitos

das mulheres, traça o cotidiano das prisões femininas no Brasil.

“Segunda Chamada” - O segundo episódio da segunda temporada de “Segunda Chamada” aborda a situação de uma estudante moradora de rua que, ao ser descoberta furtando papel higiênico da escola, informa que está menstruada e não tem acesso a itens de higiene menstrual.

“Red - crescer é uma fera” - o filme conta a história de uma menina de 13 anos que está passando por uma transformação em sua vida e que, em alguns momentos, ela se torna um grande panda vermelho. O filme faz uma alegoria sobre a menstruação e as transformações que o corpo das pessoas que menstruam atravessam durante a puberdade, sendo um bom disparador de conversas sobre as mudanças no corpo e também no comportamento que ocorrem na adolescência.

“A origem do mundo: Uma história cultural da vagina ou a vulva vs. o patriarcado” - Nesta história em quadrinhos a autora questiona por que as sociedades alimentaram uma relação tão esquizofrênica com a vagina ao longo dos séculos? Por que a menstruação é um tema apagado de nossa cultura quando costumava ser algo sagrado para os povos ancestrais? Com humor afiado, a artista expõe as mais diversas tentativas de domar, castrar e padronizar o sexo feminino ao longo da história. A origem do mundo escancara interditos e desafia mitos e tabus.

Referências

ASSAD, Beatriz Flugel. Políticas públicas acerca da pobreza menstrual e sua contribuição para o combate à desigualdade de gênero. **Revista Antinomias**, v. 2, n. 1, p. 140-160, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021**. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-350926301>. Acesso em: 10 jul 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.432, de 8 de março de 2023**. Regulamenta a Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11432.htm

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4968, de 2019**. Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/149605?_gl=1*1upyabs*_ga*OTU4NTAwMDc5LjE2ODAwOTQwMzE.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY5MjAzNDUyNC4xLjEuM-TY5MjAzNDU2NS4wLjAuMA. Acesso em: 10 jul. 2023.

BAHIA, L. **Livre para menstruar**: pobreza menstrual e a educação das meninas. 2021. Disponível em: <https://livreparamenstruar.org/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

HAJE, Lara. **Projeto garante licença para mulheres com sintomas graves no período menstrual**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/878508-projeto-garante-licenca-para-mulheres-com-sintomas-graves-no-periodo-menstrual/>. Acesso em: 2 ago. 2023.

MAGAN, Eugênio Daniel Alencar; ALMEIDA, Milena Nascimento; FIGUEIREDO, Sarahellen; OLIVEIRA, Adailson Henrique Miranda. Os impactos da pobreza menstrual na saúde das pessoas que menstruam. **Revista Brasileira de Educação, Saúde e Bem-estar**, v. 1, n. 2, p. 252-265, 2022.

QUEIROZ, Nana. **Presos Que Menstruam**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas; UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Pobreza Menstrual no Brasil**: desigualdade e violações de direitos. 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa. Acesso em: 2 ago. 2023.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Guidance on Menstrual Health and Hygiene**. 2019. Disponível em: <https://www.unicef.org/documents/guidance-menstrual-health-and-hygiene>. Acesso em: 2 ago. 2023.

MATERNIDADES

Carin Klein¹

O que você vai aprender com este texto:

- Conceito de maternidade ancorado nos Estudos de Gênero, em aproximação com a vertente pós-estruturalista;
- Aprofundamento teórico do tema e de sua contribuição para pensar a igualdade de gênero.

Aprendemos com Simone de Beauvoir (1967) que não nascemos mulheres, nos tornamos mulheres. Transpondo esse pressuposto para a maternidade, pode-se dizer que não nascemos mães. Se a maternidade não é instinto, não é uma essência feminina, um universal, tampouco dom ou missão dada pela natureza, ela não é compulsória, não é um destino natural a ser cumprido ou experienciado por todas as mulheres. Alicerçada nos campos teóricos dos Estudos de Gênero, toma-se a maternidade como uma construção cultural e isso significa dizer que é aprendida e significada no âmbito da cultura, ligada as nossas formas de cuidar, educar, estimular, alimentar as crianças, podendo ser exercida tanto por mulheres, como também por homens. Daí falar em maternidades no plural, formada por uma polissemia de vozes, interesses, lugares, instituições, campos do saber.

A maternidade está ligada a gestar, parir, amamentar, adotar, amparar, acolher. Então não se nega a materialidade ou as diferenças dos corpos, mas significa pensá-los como um local de inscrição das compreensões e das normas de uma sociedade, em um determinado tempo histórico. Aprendemos a ser mães de determinados tipos: cuidadoras, protetoras, abnegadas, severas, tolerantes, amorosas, despreocupadas, arrependidas, por meio do que nos ensinam nas instituições: familiares, religiosas, médicas, mas também nas formas de representá-las nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), nas campanhas de saúde e/ou publicitárias, folders, manuais e/ou guias de puericultura, políticas públicas e, ainda, nas novelas, séries, filmes, canções, poesias, literatura Infantil, podcasts, Instagram.

Dagmar Meyer (2017) é uma importante estudiosa feminista, evidenciando a maternidade como um tema central em suas discussões. Baseada em Joan Scott (1995) e Guacira Lopes Louro (1997), faz-nos considerar que o gênero atravessa e constitui as instituições, as leis, as normas, os símbolos, os conhecimentos, as teorizações, os currículos e as políticas, ou seja, são constituídas por pressupostos e representações de masculino e feminino. Isso nos faz

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS), Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS). E-mail: carinklein31@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7168696937800022>.

pensar e simbolizar que instituições como a escola são consideradas femininas, tornando o currículo um artefato generificado (DAL'IGNA; KLEIN; MEYER, 2016). Nomear uma instituição de ensino como “mãe” e designar a autoria de uma política pública a um suposto “pai” são exemplos emblemáticos disso na atualidade.

O gênero passa a funcionar como um elemento constitutivo das relações sociais e atua em meio às relações de poder, tornando-se uma ferramenta teórica e política para examinarmos os processos de construção, significação e naturalização das diferenças entre homens e mulheres, mães e pais. O uso desse conceito pode repercutir no sentido de desestabilizar as formas de organizações sociais desiguais e hierárquicas, assim como a desnaturalização de processos adotados como lineares, unívocos e impositivos (KLEIN, 2018; 2021).

A maternidade pensada como uma marca de gênero recusa e coloca em xeque a preexistência de algum sentido inato que justifique ou explique diferenças, desigualdades e hierarquias sociais, e que na perspectiva adotada são do terreno da cultura, produzidas por meio dos processos de significação. É exatamente na perspectiva de “desnaturalizar” e politizar uma suposta “natureza” feminina e materna, usada para responsabilizar e atribuir às mulheres determinadas funções, comportamentos, sentimentos e deveres como se fossem inatos, que ocorre a rejeição por parte do debate feminista em relação à simplificação das discussões que envolvem a maternidade e o cuidado, por exemplo, ligadas ao feminino.

Estudiosas como Londa Schiebinger (1998) buscaram demarcar a produção de significados relacionados às diferenças sexuais, através do estudo da anatomia comparativa no século XVIII e que não incluíam as mulheres no universo científico. Para a autora, diferenças como o tamanho do cérebro, pélvis e órgãos internos e até o tamanho dos ossos eram usados para justificar e atribuir lugares sociais distintos, posições políticas e econômicas para homens e mulheres. Isso contribuiu para a ocupação dos homens em posições de comando, de razão e de domínio nas esferas públicas da política, da ciência, do saber e do gerenciamento de empresas; “já as mulheres eram vistas como criaturas de sentimento, realizando seu ‘destino natural’ como mães, conservadoras dos costumes e confinadas ao lar” (KLEIN, 2003, p. 14).

Autoras como Elisabeth Badinter (1985), Aminatta Forna (1999), Valerie Walkerdine (1995), dentre muitas outras, trataram de argumentar que o amor materno não está inscrito em uma suposta condição humana, inata e comum a todas as mulheres. Na direção oposta, elas contestam essa premissa, assim como as “verdades” que circulam em campanhas publicitárias e de saúde, em manuais de puericultura, na psicologia do desenvolvimento e na biologia e que embasam, conduzem e constituem as nossas compreensões e ações, fundamentalmente, aquelas que tratam de circunscrever às mulheres integralmente o cuidado e a educação das crianças.

Camila Campos e Marlucy Paraíso (2015) argumentam que as nossas formas de pensar a infância, o currículo, assim como a maternidade, são formuladas a partir de sistemas explicativos formulados no âmbito de diferentes campos discursivos e do conhecimento, demarcando e circunscrevendo posições de sujeitos para homens, mulheres, jovens e crianças. As autoras nos conduzem a pensar que, ao mesmo tempo em que se alfabetiza as crianças, investe-se nas formas de ensinar e conduzir a serem meninas e meninos, assim como aprendemos formas de ser docente, de orientar as mães e pais em relação às aprendizagens e comportamentos dos/as estudantes. Os discursos que embasam os conhecimentos escolares, por exemplo, produzem raciocínios generificados, justificando as diferenciações no currículo, nos ensinamentos, nas normas, na ocupação dos espaços, nas resoluções de conflitos, nos livros infantis, nas brincadeiras e nas atividades consideradas “próprias” para meninos e meninas, mulheres e homens, mães e pais, professoras e professores. Nesse sentido, cuidar, higienizar, educar, amar e maternar tornam-se conceitos generificados.

No contexto das discussões sobre as maternidades que estão no bojo dos currículos, das poesias, das músicas, das séries de televisão, dos filmes da Disney, do Instagram, como já foi dito, os significados da maternidade seguem sendo disputados, a fim de nos ensinar o que conta para nos tornarmos uma “boa” mãe. Desse modo, discutir e estranhar o que é dito na mídia e veiculado como “verdade” em diferentes campos do saber acerca da mulher, do feminino e da maternidade, talvez se configure como um percurso potente e produtivo para re/pensarmos os lugares que naturalizamos, ocupamos e que produzem desigualdades de gênero.

Para Saber Mais!

COLLING, Ana Maria; TODESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 31-52, 2005.

KLEIN, Carin. Educação de mulheres-mães pobres para uma “infância melhor”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, p. 647, set./dez. 2012.

SANTOS, Fabiana Bulsing dos. **Representações de Maternidades na Literatura Infanto-Juvenil Contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas. 2022. Dispo-

nível em: <https://servicos.ulbra.br/BIBLIO/PPGEDUM331.pdf>.

Literatura infantil:

EITERER, Carmen Lúcia. **O menino que não nasceu da barriga da mãe**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

ORTHOF, Sylvia. **Se as coisas fossem mães**. 16. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2012.

PRESTES, Raquel. **As mães nunca são iguais**. São Paulo: Editora Adonis, 2016.

SANTANA, Patrícia. **Minha mãe é negra sim!** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

Filme:

TUDO sobre minha mãe. Direção: Pedro Almodovar. Produção executiva: Agustín Almodóvar. [S.l.]: Renn Productions; France 2 Cinema; El Deseo, 1999.

O filme traz uma história em que a maternidade é vivida de forma inesperada e ambivalente.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno** – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

CAMPOS, Camila; PARAISO, Marlucy. Raciocínios que generificam, diferenciam e hierarquizam no currículo da alfabetização de crianças. In: SBECE, 6.; SIECE, 3., Canoas, 2015. **Anais...** Canoas: Sbece; Siece, 2015.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar. Generificação das práticas curriculares: uma abordagem feminista pós-estruturalista. **Currículo sem Fronteiras**, v. 16, n. 3, p. 468-487, set./dez. 2016

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

KLEIN, Carin. **"...Um cartão [que] mudou nossa vida"?** Maternidades veiculadas/instituídas pelo Programa Nacional de Bolsa-Escola. Dissertação (Mestrado em Educação) –Programa

de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (org.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

SCHIEBINGER, Londa. Mamíferos, primatologia e sexologia. In: PORTER, R. (org.). **Conhecimento sexual, ciência sexual**. A história das atitudes em relação à sexualidade. São Paulo: UNESP, 1998. p. 219-246.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WALKERDINE, Valerie. O raciocínio em tempos pós-modernos. **Educação e Realidade**, v. 20, n. 2, p. 207-226, jul./dez. 1995.

MATERNIDADE ATÍPICA

Greicimara Vogt Ferrari¹

O que você vai aprender com este texto:

- O que é Maternidade atípica?
- Importância do reconhecimento de diferenças;
- Problematização sobre preconceito e barreiras atitudinais.

Não está em nenhum guia. Não faz parte de nenhum sonho. Não aparece em qualquer site de gestante. Socialmente parece não existir ou, como quase tudo, se busca o encaixe ao padrão existente. Todavia, não nos encontramos em modelos. Nos sentimos “o patinho feio” nas rodas de conversas de mães recém-nascidas, que contam lisonjeadas todos feitos de seus bebês: rolou, sorriu, segurou o brinquedo, engatinhou. Nossos bebês podem ter a mesma idade, serem até mesmo mais velhos, mas parecem estar a léguas de distância.

Algumas de nós recebem a notícia na gestação. O que era alegria, normalmente se transforma em medo, incerteza, dor... Sonhos são desfeitos e acontece o luto. É uma descoberta de que o ideal não existe e que não temos controle sobre nada. Outras convivem com seus bebês e já de início observam diferenças, mas o diagnóstico demora a chegar e o processo até ele envolve muito sofrimento. Quando chega, dói, mas visualizamos pistas de condução e junto com elas, o luto também se apresenta. Quando engravidamos queremos que nossos filhos e filhas nasçam perfeitos, com saúde e nos encham de orgulho.

Precisamos de tempo para processar. De noites acordadas e buscas no google de uma cura que não existe. Aos poucos entendermos que nossos bebês, mesmo com várias diferenças, são perfeitos, têm saúde e irão nos encher de orgulho. Precisamos nos despir de preconceitos, que muitas vezes nem sabíamos que existiam. De alguma forma nos encontrar e nos reconhecermos. Não somos iguais, sabemos. Nos vemos como atípicas. Sentimos a diferença na pele. Nos comentários. Nos olhares tortos. Nos julgamentos sem nenhum conhecimento de causa.

O dicionário *online* de Português conceitua atípico como aquele

que não se adequa ao que é típico, nem característico e próprio; irregular, anômalo: o órgão apresentava um comportamento atípico. [Medicina]; cujo desenvolvimento neurológico se difere do considerado padrão; neurodivergente.

¹Mestre em Educação pela Unisinos. Pedagoga na Assessoria de Ações Inclusivas, Afirmativas e Diversidade do IFRS. E-mail: greicimara.ferrari@ifrs.edu.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5281739102054915>.

Com este conceito, entendemos que existimos. Com o significado da palavra o desenvolvimento neurodivergente é catalogado e nos “enquadramos” em um espaço/tempo/condição e temos um papel: maternar fora da rota ainda denominada por alguns como “normal”.

Nesse percurso aprendemos muito. Pode ocorrer uma verdadeira transformação do “eu”. São exames constantes e agendas semanais de terapias, além dos incontáveis acenos indicando impossibilidade. No amor incondicional, lutamos pelo desenvolvimento de nossas crias e acreditamos nelas.

Existem legislações que nos amparam, mas na prática, para que elas sejam cumpridas, precisamos mais uma vez, enfrentar verdadeiras batalhas. O preconceito, em 2023, é enorme. Isso mesmo, você não leu errado: 2023! As principais barreiras para inclusão, infelizmente, são atitudinais. Falta uma palavra muito citada e pouco vivenciada: a empatia.

Engana-se quem conceitua nosso maternar como obra divina ou castigo. Atípicas sim, mães atípicas. Na adversidade nos constituímos. O que, para a maioria, passa despercebido; para nós, se torna motivo de comemoração: conseguiu rolar; aprendeu a sentar; traçou sua primeira letra. Tudo depois de muito estímulo. O sabor que isso traz é indescritível, degustado sem pressa. Aliás, a vida vai nos mostrando outras nuances do tempo. Tessituras próprias. Caminhos únicos. Em estradas desconhecidas, aos poucos, compreendemos e não nos vemos mais fora de nossa realidade atípica. Sabemos que, no diverso, a humanidade pode se tornar mais humana e o típico e atípico conviverem de forma harmoniosa.

Para Saber Mais!

BYINGTON, Olivia. **O que é que ele tem**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2016.

FERRARI, Greici. **Simplesmente Rara**: O cotidiano de uma mãe e uma criança com necessidades específicas. Porto Alegre: Editora Besourobox, 2021.

PATERNIDADES

Carin Klein¹

Rosilene Mazzarotto²

O que você vai aprender com este texto:

- Conceito de paternidade ancorado nos Estudos de Gênero e Masculinidades;
- Paternidades enquanto inscritas nos modos de construção social do masculino;
- Reflexões sobre a (des)igualdade de gênero.

Inspirando-se nas teorizações feministas, os estudos das masculinidades nos ensinam a pensar os homens, as masculinidades e as paternidades de forma plural, na medida em que a construção dos termos ocorre na cultura e envolvem processos que ora podem ser normativos e arbitrários, ora dinâmicos, contingentes e move-diços.

A construção da paternidade está inscrita nos modos de construção social do masculino. Ou seja, na cultura, nos valores, nos rituais, nos comportamentos, nas práticas cotidianas, nas linguagens, nas relações simbólicas, nos saberes e nos discursos que nomeiam, descrevem e representam o que é (e pode ser) considerado homem e paternidade.

Nessa produção, naturalizam-se e são ainda reforçadas formas de ser homem e pai, violento, trabalhador, amoroso, sentimental, possessivo, honrado, malandro, corajoso, controlador, forte, “macho” sexualmente, ou seja, inscrições simbólicas que tratam de aliar a constituição das identidades masculinas e paternas, principalmente, ao campo da sexualidade, da família e das sociabilidades.

Tradicionalmente e, ao longo dos processos civilizatórios ocidentais, relacionou-se aos homens e à paternidade, prerrogativas de poder, comando, controle, decisão, subsistência, apesar das diferenciações geográficas e temporais. Lógica cultural que ainda desconsidera as necessidades e as lutas por igualdade de gênero. Se há desigualdades e hierarquias de gênero é porque ainda se educa para um mundo binário, em que impera uma educação diferenciada e que incorpora valores de controle, rivalidade, agressividade e possessividade de uns sobre os outros.

¹Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE/UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/RS). E-mail: carinklein31@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7168696937800022>.

²Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduanda em Psicologia pela ATITUS Porto Alegre. Professora da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. E-mail: rosilenemazzarotto@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2063366757470088>.

A discussão sobre paternidades passa por, no mínimo, três searas: vínculos afetivos, construções sociais e políticas. Assim como é necessário distinguir o pai, ou aquele que é identificado como tal, do que pode ser entendido como função paterna. Novamente é preciso chamar atenção para o fato de que não tratamos de categorias estáveis e permanentes, então, o que entendemos por funções paternas modificam-se com o tempo, em diferentes famílias e em diferentes sociedades. E como ficam as crianças? Afinal, essas precisam de cuidados, de alento, de amparo, educação. Muitas pessoas podem exercer a ‘função paterna’, independente do gênero. Os números mostram que, no Brasil, as mulheres têm absorvido a maior parte desses compromissos.

Segundo dados do IBGE, em 2016, havia no Brasil 72 milhões de famílias com crianças, dessas, de 12 a 18 milhões não tinham o pai presente. Esse dado deve suscitar uma série de perguntas: o que é a paternidade ideal? Existe ‘uma’ paternidade ideal? Em um país tão desigual é possível imaginar que pessoas de todas as classes sociais, todas as cores, credos, diferentes graus de instrução e habitantes de diferentes áreas da cidade ou do campo desempenhem ‘uma’ paternidade ideal? Se respondermos a essa questão dizendo que é cobrado das mulheres um certo tipo de currículo materno e que estas vêm se desdobrando e conseguindo incorporar no seu cotidiano boa parte do que é esperado, estaremos reproduzindo mais do mesmo. Exigindo uma equiparação contrária ao que os feminismos apontam.

Outro discurso amplamente difundido sobre paternidades participativas e ideais, na contemporaneidade, contempla a necessidade de partilha entre homens e mulheres nas tarefas domésticas e do cuidado, já que as mulheres passaram a ocupar espaços de trabalho, progressivamente maiores desde os anos 60 do século XX. Caímos numa certa cilada ao assumirmos esse discurso, pois ele desconsidera que repensar as paternidades está diretamente relacionado a repensar relações de afeto e cuidado, que não passam, necessariamente, pelas regras do mercado. Ainda, sem negar a materialidade e a necessidade de composição de renda, afirmar que “as mulheres” precisaram sair de casa para trabalhar, nas últimas décadas, é apagar parte da história de mulheres negras, mulheres pobres e mulheres camponesas, que, há muitas gerações, se dividem entre as tarefas da maternidade, cuidado, casa e trabalho para sustento da família.

Então, ser pai pode ser fecundar um embrião, mas também cuidar, amar, limpar, educar, prover, criar, adotar. Se ser homem e pai são plurais, vale reconhecer que não cabemos mais na sequência sexo-gênero-sexualidade, que pressupõe um roteiro determinado para as vidas dos sujeitos: nascidos com pênis (ou vaginas) devem corresponder “naturalmente” ao masculino (ou feminino) e ser heterossexual. Nessa direção, Guacira Lopes Louro (2004) vai indicar como as regras e os sistemas regulatórios de gênero e sexualidade são produzidos:

Um processo que é baseado em características que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. [...] O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um 'dado' anterior a cultura e que atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse 'dado' sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo (LOURO, 2004, p. 15).

Acontece que os nossos corpos resistem, subvertem, transbordam e não correspondem às normas de gênero e sexualidade. Podemos pensar em paternidades (e maternidades) trans, homoafetivas, "estranhas" e que atravessam, desestabilizam e extraviam as fronteiras que demarcavam o gênero e a sexualidade (LOURO, 2004).

Se as paternidades são plurais e transitórias podem apontar para a repetição e/ou a incerteza: prosseguem, reiteram a norma, mas também transformam e/ou ressignificam os lugares, as características, as vontades, os sentimentos, os arranjos familiares, os padrões a serem seguidos, denunciando as estruturas de poder vigentes e examinando como algumas normas são produzidas. Importa lembrar que "gênero funciona como um organizador do social e da cultura" (MEYER; PARAÍSO, 2012) e, assim, inscreve não só sobre a produção de corpos, como também sobre os fazeres e processos de subjetivação de parentalidade. O que esperamos de um pai não é possível de ser pensado fora da cultura e precisa ser transformado dentro dela. No sentido de desconstruir o gênero como um princípio organizador, rejeita-se a existência de homens e pais de "verdade", na direção em que as certezas impõem e reafirmam desigualdades, superioridades, controles, privilégios.

Atualmente, ganham espaço iniciativas de homens e pais que discutem as masculinidades, as violências, os silenciamentos, as responsabilidades, as prioridades, as fragilidades, os sentimentos, a igualdade na criação dos/as filhos/as e na realização das tarefas domésticas. Homens que fazem rodas de conversa, cantam para seus/suas filhos/as, acompanham a gestação, tomando a paternidade como uma construção cultural, aprofundando, aproximando-se e apropriando-se dos conhecimentos sobre a gestação, o nascimento, o puerpério, a amamentação, a saúde mental materna, o cuidado, a construção e fortalecimento de vínculos, afastando-se e revendo os desconhecimentos, abandonos e algumas formas ainda vigentes de ser homem e pai.

A construção do gênero e da paternidade é ainda atravessada e constituída por outros marcadores identitários, como: escolaridade, pertencimento social, etnia, raça, religiosidade, só para citar alguns. Para Wilza Villela (1998) e Benedito Medrado (1998), pensar alguns vetores da construção social das masculinidades - e nós diríamos, das paternidades - pode se tornar um passo importante e decisivo para a construção de responsabilização, negociação e conhecimento de formas seguras de viver a sexualidade, a prevenção de Infecções Sexualmente

Transmissíveis (IST), a participação ativa na concepção ou contracepção, bem extensão do estatuto de normalidade para além dos corpos heteronormativos. Em relação à desigualdade de gênero, também pode facilitar o alargamento dos sentidos e dos espaços de sociabilidade para homens e mulheres, por exemplo, dos homens deixarem de ser coadjuvantes no trabalho doméstico, nas relações familiares e na arena do cuidado infantil.

Para Saber Mais!

- **Projeto Homem Paterno** - Com foco nos períodos de gestação, parto e puerpério, e por meio de cursos, workshops e palestras, o projeto Homem Paterno visa auxiliar homens que desejam imergir no universo da paternidade integral. Para conhecer mais, acesse o site do projeto: www.homempaterno.com.br.

- **Promundo** - O Promundo é uma organização brasileira, sem vínculos institucionais com outras organizações estrangeiras, e trabalha para promover a igualdade de gênero e prevenir violência envolvendo homens e meninos em parceria com mulheres e meninas. Para conhecer mais, acesse o site da organização: www.promundo.com.br.

- **Caderno Paternar Wajãpi** – Este documento retrata a vivência de paternagem Wajãpi, tendo sido escrito por pesquisadores da comunidade Wajãpi com apoio direto dos pesquisadores da Universidade do Estado do Amapá e do Instituto Promundo. Todo o texto contido nele segue os padrões étnicos propostos pelos próprios pesquisadores indígenas. Esta é uma iniciativa do Projeto Paternidades e Primeira Infância, realizado com o apoio da Fundação Porticus. Disponível em: <https://promundo.org.br/wp-content/uploads/2023/03/artefinal-1.pdf>.

- **Programa P** – Manual para o exercício da paternidade e do cuidado. A questão da paternidade foi abordada pelo Promundo desde a sua fundação, já que sua missão é promover a igualdade de gênero e reduzir a violência contra mulheres, meninos e meninas. O caminho escolhido para promover a mudança social tem sido o envolvimento de homens e meninos e, nesse sentido, trabalhar para prevenir e reduzir a desigualdade e a violência. O trabalho contribuiu para o questionamento dos modelos dominantes de masculinidade, incluindo a mudança na dinâmica da divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres para além da participação do homem no cuidado de seus filhos e filhas. Disponível em: <https://promundo.org.br/recursos/programa-p-manual-para-o-exercicio-da->

[paternidade-e-do-cuidado-2/](#).

Sugestões de contas no Instagram

- HOMEM Paterno. Instagram: @homempaterno. Disponível em: <https://www.instagram.com/homempaterno/>.
- MASCULINIDADE saudável. Instagram: @masculinidade.saudavel. Disponível em: <https://www.instagram.com/masculinidade.saudavel/>.
- PROMUNDO. Instagram: @promundo_br. Disponível em: https://www.instagram.com/promundo_br/.
- PAPO de homem. Instagram: @papodehomem. Disponível em: <https://www.instagram.com/papodehomem/>.

Livros, artigos e dissertações

- SANTOS, Alison; KLEIN, Carin; VARGAS, Juliana. O silêncio dos homens: investimentos contemporâneos em masculinidades plurais. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes; BOER, Raphael Albuquerque de (org.). **Leituras sobre a sexualidade em filmes**: as pedagogias culturais em foco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020.
- SEFTON, Ana Paula. **“Pai não é de uso diário”** (?) Paternidades na Literatura Infanto-Juvenil. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- PIANGERS, Marcos. **O papai é pop**. Caxias do Sul: Belas Letras, 2015.

Filmes e vídeos

- PAPAÍ É POP. Direção: Caíto Ortiz. Roteiro: Ricardo Hofstetter. Elenco: Lázaro Ramos, Paolla Oliveira, Elisa Lucinda. São Paulo: Prodigio Films, 2022. 108 min., cor.
- VESTIDO Nuevo (Vestido Novo). [S.l.: s.n.], 10 jul. 2012. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Ricardo Quirino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ktCXZg-HxGA&t=28s>. Este é um emocionante curta-metragem espanhol que conta a história do menino Mario, que no dia de carnaval decide pôr um vestido de menina, para surpresa dos colegas e professores.
- EDUCAR para poder confiar / Educate so you can trust | Marcos Piangers | TEDxPorto.

[S.l.: s.n.], 17 maio 2019. 1 vídeo (17 min). Publicado pelo canal TEDx Talks. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C-MoChugxZk>.

- O SILÊNCIO dos homens. [S.l.: s.n.], 29 ago. 2019. 1 vídeo (60 min). Publicado pelo canal Papo de Homem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRom49UVXCE>.

Referências

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Provimento 63**. Brasília: CNJ, 2017.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

KLEIN, Carin. **Um cartão [que] mudou nossa vida?**: maternidades veiculadas e instituídas pelo Programa Nacional Bolsa-Escola. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre a sexualidade e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAZZAROTTO, Rosilene. **“Quero ser um pai como a minha mãe”**: produção de masculinidades e o Programa Bolsa Família.” Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MEDRADO, Benedito. Homens na arena do cuidado infantil. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito. (org.). **Homens e masculinidades**. São Paulo: Ecos; Ed. 34, 1998.

MEYER, Dagmar; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias das pesquisas pós-críticas em educação**. Abordagens pós-estruturalistas de pesquisa na interface educação, saúde e gênero: perspectiva metodológica. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

VILLELA, Wilza. “Homem que é homem também pega Aids?”. In: ARILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra; MEDRADO, Benedito. (org.). **Homens e masculinidades**. São Paulo: Ecos; Ed. 34, 1998.

DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

Catia Eli Gemelli¹
Patrícia Rodrigues da Rosa²

O que você vai aprender com este texto:

- Conceito de Diversidade nos estudos organizacionais;
- Principais marcadores sociais de diferença abordados nos estudos do trabalho;
- Gênero e trabalho;
- Mulheres na ciência;
- Diversidade sexual no ambiente de trabalho.

Na última década, o debate sobre a diversidade humana ganhou notoriedade na sociedade, propagado, principalmente, pela ação dos movimentos sociais e pela difusão de informação, propiciada pelo advento das redes sociais. Da mesma forma, nos estudos organizacionais, o crescimento de publicações científicas sobre o tema foi acentuado a partir do ano de 2019. No campo das práticas organizacionais, observa-se o surgimento de diferentes iniciativas que passam a buscar maior presença - e discutir as ausências - de mulheres, pessoas com deficiência, pessoas negras, indígenas e população LGBTQIAPN+ nas equipes de trabalho.

Atentas a esse cenário e sob a compreensão de que há forte associação entre a promoção da diversidade e o resultado financeiro, muitas organizações têm se empenhado em repensar suas políticas e práticas, a fim de tornarem seus quadros mais diversos. A exemplo, pode-se citar a criação de comitês de diversidade e inclusão e o lançamento de programas de trainee - recrutamento e desenvolvimento de pessoas com capacidade gerencial para assumir posições estratégicas no futuro - voltados para públicos historicamente excluídos.

Mas, afinal, o que significa o termo diversidade quando falamos de organizações e/ou trabalho? Após extensa análise das publicações científicas da área de Administração, Fraga, Colomby, Gemelli e Prestes (2022) propuseram uma conceituação:

¹Professora de Administração no IFRS - Campus Porto Alegre. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: catia.gemelli@poa.ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0289910263194536>.

²Professora de Administração no IFRS - Campus Canoas. Doutora em Administração pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). E-mail: patricia.rosa@canoas.ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3484160262751030>.

[...] compreende-se a diversidade como um conceito polissêmico que abarca noções de representatividade, proporcionalidade, equidade de oportunidades, respeito às diferenças e inclusão. No contexto organizacional, a diversidade se reflete em diferentes grupos que fazem parte da sociedade dentro do espaço de trabalho, com efetiva participação nos processos decisórios e senso de pertencimento (FRAGA; COLOMBY; GEMELLI; PRESTES, 2022, p. 14).

Primeiramente, abordar diversidade significa, portanto, falar sobre os marcadores sociais de diferença. As reflexões sobre esses marcadores abordam a (re)produção das diferenças entre os sujeitos e o modo pelo qual as desigualdades são constituídas socialmente (ALMEIDA, 2019; MOUTINHO, 2014). Enquanto sujeitos, possuímos características que nos diferenciam de outros grupos, tais como a cor da pele, o gênero, a classe social, a sexualidade e a idade/geração. Dada a construção social, dependendo do contexto, nossas diferenças podem nos constituir em condições de desvantagem ou de privilégio.

No mercado de trabalho formal, historicamente, algumas diferenças mostram-se como definidoras, tanto para o acesso, quanto para o crescimento em determinadas áreas e profissões. Essa questão traz à tona a importância da representatividade, da proporcionalidade e da equidade de oportunidades quando se fala em diversidade organizacional.

A representatividade e a proporcionalidade referem-se à presença dos diferentes grupos sociais na composição das organizações. Para que isso seja possível é preciso garantir equidade de oportunidades em todos os processos. De acordo com Frangella (2020, p. 2), há uma sutil diferenciação entre igualdade e equidade, a saber: “igualdade remete ao idêntico, situações equivalentes para todos, e equidade passa pela contextualização necessária, dada as diferenças”. Ou seja, políticas e práticas equitativas são aquelas que consideram a pluralidade de características e experiências dos sujeitos e incluem adaptações, a fim de deixá-las mais justas.

Outro ponto importante é a participação dos diferentes grupos sociais nos processos decisórios, o que requer, para além da presença, a atuação efetiva nos diferentes níveis estratégicos da organização. Ou seja, a diversidade precisa ultrapassar os níveis operacionais e se refletir nos cargos de liderança, locais em que as decisões organizacionais são tomadas.

Gênero e Trabalho

O debate sobre o(s) lugares ocupados pelas mulheres na sociedade e no espaço de trabalho levantou diferentes questionamentos sobre como o gênero pode ser (re)construído a cada geração, assim como estimulou outras e novas concepções ao próprio uso do termo “gênero”. Os estudos feministas que, inicialmente, eram focados exclusivamente na questão da mulher,

passaram a englobar outros grupos de representação minoritária em posição de desigualdade, tornando-se parte de uma abordagem mais ampla a qual hoje se denomina como estudos de gênero.

Assim, nem toda teoria de gênero é feminista, embora toda teoria feminista centre seu foco em gênero (CHAFETZ, 2006). Nesse movimento emergiram diferentes formas de observar as desigualdades e diferentes conceitos para gênero enquanto lente de análise sobre as diferenças entre as pessoas e as desigualdades resultantes dessas diferenças. Conforme já discorrido em capítulos anteriores³, falar em gênero é abordar a distinção existente entre as pessoas numa perspectiva social. É, portanto, tratar de cultura, de relações sociais e de poder.

A seção a seguir busca compreender a origem e a continuidade das desigualdades de gênero no que tange aos aspectos do mundo do trabalho e organizacional, com maior enfoque na situação das mulheres nesse universo, devido ao foco de estudos de uma das autoras.

Gênero, trabalho e mundo organizacional

O espaço de trabalho moderno sempre foi uma arena central para reproduzir as desigualdades de gênero e produzir novas desigualdades, bem como uma instituição-chave para promover a mudança social (KALEV; DEUTSCH, 2018). Ao longo da história, as relações de trabalho sofreram importantes transformações que ora contribuíram para a emancipação das mulheres e minorias, ora criaram ou reforçaram discriminações. Para a compreensão de questões referentes a desigualdades sociais de gênero, faz-se necessário compreender seu processo histórico e como isso ocorre dentro das organizações (ACKER, 1990, 2006; CALÁS; SMIRCICH, 1998, 2006; KALEV; DEUTSCH, 2018).

Kalev e Deutsch (2018) realizaram um estudo histórico sobre a divisão do trabalho na sociedade moderna, a qual contribuiu para a **segregação horizontal** (em **áreas** de atuação) e a **segregação vertical** (em **níveis** hierárquicos) na ocupação de mulheres e homens. Elas destacam que os padrões de divisão sexual são um produto de processos históricos, relacionados em sua essência com a revolução industrial e a organização moderna.

As autoras citadas lembram que, antes disso, homens e mulheres participavam de trabalhos agrícolas e industriais de pequena escala, geralmente administrados pela família. No trabalho pré-industrial havia uma divisão em linhas de gênero, com algumas delas persistindo no trabalho têxtil. Contudo, tanto homens quanto mulheres trabalhavam, suas tarefas muitas vezes se sobrepunham e havia pouca ou nenhuma desvalorização do trabalho feminino. “Entre homens e mulheres afro-americanos escravizados havia ainda menos divisão de trabalho por gênero” (KALEV; DEUTSCH, 2018, p. 258).

³Indica-se os capítulos “Estudos de Gênero, Conceito de Gênero e Ideologia de Gênero” e “Estudos Feministas”.

A revolução industrial substituiu a produção familiar e a produção baseada no trabalho escravo pela produção de mercado. A nova força de trabalho remunerada das fábricas e minas era composta por homens, enquanto as mulheres dedicavam-se ao trabalho doméstico não remunerado, cuidando dos filhos e da casa, liberando os homens para longas horas de trabalho. Essa ideologia da classe média branca de **separação das esferas pública e privada** – onde o lar passa a ser a ocupação apropriada para as mulheres, enquanto o lugar natural do homem é a esfera pública, onde o trabalho é remunerado – cimentou ainda mais a divisão do trabalho por gênero, sustentando **estereótipos de masculinidade e feminilidade associados às atividades** e fazendo emergir uma hierarquia de status baseada nessa divisão. Essa ideologia teve efeitos duradouros sobre os tipos de trabalho, empregos, oportunidades e remuneração que cada grupo recebia (ACKER, 2006; KALEV; DEUTSCH, 2018) e permanece nos mais diversos postos e sociedades.

As primeiras leis de proteção trabalhista nos EUA e em outros países industrializados aumentaram a segregação horizontal no trabalho ao barrar as mulheres em uma série de empregos considerados arriscados para a sua saúde ou a sua dignidade. Em tempo de guerra, contudo, essa legislação permitiu às trabalhadoras uma oportunidade temporária em empregos mais bem remunerados, sindicalizados, antes dominados por homens, para preencher a mão de obra perdida. Foi nos anos 1960, que a legislação americana passou a estimular a incorporação das mulheres nas organizações, proibindo a discriminação com base no sexo e em outras categorias. Essa legislação melhorou a participação das mulheres na força de trabalho, especialmente na década de 1970, quando foi combinada com uma aplicação vigorosa e um movimento social ativo de mulheres (KALEV; DEUTSCH, 2018) da Segunda Onda feminista.

Baseadas numa série de estudos realizados nas últimas décadas, Kalev e Deutsch (2018) apontam um aumento na participação da força de trabalho das mulheres brancas e negras, principalmente até meados dos anos 1990. O acesso aos cargos de gestão, no entanto, varia significativamente conforme raça e etnia. A participação de grupos minoritários nesses cargos permanece muito baixa. Em 2015, as mulheres negras participavam de apenas 3,3% desses cargos no setor privado dos EUA, enquanto representavam 81% da força de trabalho em cargos menos especializados. A desigualdade de remuneração diminuiu nas últimas décadas (mulheres recebiam 65% em 1965 e passaram a 82% da remuneração dos homens em 2014), mas não desapareceu, e aqui o fator raça é significativo para aprofundar as desigualdades. Quanto à maternidade, houve aumento da diferença salarial entre mulheres e homens, sobretudo às trabalhadoras mais qualificadas (KALEV; DEUTSCH, 2018). Existe uma “penalidade salarial” da maternidade para as mulheres no contexto americano, enquanto para os homens a paternidade é um diferencial positivo à carreira (CALÁS; SMIRCICH, 2006).

Trazendo para o contexto brasileiro, um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-

tística (IBGE, 2018), que analisa as condições de vida da população a partir de um conjunto de indicadores proposto pelas Nações Unidas, **as brasileiras estudam mais, trabalham mais e são pior remuneradas do que os homens**. E a situação das mulheres negras é ainda mais crítica. As mulheres são mais escolarizadas, mas o seu rendimento médio equivale a 3/4 do rendimento dos homens. E quando a ocupação refere-se à nível superior completo ou acima, a diferença aumenta, com as mulheres recebendo 63% do rendimento dos homens.

O estudo do IBGE (2018) demonstra que 61% dos cargos gerenciais (públicos ou privados) estavam sendo ocupados por homens e 39% pelas mulheres, no ano de 2016 no país. E quando são considerados os cargos mais altos, essa proporção se distancia. Na política, apesar da lei exigir cota mínima (30%) de candidaturas de cada sexo em eleições, em dezembro de 2017 o percentual de mulheres parlamentares no Congresso Nacional era de 11%. Três estados brasileiros sequer possuíam deputada federal. **Essas taxas de representação política feminina são as mais baixas da América do Sul**. Nessa época, o Brasil ocupava a 152ª posição entre os 190 países que informaram à Inter-Parliamentary Union o percentual de cargos ocupados por mulheres parlamentares em 2017 (IBGE, 2018).

A pandemia Covid-19 acentuou ainda mais as desigualdades existentes no mercado de trabalho entre homens e mulheres (COSTA; BARBOSA; HECKSHER, 2021; ILO, 2022; OIT, 2022). As mulheres foram as mais afetadas pelo desemprego no período, no Brasil (COSTA; BARBOSA; HECKSHER, 2021) e no mundo (ILO, 2022), com destaque à América Latina (OIT, 2022). E, também, foram as que reduziram a carga de trabalho remunerado para suprir o aumento da demanda por atividades domésticas.

O confinamento ao lar traz sobrecarga de tarefas às mulheres, sobretudo àquelas que são mães. Ainda que outros membros do núcleo familiar passem mais tempo em casa e dividam as tarefas domésticas, “são as mulheres as mais acometidas pela já conhecida sensação de ‘ter que dar conta de tudo’” (SOUTO-MARCHAND, 2020, p. 97). Isso se reflete no desempenho profissional, especialmente na produtividade das mulheres que têm filhos.

Mecanismos de desigualdade de gênero no trabalho e nas organizações

Kalev e Deutsch (2018) revisam uma série de teorias que buscam explicar a desigualdade de gênero no trabalho – nos níveis individual, estrutural e institucional. E destacam um mecanismo através do qual essa desigualdade se reproduz no trabalho – a ideologia da separação de esferas e a norma do “trabalhador ideal” que ela traz. Esse **trabalhador ideal** é alguém totalmente dedicado ao trabalho, sem demandas concorrentes, durante todo o seu tempo.

Não tem gênero explícito, contudo, dado que as mulheres geralmente têm maior responsabilidade pelos cuidados domésticos, a dedicação de tempo e os traços esperados são incongruentes com o “papel de gênero” da mulher, tornando-as menos propensas a serem vistas como trabalhadoras ideais para muitos postos.

Baseadas em pesquisas publicadas sobre esse perfil, as autoras apresentam o trabalhador ideal em termos de tempo dedicado ao trabalho, características comportamentais, questões sobre masculinidade e assédio sexual e fatores como raça e classe, como segue:

a) O **tempo gasto no trabalho** tornou-se um símbolo de produtividade e dedicação de trabalhadores gerenciais e profissionais, com jornadas de trabalho mais longas em todos os níveis organizacionais. As mulheres, sobretudo as mães, são mais propensas a serem avaliadas como não comprometidas o suficiente com o trabalho, o que afeta suas contratações, promoções e remuneração. Muitas vezes elas aceitam posições de menor prestígio e salário para sobrar tempo para as demais atividades.

b) Em termos comportamentais, o gênero do trabalhador ideal está implicado no tipo de **traços percebidos** como os certos para uma liderança bem-sucedida no trabalho, uma arena para “**demonstrar masculinidade**” (ACKER, 2006). Ele é descrito em traços do estereótipo social masculino, como individualista, agressivo, autoritário, competitivo, poderoso e racional. Essas definições de mérito afetam as mulheres, menos propensas à contratação para trabalhos que exigem “assertividade” e “independência”, e mais propensas àqueles que exigem “cooperação” e “amizade”. Quando elas adotam os chamados traços masculinos enfrentam críticas por não serem suficientemente femininas.

Nesse sentido, Acker (2006) destaca que, as masculinidades hegemônicas não se definem apenas na gestão de empresas, mas também em organizações esportivas, policiais, departamentos e forças armadas. Masculinidades hegemônicas alternativas caracterizam denominações e seitas religiosas, enquanto os mundos de professores universitários, médicos e especialistas políticos produzem suas próprias versões de masculinidade dominante.

c) O **assédio sexual** no trabalho pode ser usado para “demonstrar masculinidade” por homens que demonstram seu poder a outros homens e mulheres. As mulheres em cargos de supervisão são mais propensas a serem assediadas, assim como aquelas que trabalham em setores dominados por homens. E essa experiência tem efeitos negativos no bem-estar, no desempenho no trabalho e na carreira.

d) O trabalhador ideal não é apenas **masculino**, mas também é **branco** e de **classe média**. Alcançar esse ideal se torna ainda mais difícil para as mulheres pertencentes a minorias, devido a fatores como barreiras patriarcais mais fortes em suas comunidades, segregação

habitacional forçando deslocamentos mais longos e menor acesso à educação. À medida que entram em bons empregos, elas têm menos modelos e potenciais patrocinadores em altos cargos nas organizações em comparação às mulheres brancas, muitas vezes precisando trabalhar mais para combater estereótipos e provar competência (KALEV; DEUTSCH, 2018).

Estudos revisados por Calás e Smircich (2006, p. 26) corroboram esse perfil, de que “as imagens do membro ideal da organização, do alto gerente e do herói organizacional tendem a ser as de masculinidade vigorosa ou machismo”. As autoras destacam que a masculinidade, ou “fazer masculinidade” nas organizações, não é uma prática só de homens, visto que há mulheres (sobretudo em postos de gestão) que também a internalizam e a manifestam em suas ações e autocompreensão, tornando-se participantes ativas na reprodução da masculinidade.

Uma abordagem que busca explicar a desigualdade de gênero trata de um mecanismo sutil, persistente e “invisível” que não permite às mulheres evoluir na mesma velocidade que os homens em suas carreiras, assim como, acessar determinados cargos a partir de certos pontos da hierarquia. O termo *glass ceiling* (MORRISON; GLINOW, 1990) ou “**teto de vidro**” traz a ideia de uma barreira que impede alguém de alcançar o próximo degrau de uma estrutura até o seu topo, e que não é facilmente visível, pois é transparente. Essa metáfora no ambiente organizacional representa um impedimento para o avanço na hierarquia de poder e autoridade que marca as estruturas organizacionais. Ele dificilmente é visível, pois não está escrito, não existem regras compartilhadas sobre o mesmo e essa discriminação geralmente é proibida. O teto de vidro fica no território do não dito.

Nesse estudo, Morrison e Glinow (1990) revisam pesquisas existentes e discutem por que o fenômeno ocorre, usando construções teóricas da psicologia e das ciências sociais. Também buscaram destacar a realidade das mulheres brancas, das negras, assim como de outros grupos minoritários: negros, hispânicos e asiáticos. Até então, poucas pesquisas em management abordavam minorias, sendo dominadas por estudos sobre homens negros.

O teto de vidro é “**uma barreira tão sutil que é transparente, mas tão forte que impede que mulheres e minorias subam na hierarquia gerencial**” (MORRISON; GLINOW, 1990, p. 200). E apresentam uma série de trabalhos e estatísticas que mostram a grande participação das mulheres em cargos gerenciais de níveis mais baixos, mas sua ínfima participação em cargos mais altos onde se têm mais poder e autoridade e, conseqüentemente, maior remuneração. Também destacam que o problema se repete em instituições governamentais e universidades.

O fenômeno do teto de vidro persiste em diferentes países e a pesquisa internacional sobre o tema é crescente. No Brasil, estudos empíricos investigaram a sua possível existência em diferentes tipos de organizações, como em companhias de capital aberto (MAGRO et al.,

2018; MADALOZZO, 2011), instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas (GONTIJO; MELO, 2017; RODRIGUES; GUIMARÃES, 2016; SOUZA; VOESE; ABBAS, 2015; VAZ, 2013) e grandes empresas (CARVALHO NETO; TANURE; MOTA-SANTOS, 2014; LIMA et al., 2013; ROCHA; PRONI, 2018; SANTOS; TANURE; CARVALHO NETO, 2014; SILVA; MAGRO; SILVA, 2016). Em todos esses estudos foi constatado o fenômeno do teto de vidro no país.

O trabalho de mulheres que se dedicam à academia tem suas próprias peculiaridades, diferentes do trabalho das executivas no mundo empresarial. Mas também é permeado por algumas dessas questões de gênero discutidas no âmbito das organizações. Dessa forma, é possível observar a existência desses fenômenos na trajetória de cientistas, identificando-se, por exemplo, os tipos de posições hierárquicas que ocupam ou ocuparam e as condições em que as mesmas foram oportunizadas, como se dão as relações de prestígio e poder nessa profissão, entre outros. A realidade da separação das esferas de trabalho e os mecanismos utilizados para lidar com trabalho produtivo x reprodutivo em seus percursos, em carreiras que cada vez mais exigem o perfil de “trabalhador ideal” para dar conta das cobranças por produtividade, também está presente no trabalho acadêmico, além de outras características específicas desse meio (ROSA, 2022).

A metáfora do **“labirinto de cristal”** foi desenvolvida por uma pesquisadora brasileira (LIMA, 2008) para referir-se ao sistema de desigualdade de gênero na ciência. A autora partiu do conceito de teto de vidro e, em seus estudos com cientistas, percebeu que o problema das mulheres não se restringe ao “teto” que as impede de subir outros degraus da carreira. “Paredes laterais” também dão forma a um “labirinto” que dificulta o exercício da profissão. Lima (2013), que é analista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), estuda os caminhos das mulheres nas ciências buscando entender as relações que causam sua baixa representação e visibilidade no campo científico. Recorre à literatura sobre a temática, apresentando os dois sentidos de exclusões: a) vertical, referente à sub-representação em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e b) horizontal, referente ao baixo número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, que em geral têm maior reconhecimento na economia capitalista.

A autora declara que “apesar de sua concretude, os obstáculos do labirinto também são transparentes como um cristal e podem passar despercebidos, já que suas armadilhas são construídas na massa cultural” (LIMA, 2013, p. 886). E apresenta três tipos de obstáculos dispostos no labirinto: a) o drible da dor, por meio das representações sociais de supermulheres e de inteligências descorporificadas; b) a presença de sexismo; e c) o conflito entre os discursos sobre “ser mulher” e “ser cientista”. Por fim, a autora destaca outros dois problemas do labirinto de cristal: a necessidade de adoção de uma “postura masculina” em algumas carreiras, onde inclusive o modo de vestir é influenciado pela cultura androcêntrica, e a dificuldade de

construção de alianças e articulações políticas necessárias à aceleração da carreira.

Diversidade sexual no ambiente de trabalho

Como já discorrido, na última década as discussões sobre gênero, sexualidade e direitos da população LGBTQIAPN+ ocuparam mais espaço na agenda da sociedade. Mudanças legislativas brasileiras como o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar - Acórdão ADI 4277/2011 do Supremo Tribunal Federal - e a autorização para que casais do mesmo sexo formalizem processos de adoção de crianças - RE 846.102/2015 do Supremo Tribunal Federal - exigiram a revisão de políticas e práticas organizacionais. Podemos citar como exemplo as alterações na concessão de licença maternidade/paternidade e a revisão dos programas de benefícios, para que as diferentes constituições familiares fossem incluídas.

Apesar do registro de alguns avanços, ainda há muito para se discutir sobre a diversidade sexual no mercado de trabalho formal. Um estudo realizado pela consultoria Santo Caos entre os anos de 2020 e 2022, com empresas de todos os estados do Brasil, de diferentes setores da economia, revelou que 65% dos profissionais LGBTQIAPN+ já sofreram discriminação no ambiente de trabalho. Da mesma forma, no campo dos estudos organizacionais, apesar de crescentes, as discussões sobre aspectos relacionados à sexualidade⁴ ainda são incipientes (POMPEU; SOUZA, 2018; FRAGA; COLOMBY; GEMELLI; PRESTES, 2022).

Pesquisas como a de Irigaray e Freitas (2011) evidenciaram que gays e lésbicas, historicamente, desenvolveram estratégias para driblar o preconceito e a discriminação no mercado de trabalho formal. Uma das principais estratégias identificadas no estudo foi a de evitar falar abertamente sobre a sua sexualidade no ambiente organizacional, o que resulta em um auto-isolamento do convívio social com colegas de trabalho.

Outra estratégia adotada refere-se à “passabilidade”, conceito que perpassa pelas concepções de estereótipos, roupas, comportamentos, entre outros elementos de performance social e que implica em revestir os corpos para que eles não sejam vistos como diferentes e chamem a atenção ao circular nos espaços hetero-cis-normativos (SILVA; CALAIS, 2019). Dessa forma, pessoas LGBTQIAPN+ - com destaque para Gays, Lésbicas e Trans⁵ - performam a hetero-cis-normatividade nos ambientes de trabalho, adotando vestimentas e comportamentos que não evidenciem sua sexualidade e/ou sua identidade de gênero. No caso de mulheres lésbicas e bissexuais, passar por uma identidade heterossexual exige a incorporação dos padrões de feminilidade, tais como o uso de saias e vestidos, cabelos longos, maquiagem e outros elementos socialmente associados à mulher heterossexual.

⁴Indica-se a leitura do capítulo “Sexualidade”.

⁵Importante ressaltar que a transgeneridade refere-se à identidade de gênero e não sexualidade. Indica-se o capítulo “Transgeneridade”.

A preocupação em evitar processos judiciais movidos por discriminação foi um fator motivador para que a discussão sobre diversidade sexual passasse a fazer parte dos treinamentos organizacionais (SALES, 2017). Ademais, estudos sobre o tema indicam que situações de preconceito, assédio e violência incidem em adoecimento físico e mental da população LGB-TQIAPN+. O adoecimento, por sua vez, resulta em aumento dos índices de absenteísmo e rotatividade e consequente impacto nos resultados financeiros.

Por fim, tanto o campo das políticas e práticas organizacionais, quanto o acadêmico, carecem de debates sobre as diferentes sexualidades, pois, como inferem Fraga, Colomby, Gemelli e Prestes (2022), o foco ainda recai sobre as vivências de homens gays. Ainda são escassos os trabalhos com propostas que ampliem as discussões para outras formas de vivenciar a sexualidade e/ou abordem uma perspectiva interseccional.

As datas alusivas às discussões de gênero e sexualidade são uma oportunidade para que a organização promova atividades formativas, tais como palestras, rodas de conversa, intervenções artísticas, dentre outras. No entanto, é preciso buscar informação para que as datas não sejam utilizadas de forma estereotipada e/ou reducionista. Exemplo disso é a oferta de flores para as mulheres no Dia Internacional da Mulher com mensagens que remetem ao estereótipo cisheteronormativo, citando elementos como 'beleza', 'ternura' e 'maternidade'.

Veja algumas das principais datas:

- 29 de janeiro: Dia Nacional da Visibilidade Trans;
- 11 de fevereiro: Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência;
- 08 de março: Dia Internacional da Mulher;
- 17 de maio: Dia Internacional da Luta contra a LGBTfobia;
- 24 de maio: Dia da Consciência e Visibilidade Pansexual e Panromântica
- 28 de junho: Dia Nacional do Orgulho LGBTQIAPN+;
- 25 de julho: Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra;
- 29 de agosto: Dia Nacional da Visibilidade Lésbica;
- 23 de setembro: Dia Nacional da Visibilidade Bissexual;
- 26 outubro: Dia da Visibilidade Intersexo;
- 25 de novembro: Dia Internacional da Não-Violência contra a Mulher.

Para Saber Mais!

Mercado de trabalho LGBTQIA+: O documentário da Rádio e Tv Justiça mostra o que tem sido feito para conscientizar a sociedade sobre a importância da diversidade e como a Justiça do Trabalho tem atuado para combater a discriminação, conduta que é proibida por lei. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8o-HdAfm0H0>

Como ela faz?: O documentário dirigido por Tatiana Villela é um recorte de um quadro muito maior, pendurado na história do Brasil há décadas: a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. A partir de imagens e testemunhos pessoais, a produção explora um dia na vida de 12 mulheres que ocupam os mais diversos cargos no país: de jogadora profissional de futebol à diarista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t7Nw5L8A8DU>

Milk – A voz da igualdade: Filme baseado na história de Harvey Milk, ativista americano que luta pelos direitos dos homossexuais e se tornou o primeiro gay a ser eleito para um cargo público nos Estados Unidos.

Estrelas além do tempo: Filme cuja temática gira em torno de três mulheres negras que trabalharam na NASA durante a corrida espacial entre os Estados Unidos e a União Soviética, nos anos 1960.

As sufragistas: Filme franco-britânico que retrata a história das mulheres que enfrentaram seus limites na luta por igualdade e pelo direito ao voto.

Radioactive: Filme baseado na trajetória de vida da cientista Marie Skłodowska Curie, que descobriu os elementos químicos rádio e polônio. Ela foi a primeira mulher a ganhar um prêmio Nobel e a única a recebê-lo duas vezes, em áreas distintas: em 1903, na categoria de Física, e em 1911, na categoria de Química. Marie Curie também foi a primeira professora mulher da Universidade de Sorbonne, na França, e o filme retrata os desafios enfrentados nesse sentido.

Suprema: Filme baseado na história de Ruth Bader Ginsburg, uma juíza da Suprema Corte que foi nomeada para o Supremo Tribunal no ano de 1993 pelo presidente Bill Clinton e, assim, se tornou a segunda juíza mulher, depois de Sandra Day O'Connor.

Livros:

Trabalho Doméstico: Livro da autora Juliana Teixeira, sob o selo “Feminismos

Plurais”. Apresenta uma discussão indispensável, escancarando as desigualdades e opressões sofridas pelas trabalhadoras domésticas no Brasil.

História das mulheres no Brasil: Livro da autora e historiadora Mary Del Priore que conta a trajetória das mulheres do Brasil colonial aos nossos dias.

Referências

- ACKER, Joan. Gender and organizations. In: CHAFETZ, J. S. **Handbook of the sociology of gender**. Houston: Springer Science+Business Media, 2006. p. 177-194.
- ACKER, Joan. Hierarchies, jobs, bodies: a theory of gendered organizations. **Gender and Society**, v. 4, n. 2, p. 139-158, jun. 1990.
- ALMEIDA, Heloisa Buarque (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2019.
- CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas em estudos organizacionais. *Handbook de estudos organizacionais*, v. 1, p. 275-329, 1999.
- CALÁS, Marta B.; SMIRCICH, Linda. From the “woman’s point of view” ten years later: towards a feminist organization studies. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B.; NORD, W. R. **The SAGE handbook of organization studies**. 2. ed. London: SAGE Publications, 2006. p. 284-346.
- CARVALHO NETO, Antônio; TANURE, Betânia; MOTA-SANTOS, Carolina Mota. Orgulho e preconceito além do teto de vidro: o tipo psicológico das executivas brasileiras. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 16, n. 39, p. 210-223, ago. 2014.
- CHAFETZ, Janet Saltzman (Ed.). **Handbook of the Sociology of Gender**. Springer Science & Business Media, 2006.
- COSTA, Joana Simões; BARBOSA, Ana Luíza Neves de Holanda.; HECKSHER, Marcos. Desigualdades no mercado de trabalho e pandemia Covid-19. In: IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, ano 27, v. 71, p. 1-12, abr. 2021.
- FRAGA, Aline Mendonça; COLOMBY, Renato Koch; GEMELLI, Catia Eli; PRESTES, Vanessa Amaral. As diversidades da diversidade: revisão sistemática da produção científica brasileira sobre diversidade na administração (2001-2019). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 20, n. 1, p. 1-19, 2022.

FRANGELLA, Rita de Cássia Prazeres. “Muitos como Um”: políticas curriculares, justiça social, equidade, democracia e as (im) possibilidades de diferir. **Educar em Revista**, v. 36, p. e75647, 2020.

GONTIJO, Míriam Rabelo; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Da inserção ao empoderamento: análise da trajetória de diretoras de instituições privadas de ensino superior de Belo Horizonte. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, p. 126-157, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 08 mar. 2020.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **ILO Monitor on the world of work**. Ninth edition. 23 May 2022. 25 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_845642.pdf. Acesso em: 01 jul. 2022.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester de. Sexualidade e organizações: estudo sobre lésbicas no ambiente de trabalho. **Organizações & Sociedade**, v. 18, p. 625-641, 2011.

KALEV, Alexandra; DEUTSCH, Gal. Gender inequality and workplace organizations: understanding reproduction and change. In: RISMANN, B. J.; FROYUM, C. M.; SCARBOROUGH, W. J. **Handbook of the sociology of gender**. 2. ed. Madison, USA: Springer International Publishing, 2018. p. 257-269.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, 2013.

LIMA, Betina Stefanello. **Teto de vidro ou labirinto de cristal?** As margens femininas das ciências. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em História. Brasília: UNB, 2008. 133 f.

LIMA, Gustavo Simão; NETO, Antonio Carvalho; LIMA, Marcelo Simão; TANURE, Betania; VERSIANI, Fernanda. O teto de vidro das executivas brasileiras. **Revista Pretexto**, v. 14, n. 4, p. 65-80, 2013.

MADALOZZO, Regina. CEOs e composição do conselho de administração: a falta de identificação pode ser motivo para existência de teto de vidro para mulheres no Brasil? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 1, p. 126-137, 2011.

MAGRO, Cristian Baú; DANI, Andréia Carpes; VERGINI, Danielle; SILVA, Marcia. Glass ceiling em cargos de board e seu impacto no desempenho organizacional. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 15, n. 34, p. 158-180, 2018.

MORRISON, Ann; GLINOW, Mary Ann. Women and minorities in management. **American Psychologist**, v. 45, n. 2, p. 200-208, 1990.

MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. **cadernos pagu**, v. 42, p. 201-248, 2014.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. América Latina y Caribe: políticas de igualdad de género y mercado de trabajo durante la pandemia. **Serie Panorama Laboral en América Latina y el Caribe 2022**. Nota técnica. 3 de marzo, 2022. 30 p. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_838520.pdf. Acesso em: 01 jun. 2022.

POMPEU, Samira Loreto Edilberto; SOUZA, Eloisio Moulin. A Produção Científica sobre Sexualidade nos Estudos Organizacionais: Uma Análise das Publicações Realizadas entre 2005 e 2014. **Organizações & Sociedade**, v. 25, n. 84, p. 50-67, 2018.

PRONI, Thaíssa Tamarindo da Rocha Weishaupt; PRONI, Marcelo Weishaupt. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, 2018.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; GUIMARÃES, Maria Cristina Soares. A Fundação Oswaldo Cruz e a ciência no feminino: a participação feminina na prática e na gestão da pesquisa em uma instituição de ensino e pesquisa. **cadernos pagu**, p. 197-222, 2016.

ROSA, Patrícia Rodrigues da. **Reconhecendo a contribuição e as experiências de mulheres cientistas na administração pública brasileira**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado de Santa Catarina, Escola Superior de Administração e Gerência, Programa de Pós-Graduação em Administração. Florianópolis: UDESC, 2022. 359 f.

SALES, Ricardo Gonçalves de. **Políticas de respeito à diversidade sexual no ambiente de trabalho**: análise das percepções sobre o papel da comunicação em organizações participantes do Fórum de Empresas e Direitos LGBT. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SANTOS, Carolina Maria Mota; TANURE, Betania; DE CARVALHO NETO, Antonio Moreira. Mulheres executivas brasileiras: o teto de vidro em questão. **Revista Administração em Diálogo**, v. 16, n. 3, p. 56-75, 2014.

SILVA, Larissa Batista; DE CALAIS, Lara Brum. A PERFORMANCE DA FEMINILIDADE E PASSABI-

LIDADE EM MULHERES LBTs. **Cadernos de Psicologia**, v. 1, n. 2, p. 146-167, 2020.

SILVA, Júlio César; MAGRO, Cristian Baú Dal; SILVA, Marcia Zanievicz. Desigualdade de gênero na profissão contábil sob a perspectiva do glass ceiling. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 15, n. 2, p. 447-474, 2016.

SOUTO-MARCHAND, Andreia Silva de. **Mulheres cientistas e os desafios pandêmicos da maternidade, volume 1**: artigos produzidos durante a Pandemia de Covid 19 em 2020 [recurso eletrônico]. Andreia Silva de Souto-Marchand; Elisandra Galvão; Morgana Fernandes (Orgs.). Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

DE SOUZA, Franciele Machado; VOESE, Simone Bernardes; ABBAS, Katia. Mulheres no topo: as contadoras paranaenses estão rompendo o Glass Ceiling?. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, p. 244-270, 2015.

VAZ, Daniela Verzola. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 765-790, dez. 2013.

APAGAMENTOS HISTÓRICOS: O CÂNONE E A EXCLUSÃO DAS MULHERES NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Mitieli Seixas da Silva¹
Clarice Rosa Machado²

O que você vai aprender com este texto:

- O que é o cânone e por que não há mulheres nas obras de história da filosofia;
- As mulheres sempre fizeram filosofia, em todas as épocas e lugares;
- O movimento de resgate das mulheres na história da filosofia.

Cânone e a exclusão das mulheres na filosofia

Vamos começar por um exercício de pensamento: imagine uma figura humana que representa a filosofia. O que vem primeiro à sua mente? A personagem em questão é homem ou mulher? É uma pessoa nova ou mais velha? É uma pessoa branca, indígena, preta? Confrontadas com esse experimento, a grande maioria das pessoas identifica um homem branco mais velho como representante da filosofia. Mas, por que isso é assim? Será que mulheres, jovens ou negros não fizeram ou não fazem filosofia?

Por muito tempo divulgou-se a ideia de que a filosofia teve como seu atestado de nascimento um grupo de filósofos homens brancos que nasceu na Grécia Antiga. Esse grupo de filósofos teria dominado por mais de dois milênios a prática da filosofia ocidental de modo que mesmo hoje não encontramos quase nenhuma diversidade nos nossos currículos, manuais e livros de filosofia. O que responde, portanto, por esse estado de coisas? Uma das apostas recentes é que cultivamos o hábito de identificar a filosofia com uma figura masculina branca porque tendemos a reproduzir um modelo canônico de conhecimento, isto é, um modelo que busca identificar obras de homens consagrados na filosofia.

Um *cânone* funciona como um conjunto de preceitos, normas e modelos que orientam uma determinada disciplina ou prática. Desse modo, se só temos filósofos homens, brancos e europeus no cânone, a própria prática da filosofia fica, por assim dizer, limitada a esses exemplares e modelos. Passamos a acreditar que fazer filosofia é, de fato, algo exclusivamente

¹Professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
E-mail: mitieli.silva@ufsm.br | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6403769121859182>.

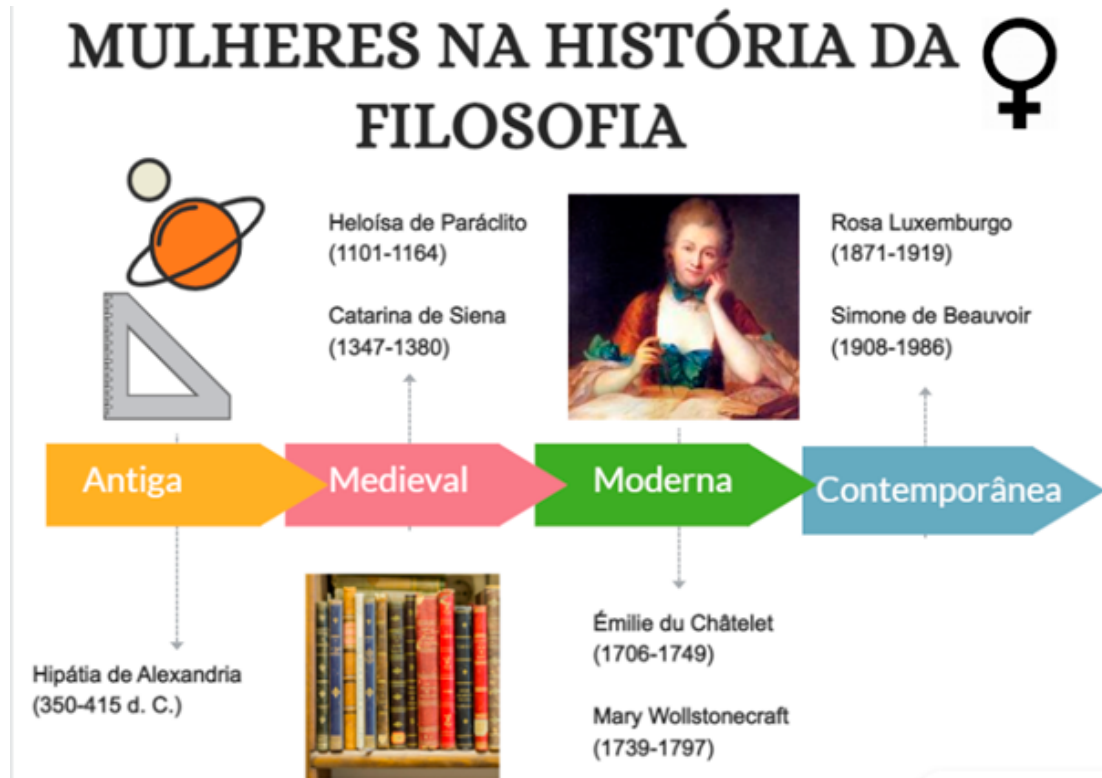
²Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestra em Ensino de Humanidades e Linguagens (UFN). E-mail: clarice.r.machado@gmail.com | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1695181545548413>.

masculino, passamos a reproduzir esse modelo em nossas práticas. De acordo com estudos recentes na história da filosofia, contudo, hoje sabemos que não apenas mulheres sempre estiveram envolvidas com a atividade filosófica, mas também que há diversidade racial e geográfica na filosofia. Não é incomum nos depararmos com a filosofia brasileira, africana, indígena, chinesa etc.

Atualmente, devido ao esforço de muitas pesquisadoras (HUTTON, 2022), a área da história da filosofia está empenhada em corrigir distorções do passado e, portanto, em buscar essas vozes que foram esquecidas e silenciadas para contar uma *outra história da filosofia*, a qual faça justiça às suas diferentes vozes e manifestações. Hoje, em nosso país e fora dele, há inúmeras iniciativas de pesquisa que demonstram a presença de, por exemplo, mulheres filósofas em todas as épocas e tradições. Assim, hoje sabemos que embora seus trabalhos não tenham sido reconhecidos e difundidos por questões sócio-culturais e ligadas à misoginia, a filosofia desde as suas origens foi feita por seres humanos independentemente de gênero, raça e classe social.

Isso pode ser percebido, por exemplo, nos estudos de mitologia grega, em que a figura da mulher é exposta através da imagem das deusas Afrodite (símbolo do amor), Deméter (símbolo da agricultura), Hera (símbolo do casamento), Atena (símbolo da inteligência), entre outras. Mais ainda, podemos perguntar por que a historiografia, em geral, tratou a personagem de Sócrates nos diálogos platônicos como um ser humano real, cuja filosofia é independente do próprio Platão, mas relegou à ficção uma personagem como Diotima. Ora, no diálogo *Banquete*, é Diotima quem ensina Sócrates sobre filosofia e não o contrário. Assim, cabe à historiografia atual, portanto, buscar encontrar e reescrever o *cânone* filosófico dando o devido lugar às mulheres. Com vistas a ilustrar a presença das mulheres na história da filosofia, preparamos o quadro abaixo que exemplifica a presença de mulheres nos diferentes períodos da filosofia ocidental.

Figura 1 - Mulheres na Filosofia



Fonte: Autoras (2023)

Estas são apenas algumas das mulheres filósofas que fizeram parte da história da filosofia e que por muito tempo foram ocultadas, mas que foram pensadoras importantes para o próprio desenvolvimento da filosofia. Infelizmente, não temos como alterar todo o período de negligência que elas sofreram, mas podemos torná-las visíveis no agora da filosofia (HÄGENGRUBER, 2020). A pergunta importante a fazer, neste momento, é o que fazer para abrir as portas da filosofia às mulheres e outros grupos sociais que foram negligenciados de modo a contribuir para uma verdadeira e perene ampliação do cânone filosófico.

Critérios para compor uma nova história da filosofia

A situação particular das mulheres na história da filosofia nos leva a perguntar sobre o que faz com que uma figura histórica mereça estar nessa lista de filósofos. Perguntar pelo que torna uma obra canônica é perguntar pelas condições *internas e/ou externas* para que um determinado personagem histórico tenha o reconhecimento por sua obra e o privilégio de figurar em compêndios, livros-texto, coletâneas e manuais de uma área do conhecimento. Neste texto, iremos nos concentrar em um critério *externo* e um critério *interno* que foi utilizado para excluir as mulheres da história da filosofia ocidental. Refletindo sobre a composição do cânone da história da filosofia, a filósofa Mary Ellen Waithe afirma que:

[...] sempre houve duas listas de filósofos. A primeira é a lista daqueles, assim chamados, “grandes”. Historicamente, esses são homens filósofos que ninguém omite em seus textos introdutórios. A segunda lista é daqueles que são “um pouco menos do que os verdadeiramente grandes”. Existe uma terceira lista que é a das mulheres (WAITHE, 1991, p. xxxvii).

Se confrontarmos os sumários de importantes obras de história da filosofia com esse critério (por exemplo: KENNY, 2006a; KENNY, 2006b), teremos que, certamente, na lista dos “verdadeiramente grandes” da modernidade ocidental, encontraremos nomes como: Descartes, Berkeley, Hume, Locke, Newton, Leibniz, Voltaire e Kant. Na segunda lista, encontraremos D’Alembert, Christian Wolff, Thomasiaus, Mersenne, Diderot etc. E na terceira lista? O que encontraremos? Nas obras citadas, não encontraremos nada a não ser um grande vazio. Isso é significativo porque há uma compreensão altamente difundida entre os historiadores de que são esses os nomes mais importantes, mas o que significa, de fato, essa importância? Para Mary Ellen Waithe, importância é simplesmente capacidade de exercer influência, o que é (e foi ao longo da história) um privilégio marcadamente masculino.

Se, contudo, a importância de um autor ou obra é medida pela *influência*, esse é um critério de inclusão *externo* à obra, é um critério que depende de relações de poder inerentes a dinâmicas sociais e culturais e que nada – ou muito pouco – tem a ver propriamente com filosofia. Ora, sabemos que na modernidade as mulheres eram ainda excluídas da educação formal e que, embora muitas filhas da nobreza tenham tido a oportunidade de – por outras vias – se educar, sua influência estava restrita a determinados círculos, como os salões. As mulheres não podiam participar das reuniões públicas da *Academia Real de Ciências da França*, elas não podiam frequentar as aulas nas universidades, tampouco, com raríssimas exceções como Laura Bassi em Bologna, podiam lecionar nas universidades. Assim, se esse critério é tomado nesse significado, ele é um critério excludente de partida.

Contudo, mesmo o critério da influência parece ter sido sonogado a algumas mulheres filósofas. Se é verdade que algumas filósofas viveram e tiveram seus escritos marginalizados, tomados como panfletos e não como “a verdadeira filosofia”, também é verdade que mulheres filósofas exerceram influência direta e marcante em seus círculos. Desse modo, Mary Ellen Waithe conclui: “O que temos até agora é uma medida da importância de sujeitos históricos femininos [realizada] por historiadores homens [...]. A exclusão das filósofas dos textos de história pode refletir uma inabilidade dos filósofos historiadores homens a oferecer uma avaliação desinteressada e não enviesada dos escritos das mulheres. (WAITHE, 1991, p. xxxvii)

Outro ponto importante que é utilizado como critério de exclusão das mulheres nas grandes obras de história da filosofia consiste em apelar para os temas que são tratados por essas mulheres. Sabe-se que existiu uma grande contenda iniciada no fim da Idade Média com

personagens como Christine de Pizan e que se estendeu por ao menos quatro séculos culminando na disputa das iluministas do século XVIII acerca dos direitos das mulheres. A *querelle des femmes* foi uma disputa teórica (literária, filosófica e política) “sobre a natureza feminina, a representação das mulheres nos discursos oficiais e a diferença entre os sexos” (DEPLAGNE, 2021). Não encontramos nas histórias clássicas que figuram como bibliografia primária de cursos de História da Filosofia Moderna referência a essa temática. O que justifica que uma temática que envolve disputas metafísicas (qual é a natureza das mulheres?), epistemológicas (As mulheres podem ser ensinadas?) e políticas (qual o estatuto jurídico das mulheres? Mulheres podem ser consideradas cidadãs?) não figure nos manuais, compêndios, antologias e histórias da filosofia que utilizamos como bibliografia primária e secundária em nossos cursos?

Como vimos, tanto o critério da importância e influência (critério *externo*), quanto o critério da temática (critério *interno*) foram usados de modo a excluir as mulheres da história da filosofia. O problema aqui não são os critérios em si, mas o modo como eles são usados para perpetuar práticas misóginas e excludentes. Isso deve ter sido suficiente para mostrar que a exclusão, apagamento e silenciamento das filósofas foi o resultado de um projeto deliberado de restringir a prática da filosofia a um grupo social dominante.

À guisa de reflexão

Se os critérios apontados por historiadores para incluir e excluir filósofos e filósofas do cânone foram mal utilizados, pois permitiram a exclusão de figuras que incontestemente contribuíram para a filosofia, recusamos a ideia de que uma lista de temas, obras ou filósofos canônicos deva ser tomada como auto evidente e auto justificável. A história não é – e, diga-se de passagem, nunca foi – auto evidente, ela é o resultado de uma construção constante e interminável.

Nós só podemos falar, portanto, em reconstruir a história (em revisar o cânone) se compreendermos que a história não é exclusivamente sobre o passado, mas ela é também sobre o tempo presente e, mais importante, sobre como imaginamos o nosso futuro. Se queremos, portanto, uma outra história da filosofia, uma história feminista da filosofia (PUGLIESE, 2021), é preciso que tomemos consciência das práticas excludentes em nosso campo para não apenas não repeti-las, mas combatê-las mostrando que as mulheres sempre estiveram presentes na história da filosofia (assim como estiveram presentes na literatura, na ciência, na matemática etc.).

Além disso, é importante compreender que a história é moldada por aquilo que conseguimos assentar na memória coletiva a partir dos fragmentos materiais da história. A história da filosofia sempre privilegiou os tratados e os ensaios como forma principal de se fazer

filosofia. Se queremos, contudo, atuar para ampliar o cânone devemos olhar também para os relatos orais, os cânticos, as orações, as cartas, os romances, as notas de aula, as pinturas, as fotografias, os vídeos, as manifestações musicais, as manifestações performáticas etc. Só assim conseguiremos trazer não só as mulheres, mas também demais marginalizados para o debate filosófico.

Para Saber Mais!

- PEIXOTO, Katarina. As mulheres na Filosofia Moderna. **Le monde diplomatique**, 17 de junho de 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/as-mulheres-na-filosofia-moderna/>. Acesso em: 15 maio 2023.
- **Enciclopédia Mulheres na Filosofia**. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/>. Acesso em: 15 maio 2023. (Primeira enciclopédia em português dedicada exclusivamente ao trabalho de mulheres filósofas)
- WHAITE, Mary Ellen.; HAGENGRUBER, Ruth (Editors). **Encyclopedia of Concise Concepts by Women Philosophers**. Disponível em: <https://historyofwomenphilosophers.org/ecc/#hwps>. Acesso em: 15 maio 2023. (Enciclopédia dos conceitos concisos de mulheres filósofas, conta com vários verbetes já traduzidos para o português).
- **Rede Brasileira de Mulheres Filósofas**. Disponível em: <https://www.filosofas.org/>. Acesso em: 15 maio /2023. (A página conta com diversas iniciativas e projetos que envolvam a visibilidade e promoção das mulheres na filosofia).

Referências

DEPLAGNE, Luciana Calado. Querelle des Femmes: Mapeamento em português. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: **Mulheres na Filosofia**, V. 7, N. 2, p. 28-42, 2021.

HAGENGRUBER, R. The Stolen History – Retrieving the History of Women Philosophers and its methodical implications. In: THORGEIRSDOTTIR & HAGENGRUBER (Eds.). **Methodological reflections on Women’s contribution and Influence in the History of Philosophy**. Cham, Switzerland: Springer, 2020.

HUTTON, Sarah. A New Renaissance: the History of Women Philosophers across Boundaries

and Cultures. In: Lopes, C.; Peixoto, K.; Pricladnitzky, P. (Eds.). **Latin American Perspectives on Women Philosophers in Modern History**. Cham, Switzerland: Springer, 2022.

KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental**. Volume III - O despertar da Filosofia Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2006a.

KENNY, Anthony. **Uma nova história da filosofia ocidental**. Volume IV - Filosofia no Mundo Moderno. São Paulo: Edições Loyola, 2006b.

PUGLIESE, Nastassja. O que é a história feminista da filosofia? **Estadão - Estado da Arte**. 08 de março de 2021. Disponível em: <https://estadodaarte.estadao.com.br/anpof-pugliese-historia-feminista/>. Acesso em: 15/05/2023.

WAITHE, Mary Ellen. **A History of Women Philosophers: Modern Women Philosophers, 1600-1900**. Dordrecht: Springer, 1991

TERCEIRA PARTE:
GÊNERO E SEXUALIDADE
NO IFRS

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS TEMÁTICAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFRS: OS NEPGSs E A AGS

Luciane Senna Ferreira¹
 Catia Eli Gemelli²
 Olívia Pereira Tavares³

O que você vai aprender com este texto:

- Histórico da institucionalização dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade no IFRS;
- Histórico da Assessoria de Gênero e Sexualidade no IFRS.

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: concepção de educação como política pública e inclusiva

A constituição da Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (doravante IFs) deu-se a partir da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituindo, em todas as regiões, uma nova referência de modelo de educação profissional e tecnológica. A partir de uma organização verticalizada, da educação básica à superior, os IFs representam uma revolução na educação do país, tendo como propósito o desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro.

Neste cenário, os IFs foram implantados a partir da visão de uma educação atrelada “a um projeto pedagógico que busque não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas também a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social” (PACHECO, 2011, p.8).

Em suas diretrizes, os IFs buscam o compromisso de trabalhar com uma educação inclusiva, voltada ao respeito às diversidades étnico-raciais, religiosas, de gênero e de sexualidade, além de todas as demais que promovem o respeito à dignidade humana. Para Pacheco (2011,

¹Professora de Língua Portuguesa no IFRS - Campus Osório. Doutoranda no Programa de Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade FEEVALE. E-mail: luciane.ferreira@osorio.ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3099753008499677>.

²Professora de Administração no IFRS - Campus Porto Alegre. Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: catia.gemelli@poa.ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0289910263194536>.

³Servidora técnica-administrativa em Educação no IFRS - Campus Canoas e em cooperação técnica parcial na Assessoria de Gênero e Sexualidade do IFRS. Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil. | E-mail: olviatav@hotmail.com. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2221568674362114>.

p. 10), em uma sociedade reprodutora da desigualdade, a inclusão não seria suficiente, já que tal conceito deve ser entendido no sentido mais amplo. Neste sentido, seria necessário vincular a inclusão à ideia de emancipação, quando se constroem, também, “os princípios básicos da cidadania como consciência, organização e mobilização”.

Orientados como política pública educacional, a educação assume o papel fundamental para construção de uma nação democrática, a partir do combate às desigualdades estruturais de toda ordem, sejam sociais, políticas, econômicas, gênero, raça/etnia, sexual ou quaisquer outras que gerassem exclusão. Diz Pacheco (2011) que é no campo dos processos decisórios, na intermediação dos interesses de diferentes grupos, utilizando-se de critérios de justiça em virtude de sua função social, que os Institutos Federais afirmam a educação profissional e tecnológica como política pública.

Assim, alinhado a esses princípios, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) se orienta marcadamente a partir da concepção de educação como política pública e inclusiva, assumindo uma postura diante das diferenças e diversidades como possibilidade de crescimento para aprendizagem de todas/os. Na dimensão social, tem a missão de reduzir o combate às desigualdades e as mais diversas formas de preconceitos e discriminação, assumindo-se como uma instituição plural, ética e justa. Fazendo parte de uma história de inovação educacional - cujo impacto ainda está em curso -, a sua grande força não seria a mesma se não tivesse criado e implantado sua política institucionalizada de Ações Afirmativas (AA). Esta política tem acompanhado a expansão de suas unidades, culminando em uma instituição orientada a “práticas de aceitação e acolhimento, tanto mais includentes quanto mais a sociedade gerar processos de exclusão” (BEYER, 2005, p. 61).

Assim, o caráter de autonomia que o IFRS possui o “torna capaz de construir, em seu interior, propostas de inclusão social e tecer, ‘por dentro delas próprias’, alternativas pautadas nesse compromisso com a sociedade” (PACHECO, 2011, p.19). Dessa forma, esta instituição tem criado e posto em prática outras políticas educacionais, para além daquelas que o Estado determina. Tendo como paradigma a educação inclusiva, as ações caracteristicamente são definidas com o recorte de criação de sua própria política afirmativa.

Empenhado em um esforço na direção da perspectiva de uma educação inclusiva e comprometida, o IFRS tem traçado estratégias e criado importantes iniciativas, que vão ao encontro de políticas educacionais de AA. Neste sentido, a instituição tem posto as AA em prática, por meio de normativas, regulamentações, criação de núcleos, grupos de trabalho, comissões, setores e assessorias.

O processo de discussões sobre ações de inclusão, iniciado em 2010, resultou em um marco histórico, com a institucionalização da política de AA de inclusão, em 2014. Na esteira

da política, as ações de inclusão deveriam perpassar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção da defesa dos direitos humanos e do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas.

A partir de então e cada vez mais, a instituição assume seu compromisso com uma educação voltada à valorização da diversidade, da pluralidade e da inclusão, bem como orientada a promover e garantir direitos de proteção a grupos socialmente vulneráveis, que sofreram e sofrem um padrão de violência e discriminação. Nesse contexto, gênero e sexualidade passariam a ser compreendidas como temáticas que deveriam ser tratadas no âmbito institucional a partir da política de AA. Assim, tratar de gênero e de sexualidade no IFRS materializaria-se, então, com a constituição e institucionalização dos Núcleos de Ensino e Pesquisa em Gênero e Sexualidade (Nepgss) nos *campi* do IFRS.

Reconstrução da gênese do Nepgs - IFRS

A carta enviada a Gestores/as da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, resultado do I Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, de 2012, trata-se do primeiro documento oficial em que consta menção à criação de núcleos de gênero na Rede. No ano seguinte, o Ministério da Educação (MEC) empreende uma consulta aos IFs a respeito de ações de gênero, com a finalidade de obter informações sobre possíveis núcleos direcionados ao tema. No mesmo período, o IFRS contava com servidores/as que, de forma isolada, pesquisavam, tinham estudos ou interesse nas temáticas de gênero e sexualidade, como *campus* Erechim e *campus* Caxias do Sul. Ademais, nesse momento, o ingresso, na Pró-reitoria de Extensão (Proex) - setor de AA, de servidor/a que estudava os temas, levou-os para o âmbito da reitoria.

No Quadro 1, apresentamos um histórico de fatos coexistentes e confluentes da gênese dos Nepgss no IFRS.

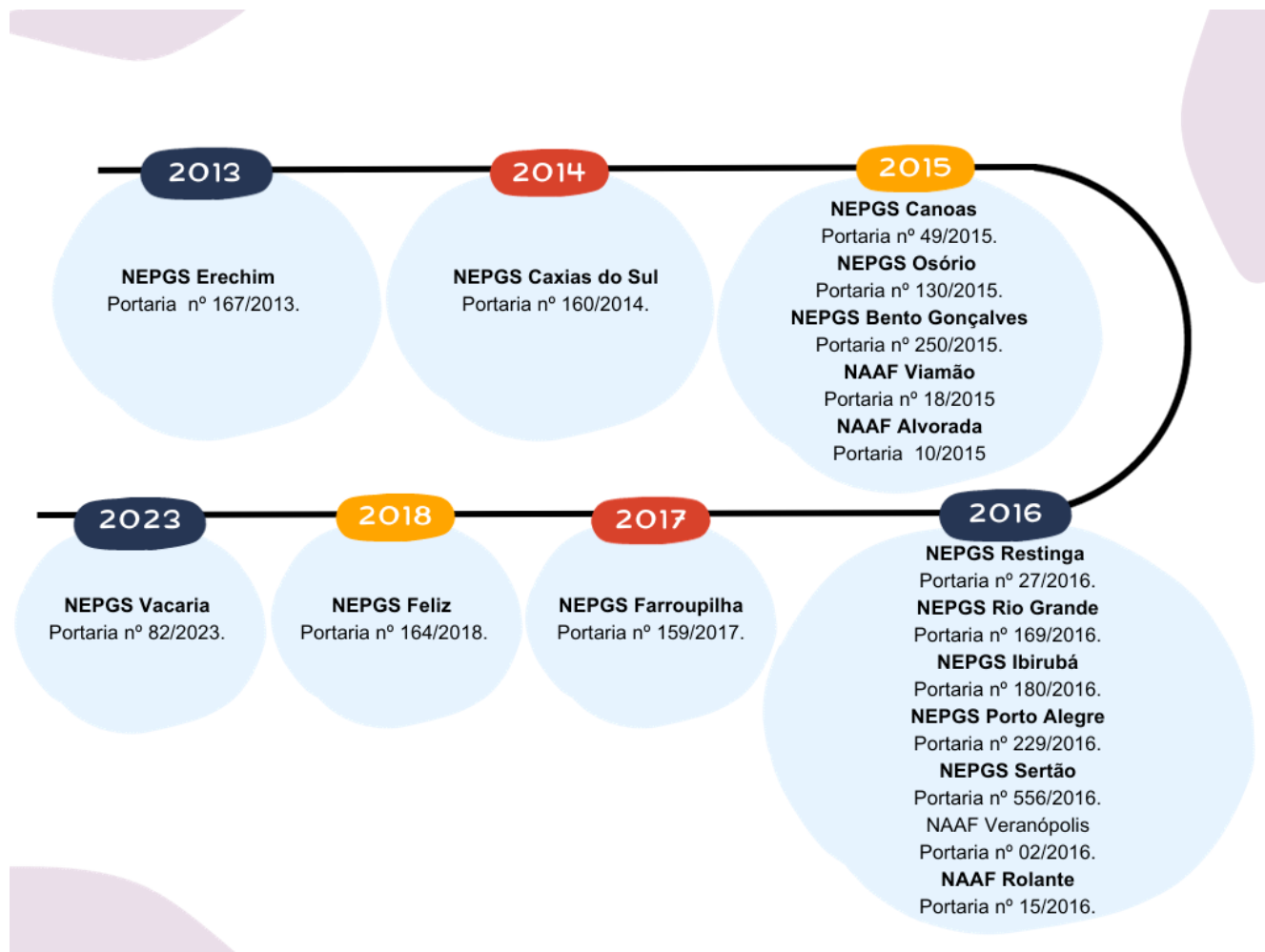
Quadro 1: Histórico Fatos Neps IFRS.

2012	Agosto de 2012, ocorre o <i>I Fórum Distrital de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva</i> - Brasília/DF, promovido pelo MEC/SETEC, que resultou em carta endereçada a Gestores/as da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, na qual consta no item 19 "Criar um Núcleo que trate das questões relativas a gênero e diversidade sexual" (primeiro documento oficial que sugere a criação desse núcleo na Rede Federal).
2013	Fevereiro de 2013, e-mail encaminhado pela Assessoria de Ações Inclusivas do IFRS aos <i>campi</i> , solicitando informações a respeito de estudos de gênero e núcleo sobre a temática, para responder à solicitação do MEC.
2013	Fevereiro de 2013, resposta do <i>Campus Erechim</i> ao e-mail da Assessoria de Ações Inclusivas, informando sobre o desenvolvimento de pesquisa direcionada a investigar gênero, história da moda e universo feminino.
2013	E-mail enviado aos <i>campi</i> , por servidor da Proex, vinculado ao setor de Ações Afirmativas, tendo como conteúdo a proposta de formação de grupos de estudos, pesquisa e extensão nas temáticas corpo, gênero e sexualidade.
2013	Abril de 2013, reunião Coex, tendo no item 11 da pauta a "criação dos Núcleos de Gênero". No registro da reunião consta que o MEC encaminhou e-mail questionando se a instituição possuía núcleo ou linhas de pesquisa de gênero e, conforme consulta realizada pelo IFRS, apenas o <i>Campus Erechim</i> apresentava projeto sobre gênero.
2013	Abril de 2013, o diretor geral do <i>Campus Erechim</i> encaminha e-mail à Assessoria de Ações Inclusivas, informando que na reunião da Coex ficou decidido que esse <i>campus</i> seria o primeiro a compor o núcleo de gênero como experiência no IFRS.
2013	Mai de 2013, a Assessora de Inclusão e Diversidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), encaminha e-mail ao IFRS notificando que as ações de Inclusão, Gênero e Diversidade passam a ser responsabilidade desta secretaria.
2013	Mai de 2013, constituição do primeiro núcleo no IFRS, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero, no <i>Campus Erechim</i> (a nomenclatura inicial era Neps, sexualidade passa a ser incluída na portaria de criação do terceiro núcleo no IFRS, o do <i>Campus Canoas</i> , em 24 de março de 2015).
2013	Junho de 2013, a Assessoria de Inclusão e Diversidade da Secadi encaminha e-mail com o Plano Nacional LGBT ao IFRS.
2013	Agosto de 2013, participação do núcleo de gênero do <i>Campus Erechim</i> no II Fórum de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, na mesa redonda intitulada "O atendimento à diversidade na Rede Federal de EPCT", composta pelos núcleos Neabi, Napne e Núcleo de Gênero.
2014	Setembro de 2014, constituição do segundo núcleo de gênero no IFRS, o do <i>Campus Caxias do Sul</i> .
2015	Junho de 2015, ocorre o <i>I Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS</i> , contando com a sala temática "Neps: (Re)pensando a diversidade nos espaços educacionais" (primeiro evento em que as temáticas começaram a ser discutidas amplamente no IFRS).

Fonte: Elaborado pelas autoras

Atualmente, o núcleo está presente nas 17 unidades do IFRS, individualmente ou vinculado aos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAFs), que congregam os Napnes, Neabis e Nepgss.

Figura 1 - Linha do tempo da constituição dos Nepgss e Naafs nos campi



Fonte: Elaborada pelas autoras

A gênese do Nepgss, no IFRS, sobretudo entre 2012 e 2013, partiu de movimentos simultâneos, externos - MEC/SETEC/SECADI - e internos - de ações isoladas de grupos com interesse nas temáticas, mais do que uma iniciativa institucional. Assim, a partir da reconstrução da história do núcleo, em sequência de fatos, abre-se espaço para uma compreensão na dimensão do intangível. A coexistência de ideias e de vontades espacialmente dispersas passam, em determinado momento, a movimentar sujeitos motivados pelas mesmas demandas e desejos. A gênese dos Nepgss não se guia pelo olhar de um ponto fundante, mas sim, da confluência de antecedentes que fazem emergir e dar forma a grupos maiores. Um processo envolvendo desejos, vontades, demandas e necessidades, que tomaram força quando, repartido e compartilhado no coletivo, impulsionaram a sua institucionalidade.

Figura 2 - Linha do tempo da institucionalização em gênero e sexualidade no IFRS

LINHA DO TEMPO GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFRS



Fonte: Elaborado pelas autoras

A primeira política institucionalizada vinculada às discussões do núcleo, tem-se, em 2016, com a aprovação da regulamentação para requisição do nome social de pessoas transgênero, travestis e transexuais, candidatas ao processo de ingresso discente e para estudantes com matrícula regular no âmbito do instituto. O IFRS considerou por base a Resolução nº 12, janeiro 2015, do Conselho Nacional de *Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT)* que, na ausência de uma lei federal regulativa do uso do nome social, estabeleceu parâmetros para garantir as condições de acesso e permanência destas pessoas nos sistemas e instituições de ensino¹.

Embora a resolução não seja uma lei federal, não se hesitou em adotar medidas para que o nome social fosse reconhecido e incorporado na organização estrutural administrativa da instituição, facilitando tanto o ingresso como a permanência desses e dessas estudantes, por meio da possibilidade de utilização do nome social e, conseqüentemente, do reconhecimento de sua identidade de gênero, principalmente das pessoas travestis e transexuais, grupo social historicamente marginalizado em nosso país.

Em 2017, o regulamento dos Nepsos foi aprovado pela Resolução Consup nº 37, de 20 de junho de 2017, no qual consta se tratar de “um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade” (IFRS, 2017). Vinculados ao Setor de Extensão de cada campus, os Nepsos tem por finalidades, conforme o artigo 2º da Resolução

- I - implementar políticas de educação para a diversidade de gênero e sexualidade, com vistas à promoção do direito à diferença, à equidade, à igualdade e ao empoderamento dos sujeitos;
- II - subsidiar a discussão acerca das temáticas de corpo, gênero e sexualidade e seus atravessamentos no campo da educação;
- III - atuar na difusão e promoção de estudos e pesquisas relacionadas às temáticas nas quais o Núcleo se propõe em diversas áreas e concepções teóricas do conhecimento;
- IV - fomentar a transversalidade entre ensino, pesquisa e extensão, incluindo ações de formação continuada;
- V - problematizar as temáticas referentes a gênero e sexualidade e como elas têm sido abordadas em diferentes espaços, em especial, no âmbito institucional;
- VI - atuar na prevenção e no combate às diferentes formas de violências de gênero e sexual;
- VII - trabalhar colaborativamente com os setores responsáveis pela articulação com a rede de proteção na prevenção e encaminhamento de situações de violências de gênero e sexual;
- VIII - promover parcerias com os movimentos sociais na luta em prol de políticas públicas para a promoção da equidade de gênero;
- IX - propor momentos de capacitação para os/as servidores/servidoras do *campus* conforme demanda, por meio de articulação com outros setores;
- X - apoiar as atividades propostas pelos/pelas servidores/servidoras e pela comunidade no que se refere às finalidades do Núcleo. (IFRS, 2017, p. 1)

Em 2020, o IFRS tornou-se o primeiro instituto a aprovar a *Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS*. Tal política reuniu princípios e objetivos que orientaram a implantação de ações de prevenção e combate ao assédio na instituição, na qual estão previstos mecanismos de acolhimento, prevenção e resolução nos temas referentes a esse assunto. As diretrizes de tal política contribuem para implementar ferramentas de enfrentamento e encaminhamento adequado de ações. A resolução foi elaborada pelo *Grupo de Trabalho (GT): assédio no IFRS*⁴, que reuniu servidoras e servidores de diferentes setores da instituição, entre eles, integrantes do Neps.

Em 2021, com o propósito de fortalecer as discussões e ações orientadas para as temáticas de gênero e sexualidade foi criada a Assessoria de Gênero e Sexualidade (AGS), institucionalizada a partir de uma cooperação técnica entre a Reitoria do IFRS e o Campus Osório. A Assessoria busca realizar um trabalho articulado de planejamento para ações de integração e fortalecimento institucional dos Neps e Naafs, passando a somar-se a outras duas existentes: a Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade e Assessoria de Relações Étnico-Raciais.

Na mesma esteira, em 2022, se deu a implantação do Projeto de Promoção de Dignidade Menstrual do IFRS, a partir de uma iniciativa da Diretoria de Assuntos Estudantis/PROEN (Pró-reitoria de Ensino) e com apoio da Assessoria de Gênero e Sexualidade. Este projeto passou a conduzir a organização do desenvolvimento de atividades educativas para toda a comunidade acadêmica, voltadas à educação em sexualidade e reprodução.

A partir de todo esse contexto, torna-se relevante, por fim, apontar que os Neps, desde de sua gênese, têm percorrido um caminho de visibilidade e institucionalidade de gênero e sexualidade, afirmando seu lugar como parte da política de ações afirmativas do IFRS. Entretanto, ainda sofre muitas limitações de atuação, fazendo com que necessite criar constantemente possíveis caminhos que preencham as lacunas, pois as diversas contradições motivam o ímpeto por mudanças e resistência, e as desigualdades encorajam a busca coletiva por estratégias e alternativas capazes de afirmarem a dignidade humana. Assim, o núcleo segue reiterando o seu compromisso com os temas de gênero e sexualidade.

⁴Este GT também elaborou uma cartilha de Enfrentamento às Violências de Gênero no IFRS. Maiores informações: <https://ifrs.edu.br/enfrentamento-as-violencias-de-genero-e-tema-de-cartilha-do-ifrs/>.

A Assessoria de Gênero e Sexualidade

A criação da Assessoria em Gênero e Sexualidade foi o resultado de uma construção histórica e coletiva no campo das Ações Afirmativas no IFRS. Como relatado anteriormente, esse caminho foi iniciado desde a criação da Consultoria de Ações Inclusivas, no ano de 2010 e, posteriormente, nomeada como Assessoria de Ações Inclusivas (2012) e, finalmente, ser intitulada como Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade (2018).

Também no ano de 2018, o IFRS designou uma Assessora de Relações Étnico-Raciais, pela Portaria nº 1179/18, sendo em 2020, criada a Assessoria de Relações Étnico-Raciais (Arer) como uma seção vinculada à Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, conforme a Resolução Consup do IFRS nº 001/2020 (SALATINO; SANTOS, 2023). A Arer foi o resultado da articulação dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) e Núcleos de Ações Afirmativas (Naafs) dos *campi*, que demandavam um setor representativo institucional para as pautas étnico-raciais.

A exemplo do movimento dos Neabis, os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgss) e os Naafs indicavam a necessidade latente de uma representação institucional centrada nas pautas de gênero e sexualidade. Desta forma, surgiu a Assessoria de Gênero e Sexualidade (AGS) no mês de dezembro do ano de 2021, oficializada a partir de uma cooperação técnica parcial da docente Catia Eli Gemelli – lotada no Campus Osório – que assumiu a incumbência de atuar como Assessora de Gênero e Sexualidade do IFRS.

Como principais objetivos da AGS, lista-se:

- Planejamento e desenvolvimento de ações institucionais para integração e fortalecimento dos Nepgss e Naafs;
- Participação efetiva na proposição de normativas e projetos institucionais que assegurem a equidade e o combate às discriminações de gênero e sexualidade;
- Proposição e elaboração – em conjunto com os núcleos – de campanhas institucionais para as datas representativas às discussões de gênero e sexualidade;
- Proposição e organização de eventos relacionados às temáticas de gênero e sexualidade;
- Fomento à participação dos Nepgss e Naafs em eventos científicos, bem como, em chamadas para publicação de artigos e relatos de experiência.
- Incentivo à produção científica e ações de popularização do conhecimento pertinentes às temáticas dos Nepgss;

- Planejamento e elaboração de ações institucionais para formação dos(as) servidores(as) do IFRS quanto aos aspectos legais e normativos atuais em temáticas relacionadas a gênero e sexualidade.

A professora Catia atuou sozinha na AGS até o mês de novembro de 2022, quando a servidora técnica administrativa em educação, lotada no IFRS Campus Canoas, Olívia Pereira Tavares, passou a integrar a equipe, também por meio de acordo de cooperação técnica parcial. Em março de 2023, a docente Lauren de Lacerda Nunes ingressou na AGS, a partir de cooperação técnica entre a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) e o IFRS. A partir do segundo semestre de 2023 a docente Catia Eli Gemelli encerrou sua cooperação técnica com a AGS, que passou a ser coordenada pela docente Lauren de Lacerda Nunes, com colaboração de Olívia Pereira Tavares (Campus Canoas), Aline da Silveira Muniz (Campus Canoas) e Letícia Ferreira (Campus Bento Gonçalves).

Dentre os resultados do trabalho da AGS, destaca-se a realização de eventos e ações formativas, em colaboração com os núcleos, tanto em formato remoto – transmitidos pelos canais de Youtube – quanto presenciais, em diferentes *campi*. Ademais, a AGS teve importante participação na criação e/ou efetivação de políticas e projetos no IFRS no decorrer do ano de 2022, com destaque para a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS e para o Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual do IFRS.

A edição de 2022 dos Jogos do IFRS – evento que reúne estudantes do ensino médio integrado dos diversos *campi* – foi a primeira com a participação de estudantes transgêneros. A AGS assessorou a Pró-reitoria de Extensão na revisão do regulamento das diversas modalidades dos jogos e conduziu ações formativas para coordenadores(as) das delegações dos *campi*.

Por fim, é importante destacar que a AGS ainda não se configura como um setor e que, assim como a Arer, depende de acordos de cooperação técnica para a constituição de sua equipe de trabalho. Para fortalecimento da sua institucionalização, indica-se a sua constituição enquanto setor e a alocação de servidor/a efetivo/a.

Para Saber Mais!

Canais oficiais no Youtube: Diversas ações desenvolvidas pelos Neps e Naafs são transmitidas pelos canais de youtube oficiais dos *campi*, ou canais próprios dos núcleos/projetos e permanecem disponíveis ao público em geral. Confira os links de acesso:

IFRS - <https://www.youtube.com/@IFRSOficial>

Campus Alvorada - <https://www.youtube.com/@ifrscampusalvorada>

Campus Bento Gonçalves - <https://www.youtube.com/@IFRSBGOOficial>

Campus Canoas - Canal do Neps - <https://www.youtube.com/@neps-campuscanoas758>

Campus Caxias do Sul - <https://www.youtube.com/@IFRSCaxias>

Campus Erechim - <https://www.youtube.com/@ifrscampuserechim4424>

Campus Farroupilha - <https://www.youtube.com/@IFRSCampusFarroupilha>

Campus Feliz - Canal do Neps - <https://www.youtube.com/@neps-campusfelizifrs9359>

Campus Ibirubá - <https://www.youtube.com/@IFRSCampusIbiruba>

Campus Osório - <https://www.youtube.com/@IfrsOsoComunicacao>

Campus Porto Alegre - <https://www.youtube.com/@IFRSCampusPOA>

Campus Restinga - <https://www.youtube.com/@IFRSCampusRestinga>

Campus Rio Grande - Canal do Neps - <https://www.youtube.com/@ifrsnucleodeestudosepesqui484>

Campus Rolante - <https://www.youtube.com/@IFRSCampusRolante>

Campus Sertão - Circuito Diversifica - <https://www.youtube.com/@circuitodiversificacampus2590>

Campus Vacaria - <https://www.youtube.com/@ComunicacaoVacariaIFRS>

Campus Veranópolis - <https://www.youtube.com/@IFRSVeranopolisCanalOficial>

Campus Viamão - <https://www.youtube.com/@IFRSCampusViamao>

Documentos:

<https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/assessoria-de-acoes-inclusivas-aai/>. Acesso em: 10 fev. 2020.

<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 5 abr. 2022.

Referências

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação** na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais. Porto Alegre: Mediação, 2005.

IFRS. **Resolução n. 37, de 20 de junho de 2017**. Resolução do Nepgss, 2017. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília-São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011.

SALATINO, Alba Cristina Couto dos Santos; SANTOS, Ana Laura Ribeiro. **Esperanças, educar e transformar: relato de atividades da assessoria de relações étnico-raciais**. In: SONZA, Andréa Poletto et al. Revista Plural. Bento Gonçalves: IFRS, 2023.

PUBLICAÇÕES, NORMATIVAS E EVENTOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO IFRS

Andréa Poletto Sonza¹
Lauren de Lacerda Nunes²

O que você vai aprender com este texto:

- As principais publicações do IFRS que abarcam as temáticas gênero e sexualidade;
- Principais eventos sediados pelo IFRS nos últimos anos sobre gênero e sexualidade;
- Os atos normativos (resoluções, instruções normativas,...) do IFRS sobre as supramencionadas temáticas.

Um breve histórico sobre as ações afirmativas do IFRS

O IFRS iniciou seus primeiros movimentos em prol da inclusão e da promoção da diversidade no ano de 2010, quando foi criada a chamada Consultoria de Ações Inclusivas (Portaria IFRS 168/2010). No ano de 2012, institucionalizou-se a Assessoria de Ações Inclusivas ([Portaria D.O.U 51/2012](#)), subordinada à Pró-reitoria de Extensão. A partir desse momento, começam a ser institucionalizados os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napnes); na sequência, os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis); e, posteriormente, os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgss) e, para os *campi* implantados mais recentemente no IFRS - Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão - e Reitoria, os Núcleos de Ações Afirmativas (Naafs).

A Política de Ações Afirmativas, aprovada em reunião do Conselho Superior (Consup) em fevereiro de 2014 ([Resolução 22/2014](#)), foi o primeiro documento institucional que buscou ampliar o espectro das ações afirmativas, considerando seus diversos eixos de atuação³. No mesmo ano, os Regulamentos dos Napnes e dos Neabis foram institucionalizados por meio das [Resoluções 20/2014](#) e [21/2014](#), respectivamente. E, em 2017 foram aprovados os Regulamentos dos Nepgss ([Resolução 37/2017](#)) e dos Naafs ([Resolução 38/2017](#)).

Dessa forma, no ano de 2018, a Assessoria de Ações Inclusivas passou a ser chamada de Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade, ampliando o seu escopo de atuação

¹Professora e Assessora de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade do IFRS; Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. | E-mail: andrea.sonza@ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3125832905320322>.

²Professora da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) - em Colaboração Técnica no IFRS, na Assessoria de Gênero e Sexualidade; Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); pesquisadora colaboradora do Centro Interdisciplinar em Estudos de Gênero (CIEG) da Universidade de Lisboa (ULisboa). | E-mail: lauren.nunes@ifrs.edu.br. | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4358910526888940>.

e, em 2019, essa assessoria passou a atuar junto à Pró-reitoria de Ensino. O detalhamento desse histórico pode ser encontrado no Livro *Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões* - Capítulo 1, intitulado, Panorama das Ações Afirmativas no IFRS⁴. Já a Linha do Tempo Ações Afirmativas no IFRS⁵ traz, de forma bastante didática, esses movimentos importantes em nossa instituição.

Na sequência, apresentaremos os principais eventos, publicações e atos normativos que contam um pouco da trajetória institucional das ações em prol do avanço da pasta gênero e sexualidade no IFRS.

Principais Eventos que abordaram as temáticas de gênero e sexualidade ao longo dos últimos anos

3º Fórum EPT (2022): O 3º Fórum de Educação Profissional e Tecnológica do IFRS visou promover a reflexão sobre os princípios e as práticas pedagógicas vinculadas à Educação Profissional e Tecnológica, nos diferentes níveis, modalidades e formas de oferta de cursos. O encontro e os temas buscaram estar alinhados ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFRS, com vistas à consolidação do projeto acadêmico da instituição. Entre os principais temas discutidos, que se relacionam com as temáticas de gênero e sexualidade, mereceram destaque: “Abordagens em gênero e sexualidade na cultura escolar”⁶; “Legitimação do Direito à Acessibilidade e reconhecimento das diferenças”⁷; “Políticas públicas para a permanência e êxito de mulheres na educação profissional e tecnológica”⁸; e “Construção da diferença e da desigualdade: por uma educação antirracista”⁹.

Curso Diversidade e Inclusão na Educação (2020): promovido pela reitoria, o evento ocorreu de forma online, por meio de plataformas digitais, com o objetivo de oportunizar um espaço de qualificação para que os/as servidores/as das unidades do IFRS pudessem refletir sobre temas foco das ações afirmativas, como: a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas; a valorização étnico-racial; o combate à homofobia, ao sexismo e a todas as formas de discriminação; e a defesa dos direitos humanos.

Palestra Assédio Moral e Sexual nas Instituições Federais de Ensino (2019): capacitação para os servidores da reitoria e dos *campi* do IFRS, que teve como palestrante o Procurador Federal junto ao IFRS Albert Caravaca. Dentre os temas abordados destacam-se: Conceituação de assédio moral e de assédio; apresentação das formas de assédio (moral, sexual, racial e coletivo); meios de combate ao assédio; consequências jurídicas do assédio.

³Gênero, sexualidade, raça, etnia, inclusão e acessibilidade.

⁴Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 29 ago. 2023.

⁵Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2023/03/Linha-do-Tempo-das-Acoes-Afirmativas-no-IFRS.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

⁶Palestrante: Fernando Seffner - Professor Doutor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Palestra A Violência Psicológica no Ensino Público (2019): realizada na modalidade híbrida, a palestra teve como palco o Auditório Rui Manoel Cruse, do Campus Porto Alegre, com transmissão via internet. O palestrante (o advogado Francis Bordas), trouxe para a discussão os seguintes temas: O que é e o que não é assédio; Formas de assédio: moral, sexual, racial; O desmonte do Estado, a precarização das profissões e efeitos no ambiente de trabalho; O mito da eficiência no setor público e seu impacto na saúde do trabalhador; O assédio moral coletivo.

Workshop Diversidade e Inclusão do IFRS - 1ª (2015), 2ª (2016) e 3ª (2018) edições: evento presencial, com temáticas voltadas para as ações dos Neps, Neabis e Napnes. Os eventos pautaram assuntos relacionados às estratégias para inclusão, permanência e êxito das/dos estudantes beneficiárias/beneficiários das ações afirmativas do IFRS. Por meio das referidas edições do Workshop, o IFRS oportunizou um espaço de qualificação para que as/os servidoras e servidores das suas unidades possam trabalhar de forma concreta e articulada nos temas que tem como foco as ações afirmativas, tais como: a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas; a valorização étnico-racial; o combate à lgbtfobia, ao sexismo e a todas as formas de discriminação; e a defesa dos direitos humanos.

Principais Publicações sobre as temáticas gênero e sexualidade

Revista Plural: A Revista Plural foi criada para ser totalmente dedicada às questões de diversidades, ações afirmativas e inclusivas na educação. Ela ganhou sua primeira edição em 2020, a qual reuniu dezoito textos organizados pelos Núcleos de Ações Afirmativas de todas as unidades (*campi* e reitoria) do IFRS, dispostos em ordem alfabética. Neles, seus autores e autoras relatam experiências de ensino, extensão e compartilham resultados parciais de pesquisas realizadas em suas comunidades acadêmicas, com e por meio dos núcleos de ações afirmativas do IFRS. Sua primeira edição, “Garantir e Avançar: afirmação da Inclusão e das diversidades no IFRS”, trouxe a riqueza e os desafios de uma educação inclusiva, antirracista e de gênero e sexualidade, reunindo textos que refletem sobre todas as formas de discriminação e em defesa das ações afirmativas para o acesso, permanência e êxito das estudantes do IFRS. [Revista Plural - IFRS \(1ª edição - 2020\)](#).

Em 2023 a Revista Plural ganhou sua segunda edição, reunindo dezessete relatos de experiência e sete artigos, de autoria de quatorze das dezoito unidades (*campi* e reitoria) do IFRS.

⁷Palestrantes: Leonardo Santos Amâncio Cabral - Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos e Carlo Schmidt - Professor Doutor do Programa de Pós-graduação em Educação - Centro de Educação - Depto. Educação Especial da Universidade Federal de Santa Maria.

⁸Palestrantes: Marília Bonzanini Bossle - Professora Doutora e Pró-reitora adjunta de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFRS e Suelen Aires Gonçalves - Doutoranda pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁹Palestrantes: Leonice Aparecida de Fatima Alves Pereira Mourad - Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Maria e Luciano Nascimento Corsino - Professor Doutor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Rolante.

Uma tessitura colaborativa retratou um pouco das ações relacionadas às temáticas da revista e principalmente as produções dos núcleos de ações afirmativas da instituição: Neps, Neabis, Napnes e Naafs. Também trouxe relatos de algumas das ações das assessorias: de relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade, de ações inclusivas e da Comissão de Estudos Surdos do IFRS. Diversas ações realizadas em forma de oficinas, cursos, eventos, formações, projetos, encontros de diálogo, reflexões, debates, reuniões de núcleos, criação de repositórios de materiais, produção e divulgação de cartazes, produção de guias, livros, e de outras publicações, pesquisas, problematizações relacionadas ao combate do racismo, da violência de gênero, da lgbtfobia, capacitismo e a tantas outras formas de discriminação são alguns exemplos que o/a leitor/a encontra nos relatos de experiência apresentados nesta obra.

Além dos relatos, a edição traz sete artigos construídos a partir das experiências produzidas no IFRS pelos *campi* Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Osório e Porto Alegre. Seus/suas autores/as relatam experiências de ensino, extensão e pesquisa, compartilhando resultados parciais de ações realizadas em suas comunidades acadêmicas, com e por meio dos núcleos de ações afirmativas do IFRS. Reflexão, discussão e ampla divulgação de práticas pedagógicas positivas referentes aos temas concernentes aos núcleos, constituem o cerne desta publicação. [Revista Plural - IFRS \(2a edição - 2023\)](#).

Cartilha de Enfrentamento às Violências de Gênero do IFRS: lançada em 2022, esta cartilha elaborada pela equipe que compõe o Grupo de Trabalho de Combate e Enfrentamento às Violências de Gênero do IFRS, buscou cumprir com ao menos dois objetivos emergentes sobre violência de gênero na instituição: a) viabilizar um material que orientasse, informasse e auxiliasse nas atividades pedagógicas sobre violências de gênero; b) contribuir com a divulgação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS. O público-alvo é a comunidade acadêmica da instituição e a comunidade externa.

Em linguagem simples e didática, a cartilha reúne, entre outros, conceitos, indicações de leitura, vídeos e filmes. A cada seção desta cartilha, é possível conferir conceitos relacionados às violências de gênero acompanhadas de exemplos práticos, legislações e dicas para saber mais. O documento, elaborado durante o ano de 2021, apresenta o fluxo institucional para procedimentos e denúncias de violências e assédios no IFRS. A cartilha convida o/a leitor/a a pensar colaborativamente, multiplicando boas práticas para a convivência e construção de ambientes educacionais e profissionais, que sejam mais prósperos, saudáveis e colaborativos, além de contribuir para a formação de uma sociedade que reconheça todas as diferenças e identidades, a diversidade humana.

Livro AFIRMAR – A inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões: publicação de 2020, o livro “AFIRMAR – A inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões” traz um

panorama de práticas e ações relacionadas às políticas de ações afirmativas, inclusivas e de diversidade propostas pelo IFRS e que são pilares importantes do seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI). A obra foi composta por trinta artigos, escritos por mais de 60 pessoas da comunidade acadêmica. Em 352 páginas, buscou retratar um pouco da história de reflexões e práticas de afirmação das diversidades. Os textos representaram possibilidades de intervenção e buscaram contribuir para que os/as leitores/as pudessem perceber tanto as brechas e modificações, quanto as dificuldades na implantação das políticas de ações afirmativas do IFRS, no sentido de inspirar novas intervenções e ideias.

Para além das interseccionalidades entre os diferentes prismas das ações afirmativas, especificamente, nas temáticas de gênero e sexualidade, o livro contou com oito capítulos, trazendo reflexões sobre os enfrentamentos cotidianos e a sobreposição de marcadores sociais relacionados à mulher enquanto sujeito social na busca por qualificação profissional e educacional. Foram trazidas experiências formativas, como por exemplo, a das acadêmicas de Pedagogia, do campus Bento Gonçalves.

Como um passo importante, o livro reuniu registros de ações que consolidam algumas trajetórias dos Neps, em distintos *campi* do IFRS, fortalecendo sua memória e importância, além de lançar reflexões a partir do compartilhamento de suas experiências que refletem tanto a realidade de cada campus, como de suas cidades de atuação.

Livro Ações Afirmativas: a trajetória do IFRS como instituição inclusiva: a obra, datada de 2016, trouxe para a pauta de discussões as principais ações e movimentos realizados pela instituição, especialmente pelos Neps, Neabis, Naafs, Napnes, pró-reitorias, e diretorias. Especificamente no que tange às ações de acolhimento, inclusão, permanência e êxito do público das ações afirmativas. Para além de trazer o contexto das referidas ações, na ocasião em que foi produzida a obra, o livro esboçou as principais políticas e ações implementadas, finalizando com os relatos do público atendido pelas ações afirmativas e perspectivas futuras, muitas das quais já se tornaram realidade nos dias atuais.

Livro Ações Afirmativas do IFRS: esta obra, escrita a muitas mãos e publicada no ano de 2015, trouxe o embrião do que seriam os primeiros passos para a implementação das políticas de gênero e sexualidade na instituição.

Permeada pelas demais pautas das ações afirmativas, a publicação abordou, dentre outras temáticas: o caminho para a implementação de uma escola justa, o Plano Nacional em Direitos Humanos no IFRS, a temática direitos humanos enquanto uma política pública, a inclusão da diversidade no IFRS, retratos da colonização, formação de professores, relações de gênero no ensino técnico e os desafios e perspectivas sob a ótica das diversidades e educação.

Principais Normativas do IFRS sobre Gênero e Sexualidade

- [Resolução Consup nº 022/2014](#) – Aprova a Política de Ações Afirmativas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
- [Resolução Consup nº 054/2016](#) – Aprova a Regulamentação para Requisição do Nome Social no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
- [Resolução Consup nº 037/2017](#) – Aprova o Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (Nepgss) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
- [Resolução Consup nº 038/2017](#) – Aprova o Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS).
- [Resolução Consup nº 42/2020](#) – Aprova a Política de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).
- [Instrução Normativa nº 01/2022](#) – Dispõe sobre a implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS.
- [Instrução Normativa nº 06/2022](#) – Regulamenta o fluxo e procedimentos para denúncia de assédios e violências, em atendimento a Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência no IFRS.

Para Saber Mais!

- Página da [Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade do IFRS](#)
- Página dos [Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade \(Nepgs\) do IFRS](#)
- [Padlet do Núcleo de Ações Afirmativas \(Naaf\) da Reitoria](#) - mural digital sobre as temáticas afirmativas do IFRS, dentre elas: [corpo, gênero e sexualidades](#)
- [Vitrine de Recursos Digitais: corpos, gêneros e sexualidades](#) - Anderson Dall Agnol
- [Diversidade Sexual e de Gênero: construir conhecimentos para desconstruir preconceitos](#) - Jair Adriano Strapazon (Produto Educacional do Mestrado ProfEPT - IFCatarinense)

Referências

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 020, de 25 de fevereiro de 2014.** Regulamento dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (Napne) do IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-20-14.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014.** Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) do IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-20-14.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2014.** Política de Ações Afirmativas do IFRS. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/Resolucao-20-14.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 054, de 16 de agosto de 2016.** Aprova a Regulamentação para Requisição do Nome Social no IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2016861617627resolucao_054_16_nome_social.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 037, de 20 de junho de 2017.** Regulamento dos Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGSS) do IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017617145038539resolucao_037_17_completa.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 038, de 20 de junho de 2017.** Regulamento dos Núcleos de Ações Afirmativas (NAAfs) do IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/08/2017523133111737resolucao_038_17_completa.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Resolução nº 042, de 27 de outubro de 2020.** Aprova a Política Institucional de Prevenção e Combate ao Assédio e à Violência. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-042-de-27-de-outubro-de-2020-aprova-a-politicainstitucional-de-prevencao-e-combate-ao-assedio-e-a-violencia/>. Acesso em: 28 ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS).

Instrução Normativa IFRS nº 06 de 11 novembro de 2021. Regulamenta e estabelece fluxo e procedimentos para denúncia de assédios e violências. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/IN07_2021_Regulamenta-e-estabelecefluxo-e-procedimentos-para-denuncia-de-assedios-e-violencias.pdf. Acesso em: 28. ago. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL (IFRS). **Instrução Normativa IFRS nº 001 de 13 maio de 2022.** Dispõe sobre a implantação do Projeto de Promoção da Dignidade Menstrual no IFRS. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2021/11/IN07_2021_Regulamenta-e-estabelecefluxo-e-procedimentos-para-denuncia-de-assedios-e-violencias.pdf. Acesso em: 28 ago. 2023.

SALATINO, A. C. C. S. et al.(Orgs.). **Cartilha de Enfrentamento às Violências no IFRS.** São Leopoldo: Oikos, 2022.

SONZA, A. ; SALATINO, A. C. C. S. (Orgs.). **Revista Plural.** Garantir e avançar: afirmação da inclusão e das diversidades no IFRS. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), 2020.

SONZA, A. et. al. (Orgs.). **Revista Plural.** Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), 2023.

SONZA, A. et. al. (Orgs.). **Ações Afirmativas do IFRS.** Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2015.

SONZA, A. et. al. (Orgs.). **Ações Afirmativas:** a trajetória do IFRS como instituição inclusiva. Rio de Janeiro: Flacso, 2016.

SONZA, A. et. al. (Orgs.). **Afirmar.** A inclusão e a diversidade no IFRS: ações e reflexões. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), 2020.